



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Humanas
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense

Ernane Alexandre Pereira

**Docências TRANS em evidência: entre TRANSições, TRANSfobias
e práticas pedagógicas TRANSformadoras**

Duque de Caxias

2020

Ernane Alexandre Pereira

Docências TRANS em evidência: entre TRANSições, TRANSfobias e práticas pedagógicas TRANSformadoras

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Educação, Movimentos Sociais e Diferenças.

Orientador: Prof. Dr. Ivan Amaro

Duque de Caxias

2020

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/C

P436 Tese	Pereira, Ernane Alexandre Docências Trans em evidência: entre transições, transfobias e práticas pedagógicas transformadoras / Ernane Alexandre Pereira - 2020. 151f. Orientador: Ivan Amaro Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 1. Professoras transexuais - Teses. 2. Transexuais - Teses. I. Amaro, Ivan. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação da Baixada Fluminense. III. Título. CDU 37.011.31
--------------	--

Bibliotecária: Lucia Andrade – CRB7/5272

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Ernane Alexandre Pereira

Docências TRANS em evidência: entre TRANSições, TRANSfobias e práticas pedagógicas TRANSformadoras

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Educação, Movimentos Sociais e Diferenças.

Aprovado em 24 de novembro de 2020

Banca examinadora:

Prof. Dr. Ivan Amaro (Orientador)
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense – UERJ

Prof.^a Dra. Talita Vidal Pereira
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense – UERJ

Prof. Dr. Dilton Ribeiro do Couto Junior
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense – UERJ

Prof.^a Dra. Jaqueline Gomes de Jesus
Instituto Federal de Educação do Rio de Janeiro

Duque de Caxias

2020

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a minha família nascida pelo simples fato de me respeitar desde o momento do “*sim, sou gay*”. Como foi libertador poder dizer isso, mesmo que tardiamente – já era *cacura* com meus 25 anos – hoje, essa garotada se assume aos 12 anos (risos!). Em especial, dedico à minha família afetiva, aos meus amigos-irmãos que levo em meu coração ao longo dos meus 47 anos de vida! Como é bom contar com eles! O apoio emocional é fundamental para a nossa sobrevivência.

Também consagro a todas, todos e todes das turmas 2018, 2019 e 2020 do Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas. Foram parceiras, parceiros e parceiros nessa construção ideológica. Em especial, a turminha da patota poderosa: Bruno Ganem, Renata Oliveira, Rafaela Goltara e Wander Pinto...Como foi importante conhecer vocês! O mestrado não seria o mesmo sem vocês! O grupo de “*WhatsApp*” que nos diga, foi massa!!!! (#Pitudormindo, #Nãooparadecomer, #Fechaaspernaspfv)

Ademais, dedico esse trabalho à todas as pessoas trans que lutam todos os dias para se manterem vivas e assim, se desbravarem em diversos campos da nossa sociedade, ainda extremamente CISheteronormativa. Vamos ocupar os espaços da educação, da política, da saúde entre outros. Dedico às professoras TRANS participantes que me deram o prazer de maravilhosas conversas aqui, dividindo seus amplos conhecimentos conosco.

Por fim, dedico esse trabalho ao Brasil, na esperança de um dia não ter que ver mais pessoas vítimas da LGBTIfobia e tê-lo no ranking de um país que mais assassina pessoas trans. Espero que a igualdade de direitos e justiça seja para todos e não para um seleto grupo, que possamos realmente exercer a nossa democracia e o direito de ir e vir não seja violado ou silenciado. Que possamos assumir gêneros diversos e fluídos, que a palavra sexualidade possa ser dita de forma tranquila em qualquer ambiente, sem olhares curiosos ou de reprovação, que a identidade de gênero nunca seja condicionada a princípios ou valores religiosos.

Dedico a aquelas e aqueles que entenderam o recado: Ninguém solta à mão de ninguém!!!

AGRADECIMENTOS

Tenho muitas coisas a agradecer [...] afinal, a vida nos contempla com tantas coisas boas e serão sempre motivos para tal. Quero agradecer a tanta gente que é melhor deixar espaço simples entre as linhas.

Então vou agradecer primeiramente ao meu querido e amado orientador Ivan Amaro, não apenas pela dedicação e orientação, mas pelo carinho. Quero agradecer por aceitar o estresse de me ter como orientando, e pedir desculpas pelos dias e noites te atormentando com minhas dúvidas e ideias loucas (*“Cê sabe como as gays viajam com centenas de capítulos, kkkk”*). Jamais haverá uma forma que, em resumidas palavras, dê conta da minha eterna gratidão. Eu é que agradeço imensamente a oportunidade de tê-lo sob minha orientação!! Foi MARA!!

Agradeço imensamente à banca, nas pessoas das professoras Jaqueline Gomes de Jesus e Talita Vidal, duas mulheres guerreiras e atentas à pauta da população LGBTIA+. Ao querido professor Dilton que por vezes me iluminou nas reuniões do NuDES e na minha pré-qualificação. Obrigade (eu tenho preferido o uso do E para evitarmos a exclusão de pessoas cegas, no processo de leitura) por se disponibilizarem à tarefa de contribuírem para esta pesquisa e participarem da minha arguição. Sem a colaboração de vocês, não seria possível “refinar” do desejo de escrever e finalizar este trabalho, sou grato! Sou muito grato pelo carinho de “aceitarem” fazer parte desta banca. Agradeço ao privilégio de fazer parte da maior universidade do Brasil, ser um UERJiano é *Top!!!* A turminha do NuDES (Núcleo de Estudos e Pesquisas Diferenças, Gênero, Educação e Sexualidades), as NuDESTES, os NuDETES e es NuDETES obrigado pelo companheirismo de sempre cambada de [%\$#+@]...!!! É fundamental reconhecer o privilégio de poder desfrutar desse momento, sobretudo, considerando o horizonte aos ataques e tentativas de precarização e desmantelamento da educação pública constante. Entre tantos momentos vividos aqui na Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF), como é bom olhar pessoas com as quais nos identificamos, de todos os tipos de peles, pardas, negras, brancas, indígenas, CISgêneras, binárias ou não-binárias, héteros ou não, LGBTQI+, periféricas, cabelo raspado ou black power, com piercing ou tatuagens, ativista político ou até sem opinião para o momento, enfim: *gente como a gente!!!*

Algumas reflexões sobre a docência [...]

Falar de educação é falar de lagartas, casulos e borboletas... deste mundo mágico que habita em cada um de nós quando vemos que da fantasia para a realidade, temos a capacidade de aprender e ensinar, viver e criar num emaranhado de fios que tecem a nossa história. Falar de educação é falar de corporeidade, de sentidos, de sentimentos e de uma vida cheia de pulso, de corações latentes cheios de vibrações capazes de nós tornar invencíveis e completos. É ! Falar de educação é falar de vidas! Vidas que muitas vezes, cruzam o destino na sala de aula, de numa escola, de numa calçada, numa biblioteca ou até mesmo num museu. Vidas capazes de eclodir de dentro do casulo... e é sobre este mistério da vida que tentamos entender quem vive e quem sobrevive neste sistema que chamamos de educação. Para entendermos um pouco mais sobre isso usamos o processo da metamorfose da lagarta e da borboleta para compreender como acontece a aprendizagem e quem vivencia ela. Assim poderemos dizer que todos nós vamos viver e aprender ao longo da vida sobre tudo e para fora dos muros, encontrar a verdadeira razão de termos estado nela. Entretanto a mesma aprendizagem deveria ser a todos, no entanto nos damos conta que alguns alunos e alunas não estão dentro por uma série de fatores. Aqui já antecipo que estamos falando de corpos estranhos que surgem em diferentes contextos e que muitas vezes, são incompreendidos como por exemplo o corpo de uma travesti ou transexual marcados pelas questões identitárias e de gênero. Então se alguns corpos são marcados dentro de uma sala de aula por este processo como vamos lidar com eles? Precisamos estudar estes corpos? Precisamos entendermos o que acontece? Precisamos tornar eles públicos? Ou vamos silenciar sobre o assunto? Estas perguntas são muito simples de fazer e complexas de responder quando lidamos com este tema e quando percebemos que pesquisadores sinalizam a necessidade de visibilizar a travestilidade e a transexualidade na escola pois algo de errado está acontecendo e é necessário trazer essas inquietações para que mais pessoas possam refletir acerca destes temas contemporâneos na educação. Quando trouxe a metamorfose como processo de aprendizagem imaginei que ele se encaixaria também nas questões elencadas acima. Quando percebemos que a borboleta, neste caso, pode ser uma travesti ou transexual dentro da escola silenciada ou desapercebida pelo olhar dos professores, sempre vão pôr a heteronormatividade como tema central e por consequência, deixar que estes corpos estranhos a ela não

se libertem da seda do casulo. Quando eu decidi me libertar do casulo, já era uma professora invisível na escola porque era importante estar silenciada diante dos discursos de regramento de certo e de errado adotados pela sociedade que vigia corpos neste sistema. Mesmo assim eu rompi com o casulo e com o silêncio, da mesma forma que rompi com meus próprios preconceitos. Desta forma ao tornar minha identidade pública para a vida dos meus alunos, passei a ser um adulto de referência, não só para as questões de gênero mas para todas as questões que perpassam pela escola e pela educação. Ao romper com o silêncio de uma vida sofrida por não ser compreendida como aluna e depois como professora, percebi quanto tempo perdi sem saber quem eu era e qual seria o meu verdadeiro papel enquanto agente de transformação de uma sociedade. O quanto eu poderia ter ajudado mais pessoas a se compreenderem e compreenderem o mundo lá fora. O tempo passou e as diversas experiências no campo da educação e da vida impactaram a comunidade escolar e os reflexos não foram só de aprendizagem de conteúdos formais, mas de lições de vida, cidadania e respeito, tão importantes na atualidade e no momento em que vivemos onde muitas vezes, o ódio perpassa o amor. Quando decidi assumir publicamente essa identidade, assumi também o meu papel com uma bandeira de ativismo em prol das temáticas que poderão estar dentro da escola, principalmente quando pensamos em direitos humanos. Assim, ao pesquisar sobre as histórias de professoras transexuais e travestis na educação através da pedagogia do salto alto, constatee pontos que convergem e dialogam na temática e a importância dela para a pesquisa da mesma forma que cito o trabalho aqui exposto pelo pesquisador e sua preocupação com estes corpos de professoras transexuais e travestis na educação.

Marina Reidel



Fonte: Autora Andressa Barbie "*Mulher Trans*"

RESUMO

PEREIRA, E. A. *Docências TRANS em evidência: entre TRANSições, TRANSfobias e práticas pedagógicas TRANSformadoras*. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2020.

A presente dissertação visa investigar como professoras transexuais foram constituindo sua atuação docente na articulação com suas constituições identitárias pautadas em como se tornaram professoras, como vivenciam sua docência nos espaços escolares e como enfrentaram ou ainda enfrentam as tensões, preconceitos e violências outras na escola. O texto fundamenta-se nos conceitos de transexualidade, gênero e normas de gênero, sexualidade e heteronormatividade. A questão propulsora para esta pesquisa foi a seguinte: Quando as pessoas trans começam a disputar o espaço da escola como docentes, que discursos circulam e se confrontam acerca do acesso e da permanência (ou não) destas professoras? A partir do conhecimento das trajetórias destas docentes, procura-se refletir sobre as possibilidades da prática pedagógica desencadeadora de vivências antissexistas e anti-lgbtfóbicas no contexto da escola. Procurou-se, ainda, investigar violências, dilemas e desafios para o exercício docente conhecendo as nuances que envolvem a presença de professoras trans no ambiente escolar. Realizou-se, inicialmente, um levantamento no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES para identificar produções sobre trabalhos envolvendo docência, travestilidades e transexualidades com o recorte na área de 'educação'. Foi possível encontrar 74 trabalhos entre dissertações e teses nos últimos 15 anos. Por sua vez, não arriscaremos dizer se consideramos um número razoável ou bom de pesquisas na educação. Creio que, o fundamental seria o incentivo a estas produções nos espaços das universidades em maior escala, em todos os estados fazendo com que a sociedade reconheça e legitime a população LGBTQI+, sabemos que há ainda por parte da nossa população um preconceito real. Foram encontrados, inclusive, trabalhos realizados por professoras trans. Foram realizadas, também, conversas com 04 professoras "trans" e que ocorreram via plataformas digitais e com o uso aplicativos de mensagens pelo celular. Foram observadas diversas tentativas de resistência e [re]existência nos trabalhos produzidos, além de estratégias de compensação frente à discriminação, como ser a melhor professora frente as normatizações. Ao refletirmos acerca das narrativas formativas de professoras transexuais na educação, faz-se necessário dissolver ideias preconcebidas sobre corpo, identidade, orientação, gênero e sexualidade, para que possamos não necessitar de avaliar os corpos, os gêneros e as sexualidades das pessoas transexuais, mas aprender a partir deles.

Palavras-chave: Docência. Professoras. Travestis. Transexuais. Gênero. Espaço escolar. Educação.

ABSTRACT

PEREIRA, E. A. *TRANS teaching in evidence: between TRANSitions, TRANSphobias and TRANSformative pedagogical practices*. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2020.

This dissertation aims to investigate how transsexual teachers were constituting their teaching performance in articulation with their identity constitutions based on how they became teachers, how they experience their teaching in school spaces and how they faced or still face the tensions, prejudices and other violence at school. The text is based on the concepts of transsexuality, gender and norms of gender, sexuality and heteronormativity. The driving question for this research was the following: When trans people start to dispute the space of the school as teachers, what speeches circulate and confront about the access and permanence (or not) of these teachers? Based on the knowledge of the trajectories of these teachers, we seek to reflect on the possibilities of pedagogical practice that unleash anti-sexist and anti-LGBT experiences in the context of the school. We also sought to investigate violence, dilemmas and challenges for teaching practice, knowing the nuances that involve the presence of trans teachers in the school environment. Initially, a survey was carried out in the CAPES Catalog of Theses and Dissertations to identify productions about works involving teaching, transvestites and transsexualities with the cut in the area of 'education'. It was possible to find 74 works between dissertations and theses in the last 15 years. In turn, we will not risk saying whether we consider a reasonable or good number of research in education. I believe that the key would be to encourage these productions in the spaces of universities on a larger scale, in all states making society recognize and legitimize the LGBTQI+ population, we know that there is still a real prejudice on the part of our population. There were also found works done by trans teachers. Conversations were also held with 04 "trans" teachers, which took place via digital platforms and using mobile messaging applications. Several attempts at resistance and [re]existence were observed in the works produced, in addition to compensation strategies in the face of discrimination, such as being the best teacher in the face of regulations. When reflecting on the formative narratives of transsexual teachers in education, it is necessary to dissolve preconceived ideas about body, identity, orientation, gender and sexuality, so that we may not need to evaluate the bodies, genders and sexualities of transsexual people, but learn from them.

Keywords: Teaching. Teachers. Transvestites. Transsexuals. Genre. School space. Education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Tela em óleo 2018 – Andressa Barbie “ <i>Mulher Trans</i> ”	09
--	----

Tabela 1 – Dissertações	87
Tabela 2 - Teses	91
Gráfico 1 – Dissertações/Ano	90
Gráfico 2 – Teses/Ano	92
Gráfico 3 – Dissertações por estados Brasileiros	94
Gráfico 4 – Teses por estados Brasileiros	94
Gráfico 5 – Dissertações por Gênero/Sexo	97
Gráfico 6 – Teses por Gênero/Sexo	97

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEH	Associação Brasileira de Estudos da Homocultura AIDS - Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
------	---

ABGLT	Associação Brasileira de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais
ANPED	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
ANTRA	Associação Nacional de Travestis e Transexual
BDT-CAPE	Banco de Dissertações e Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAPE	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CC LGBT	Centro de Cidadania de Lésbicas, Gays Bissexuais, Travestis e Transexuais
CEE	Conselho Estadual de Educação
COMPED	Comitê de Produtores de Informações Educacionais
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
DETRAN	Departamento Nacional de Trânsito
DST	Doenças Sexualmente Transmissíveis
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FPA	Fundação Perseu Abramo
GDE	Gênero e Diversidade na Escola GGB - Grupo Gay da Bahia
GPD	Grupo Pluralidade e Diversidade Homossexual
HSH	Homem que faz Sexo com Homem
IBTE	Instituto Brasileiro Trans de Educação
INEP	Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
LGBTI	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros e Outres
LGBTT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
MEC	Ministério da Educação
NuDES	Núcleo de Estudos em Gênero e Diversidade
ONG	Organização Não Governamental
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
SEEDUC	Secretaria Estadual de Educação
SEEDUC	Secretaria Estadual de Educação

STF	Supremo Tribunal Federal
TSE	Tribunal Superior Eleitoral

SUMÁRIO

	(RE)CONHECIMENTO DO SER	Erro! Indicador não definido.....17
1	OS CAMINHOS TEÓRICOS-METODOLÓGICOS TRILHADOS NA PESQUISA	28
1.1	Abordagem da Pesquisa – dialogando com os estudos de gênero, culturais e pós-estruturais	29
1.2	Quem são as professoras participantes?	36
1.2.1	<u>Laura</u>	39
1.2.2	<u>Dani</u>	42
1.2.3	<u>Amara</u>	43
1.2.4	<u>Leona</u>	44
2	TRABALHANDO O LUGAR DE FALA.....	46
2.1	Lugar de fala - Um conceito em movimento interseccional.....	51
2.2	Gênero e Sexualidade: suas relações com as transexualidades e travestilidades.....	61
3	A PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE DOCÊNCIA “TRANS” NO CATÁLOGO DA CAPES: O CRESCIMENTO DAS PESQUISAS SOBRE DOCÊNCIA E TRANSEXUALIDADES (2005-2019).....	75
3.1	Estado da arte ou estado do conhecimento? Por onde transitamos?.....	76
3.2	Sistematizando a produção sobre docência e transexualidade.....	84
3.2.1	<u>Docência e Transexualidade: sobre a territorialidade da produção.....</u>	<u>93</u>
3.2.2	<u>Docência e Transexualidade: o Gênero/sexo dos autores.....</u>	<u>96</u>
3.2.3	<u>Pesquisas acadêmicas e suas incongruências na CAPES – “Eu digo minhas Verdades”</u>	<u>98</u>
3.2.3.1	Adriana Sales - 2012.....	100
3.2.3.2	Luma Nogueira de Andrade - 2012.....	102
3.2.3.3	Marina Reidel - 2013.....	104
3.2.3.4	Gabriela da Silva - 2015.....	106
3.2.3.5	Adriana Lohanna Santos - 2017.....	108
4	PRODUZINDO UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA – CORPOS, MARCAS E VIOLÊNCIA - NO CENÁRIO ÀS PROFESSORAS TRANS	112
4.1	Ser Professora TRANS – A docência e seus processos de subjetivação	113

4.2	Os Processos de Violência e Exclusão na Educação.....	120
4.3	O Transitar das práticas pedagógicas...[re]construindo à educação.....	126
4.4	Sexualidades e Ação Docente – A docência nem tão decente!!.....	128
	MINHAS CONSIDERAÇÕES.....	139
	REFERÊNCIAS.....	145

(RE)CONHECIMENTO DO SER

Todo ato de pesquisa é um ato político.

Rubens Alves

Escrever não é tarefa fácil. No entanto, não pode ser vista como tarefa impossível. São diversas as ideias que borbulham diariamente em nossos pensamentos, diversas leituras que misturam possibilidades infinitas de articular ações e sentimentos. Assim, as reticências indicam um processo que se arrasta que não tem um ponto fixo, que não está encerrado ou acabado. Elas nos dão a certeza de que tudo é infinito, inacabado e mutável, este processo é contínuo, apresentado em capítulos. Acabei tendo “medo” e lembrei-me de uma história vivida por Becker (2014), autor do livro “Truques da Escrita”:

Para resumir o extenso debate que se seguiu, eles tinham medo de duas coisas. Temiam não conseguir organizar seus pensamentos, que escrever fosse ser uma confusão tão grande que ficariam doidos. Falaram de um segundo medo: que o que escrevessem estivesse “errado” e que as pessoas (não especificadas) iriam rir deles. Isso, pelo visto, explicava um pouco mais o ritual. (BECKER, 2014, p. 15)

Este trabalho é antes de tudo um grande desafio, uma aposta. Costumo dizer que a escrita tem um peso, o registro marca o que se fala, ou o que se quer dizer, de vários sentidos e interpretações múltiplas: evasão, expulsão, muros, territórios, limites, escola, rejeição, periferias, culpa, normas, transexualidades, discriminação, violência, travestilidades, nomes, favelas, putas, viados, justiça, transgressões, sexualidades, sexo, *bullying*, marginalidades, estigmas. Assim, para bem escrever é necessário bem pensar!!!

Para tanto, introduzindo o mergulho a dissertação, buscando não conceituar o que vem a ser a palavra gênero, sendo um dos pontos focais a serem discutidos por aqui, trago um breve panorama. Nicholson (2000, p.09) afirma que gênero é uma palavra estranha no feminismo. Diz à autora que, embora para muitas de nós ela tenha um significado claro e bem conhecido, na verdade ela é usada de duas maneiras diferentes, e até certo ponto contraditórias. De um lado, o gênero foi desenvolvido e é sempre usado em oposição a sexo, para descrever o que é socialmente construído, em oposição ao que é biologicamente dado. E continua informando que gênero é tipicamente pensado como referência a personalidade e comportamento, não ao corpo; gênero e sexo são, portanto compreendidos como distintos. Portanto, conforme afirma à autora, gênero tem sido cada vez mais usado

como referência a qualquer construção social que tenha a ver com a distinção masculino/feminino, incluindo as construções que separam corpos femininos de corpos masculinos.

Os aspectos relacionados ao corpo parecem estar, cada vez mais, no campo do privado, como apontou Elias (2011):

A tendência do processo civilizador é tornar mais íntimas todas as funções corporais, a encerrá-las em enclaves particulares, a colocá-las 'atrás de portas fechadas', produz diversas consequências. Uma das mais importantes, já observadas em conexão com várias outras formas de impulsos, notamos com especial clareza no desenvolvimento de imitações civilizadoras à sexualidade. (...) Vimos com todas essas funções são, aos poucos, carregadas com vergonha e embaraço sociogênicos, de modo que a simples menção delas em sociedade passa cada vez mais a estar sujeita a grande número de controles e proibições (ELIAS, 2011, p. 181).

Tal processo civilizador aciona os dispositivos de controle, de confinamento e de vergonha em relação aos nossos corpos. Nossa sexualidade é confinada ao limite de quatro paredes, ao espaço privado. Os discursos relacionados aos corpos e o conceito da palavra gênero - os discursos - são bem mais amplos e serão discutidos nesta pesquisa. Nos anos 1960, o conceito de gênero ainda era usado, principalmente, como referência a formas femininas e masculinas dentro da relação ao papel definido biológica e socialmente, para distinguir o masculino de o feminino.

Entender que os discursos em torno dos comportamentos sexuais e sexualidade são construções e neste sentido trazem consigo uma inseparável dimensão política é de extrema importância para identificar e combater opressões. Assim sendo, recorrendo à Foucault (2013) quando assegura o quanto a história da sexualidade é na verdade as histórias das nossas narrativas sobre o tema me permitem destacar o assunto da homossexualidade e evidenciar o quanto este termo é historicamente recente.

Desses discursos e das dinâmicas relacionais de sujeitos ao redor das sexualidades, resulta uma hierarquização que define os heterossexuais como portadores de características humanas superiores em relação aos não-heterossexuais. Pela heteronormatividade, surgida a partir da exclusão, se instalariam condições de inteligibilidade da vida social, atingindo sujeitos em todos os setores sociais, com consequências danosas na Educação (JUNQUEIRA, 2009; BRASIL, 2009b; LOURO, 2001). Assim, o heterossexismo impõe como inteligíveis apenas as práticas heterossexuais, a partir da heteronormatividade, tomando a diversidade das práticas sexuais que contrariam a heteronormatividade como algo

a ser silenciado ou indexado como comportamentos patológicos, imorais, sujos, entre outros termos depreciativos.

Ainda segundo Nicholson (2000, p. 11), o mais interessante é que o gênero, não era visto pela maioria como substituto para o sexo, mas como meio de minar as pretensões de abrangência do sexo. Assim, o conceito de gênero foi introduzido para suplementar o de sexo, não para substituí-lo. Mais do que isso, não só o gênero não era visto como substituto de sexo como também sexo parecia essencial à elaboração do próprio conceito de gênero.

Gênero é um conceito mais útil do que o de sexo para a compreensão das identidades, papéis e expressões de homens e mulheres na vida cotidiana, tendo sido adotado pelos movimentos feministas e pela produção acadêmica sobre mulheres a partir da década de 1970, a fim de demarcar as distinções de cunho social entre homens e mulheres, as quais tendem a subalternizar as mulheres (SCOTT, 1995), incorrendo no chamado “debate igualdade-versus-diferença” (PIERUCCI, 1990).

Assim, gênero refere-se às relações sociais de poder e seus papéis sociais determinados pelas diferenças sexuais; um tipo de relação desigual imposta pela sociedade e comum na escola, reforçando preconceitos e privilégios de um sexo sobre o outro. Louro (1997) entende que o conceito de gênero “pretende se referir ao modo como as características sexuais são compreendidas e representadas ou traduzidas para prática social e tornadas como parte de nosso processo histórico”.

Scott (2012) faz uma crítica ao conceito de gênero e avalia que as feministas ao substituírem o termo mulheres por gênero acabaram por invisibilizarem-se. As feministas viam no gênero uma tentativa de romper com a construção de que existiam papéis essencializadores que a natureza proporcionava aos indivíduos e que deveriam ser respeitados.

Assumimos, nesta dissertação, dispositivos que se constituem em grandes e – democráticas redes – no que tange aos marcadores sociais das sexualidades, orientações sexuais, gêneros, identidades e corporalidades, em interface com outras linhas, tais como: cores, raça, etnia e suas interfaces reguladoras tais quais classe, a família, a religião, a mídia, o estado, o direito, a medicina etc., redes estabelecidas aqui com o coletivo organizado da população LGBTQI+.

Portanto, são posições políticas na escrita que abrem cadeias possíveis para conhecê-lo, em tessituras dos variados elementos que configuram pessoas, os

afetos e as relações dessas pessoas. Funcionam como “um conjunto multilinear”, com várias propostas de estilísticas das existências. As linhas traçadas partem das singularidades para macro relações e nos caminhos inversos (DELEUZE, 1989, p. 07).

Estamos falando de várias linhas que dimensionam as pessoas, como as travestis e pessoas TRANS¹, por exemplo. O que está escrito em seus corpos, nos discursos, nos desejos, nos afetos, nos dispositivos para a produção de conhecimentos, muitas vezes, não-escolares – são elementos próprios – que atravessam suas vidas e suas identidades políticas. É por meio do corpo que extraímos as mais diversas sensações e movimentos, que estabelecemos nossa relação com o mundo. Trata-se de compreender o corpo intrinsecamente relacionado ao fenômeno humano, a sua existência, sua história e cultura.

Estas corporalidades e vidas trans estão entranhadas por resistências ao se depararem com os chamados padrões universais nas relações sexo/gênero e corporalidades. Tais resistências resultam de contraposições às tentativas de dominação biologizante, que impõem certos modelos para estas linhas de modos e singularidades travestis e trans. Para Deleuze (1989, p. 05), “[...] cada linha é quebrada, submetida a variações de direção, bifurcante e encalhada, submetida a derivações [...]”.

Como apresentado nos últimos anos pelo movimento social articulado e em inúmeras reuniões de conselhos de classe, bem como, nas últimas conferências LGBTQI+, foram caminhos de resistências, que buscaram avançar nas produções dos conhecimentos, que foram construídas nas histórias sobre as expressões de gêneros, das corporalidades e das sexualidades de pessoas trans e travestis.

Para a manutenção das pessoas TRANS na educação básica e seu ingresso no ensino superior tornam-se indispensável a sua permanência nesta primeira modalidade de ensino, pensando numa educação para a diversidade, atravessando todo o corpo docente e demais trabalhador da educação, que possa estimular o reconhecimento das demandas e a proteção das pessoas trans na educação.

¹ Diminutivo para se referirem a pessoas que vivenciam papéis de gênero fora dos modelos normativos predominantes na sociedade, as quais se pode denominar genericamente como integrantes da população “transgênero”, composta predominantemente por travestis e transexuais, mas também por quaisquer outras pessoas que não se identificam com o gênero que lhe foi atribuído socialmente (JESUS, 2012a).

Segundo o Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE) ano 2019, necessita além dos benefícios que serão trazidos a uma população excluída, que já é alvo de um genocídio, a implantação e a operacionalização de ações afirmativas para as pessoas trans, no campo educacional, trarão efeitos nos campos psicossociais e políticos, sendo multiplicadores para toda a sociedade brasileira, entretanto, é preciso reconhecer a humanidade das pessoas trans, que é sistematicamente negada, e posteriormente, a sua cidadania.

A violência a qual estão sujeitas as pessoas trans, é apresentada como naturalizada no imaginário social da sociedade, estabelecida por definições do que é ser travesti e transexual, concebidas e generalizadas sobre o preconceito e discriminação no universo desta parcela da população. A violência contra esse público acontece nos mais variados espaços, conforme os dados apresentados até agora. E tem-se a rua o espaço onde a violência ocorre com mais constância, espaço este destinado as pessoas invisíveis socialmente, todavia, observa-se também a violência institucional, incluindo família, escola, serviços de saúde e outros, como um espaço de ameaça para as pessoas travestis e transexuais. (IBTE, pág. 10)

A escola é um espaço multifacetado e que possibilita múltiplas vivências. Ao mesmo tempo em que é um espaço de produção de conhecimento que pode contribuir para processos de transformação, pode, também, ser um espaço de reprodução e manutenção de conhecimentos conservadores, preconceituosos e etc. Muitas vezes, as relações na escola focalizam professoras e alunos, alunas e alunes².

Classicamente, no campo da educação, escapam temáticas que tratam de temas mais sensíveis e relevantes para que se construam uma educação de qualidade e que respeite às diferenças. Assim, despertar para temáticas e problemáticas emergentes na pesquisa em educação são fundamentais e prementes. É neste sentido que esta pesquisa se coloca: a escola, como espaço tempo de tensões, torna-se foco de nossas reflexões sobre gênero, sexo, identidade, orientação sexual, a discriminação e violência psicológica, moral e porque não dizer, físicas trazidas pela população das travestis e transexuais femininas, frente ao exercício da docência.

O que se observa, é um discurso oficializado de que a sexualidade predominante é aquela que tem o sexo como o princípio normatizador, significativo

² Os pronomes neutros devem ser utilizados quando nos referimos a pessoas não-binárias. Muitas pessoas costumam trocar o “o” ou o “a” pelo “x”, mas não é totalmente inclusivo, pois atrapalha os leitores de pessoas com deficiência visual. Portanto, o assertivo é usarmos a letra “e”.

e identitário; determinando, assim, padrões de normalidade/anormalidade, diferença/igualdade, certo/errado, abjeto/perfeito. Tal fato pode elucidar o motivo porque as sexualidades e quaisquer formas de expressão relacionadas a elas têm, primeiro, que se reportar à heterossexualidade ou aos padrões instituídos por sua normatividade, para serem reconhecidas.

Desta feita, o gênero acaba por ser não só o mediador: é o responsável mais por revelar do que por possibilitar as supostas coerência e unidade entre anatomia, comportamentos, sexualidade e identidade. Em outras palavras: tal sequência tem sua eficácia garantida por mecanismos de introjeção e controle (sexualmente diferenciados e sexualmente diferenciadores) ligados à crença de que a determinado sexo deva corresponder, de modo biunívoco, um determinado gênero, o qual, por sua vez, implicaria um determinado direcionamento do desejo sexual (JUNQUEIRA, 2009, P. 376).

Um processo educativo só se constrói pela troca de saberes com os outros e com o mundo. Entender, ouvir, se inquietar, se colocar diante desta discussão é compreender o ser humano na sua (in)completude, ponderando os conceitos do respeito, diversidade, direito, diferenças, igualdades, visibilidade, legitimidade e equidade que diz respeito às pessoas transexuais na e durante o exercício da docência.

Por vezes, o tempo nos consome em fração de segundos. O nosso pensamento trabalha várias formas de pensar e, então, se faz necessário mergulhar nele e nos aprofundar na escrita. Toda pesquisa nasce de uma inquietação, de um dilema que nos consome ou que nos incomoda, talvez, até mesmo de uma incompletude, nada posto e acabado. Talvez seja não factível de minha parte pensar que, através da minha escrita da dissertação darei um fim à dor de toda esta população que sofre na pele a discriminação de uma sociedade heterossexista, misógina, falocêntrica, preconceituosa, opressora, sexista e LGBTIfóbica ³.

E este também não é o propósito aqui, seria mais justo dizer que ajudaria a diminuir o preconceito e promover uma futura sociedade com igualdade entre as pessoas para um mundo mais plural e diverso. Por mais que concorde com algumas

³ Optamos pelo emprego do termo violência “LGBTIfóbica” no lugar do tradicional “homofóbica”, tendo em vista que este último reitera e (re)produz uma invisibilização para com as diversas identidades que compõem o amplo espectro identitário LGBT. Um gay (homossexual masculino) não sabe, por exemplo, o que é ter seu nome social desrespeitado constantemente ou sua identidade de gênero questionada diariamente. Esses são problemas e angústias ligados a transfobia e apenas as pessoas travestis, transexuais e transgêneros sabem o que é senti-los e sofrê-los. Como não queremos identificar o Movimento LGBT como Movimento Gay (como alguns/mas ainda fazem hoje em dia), consideramos de bom tom realizar esse acerto terminológico.

ideias do autor, entrei numa crise existencial com a leitura de Goffman (2004). Em um trecho em que se tenta explicar o que é ou deveria ser o normal, ele diz: A noção de “ser humano normal” pode ter sua origem na abordagem média da humanidade, ou nas tendências das organizações burocráticas em grande escala, como a Nação Estado, de tratar todos os seus membros como iguais em alguns aspectos [...] (GOFFMAN, 2004, p. 9)

Sabemos que para habitar o dia, o lugar dos ditos normais, há um conjunto de estratégias necessárias para se garantir a vida e não serem discriminadas ou agredidas. Muitos afirmam: “Não sou uma travesti”. Essa anúncio poderia ser interpretada, fora do contexto social da fala, como uma rejeição às travestis. Essa primeira leitura desaparece quando outras apontam a admiração que sentem pelas travestis. A negociação que estabelecem com as normas de gênero não os/as/es permitem começar os processos de transformação corporal.

Como inquietação, esse jogo ambíguo (feminino e masculino) que fazem com que o corpo produza sua representação e desloca as instituições a (re) significar as possíveis explicações sobre sexo, sexualidade e gênero. Certamente, porque conforme Louro (1997), a sexualidade é uma construção social permeada de valores e regras dimensionadas no tempo e lugar analisados, impossibilitando a afirmação de que o menino é de identidade masculina e a menina de identidade feminina.

A minha crise se reserva no julgamento do que é ser normal ou anormal, cada qual tem sua crença, seu sexo, sua religião, sua etnia, sua orientação sexual ou identidade de gênero, sua cor, seu desejo, suas opiniões e seus dilemas. Ninguém está imune às crises, sejam elas de ordem epistemológica, ética, moral ou política. Portanto, o que é ser normal, por aqui? Como o estigma é construído ou reconstruído na dinâmica social na análise do movimento social e do nosso progresso quanto às pessoas na sociedade.

Em mais uma das várias crises, porque sou humano e tenho direito a elas, confesso que, neste processo de construir a pesquisa, várias inseguranças acontecem e, após a qualificação, continuei pensando no como avançar na escrita. O meu pré-projeto de pesquisa que, em princípio, abordaria as lideranças LGBTQI+⁴

⁴ Com o crescimento do movimento contra a homofobia e da livre expressão sexual, O termo atual oficialmente usado para a diversidade no Brasil é LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais). A alteração de outras terminologias em favor de LGBT foi aprovada na 1ª Conferência

na baixada fluminense e questões envolvendo cidadania e empoderamento, dialogando com as políticas públicas foi sendo redesenhado a partir de conversas com o meu orientador. A ideia seria pensar em recuperar a história da comunidade, valorizando a multiculturalidade na organização do cuidado e o autocuidado. Contextualizar necessidades, desejos e potencialidades advogando com e pelos parceiros do projeto (militância), contra o preconceito, discriminação, perseguição, desrespeito, opressão e a violência LGBTQI+. Como afirma hooks (2018).

Imagine viver em um mundo onde não há dominação, em que mulheres e homens não são parecidos nem mesmo sempre iguais, mas que a noção de mutualidade é o *ethos* que determina nossa interação. Imagine viver em um mundo onde todos nós podemos ser quem somos, um mundo de paz e possibilidades. Uma revolução feminista sozinha não criará esse mundo; precisamos acabar com o racismo, o elitismo, o imperialismo. Mas ela tornará possível que sejamos pessoas - mulheres e homens - autorrealizadas, capazes de criar uma comunidade amorosa, de viver juntas, realizando nossos sonhos de liberdade e justiça, vivendo a verdade de que somos todas e todos “iguais na criação”. (hooks, p.15)

Neste trajeto do mestrado⁵, vidas pessoais de pessoas TRANS e profissionais se imbricam, necessitando de uma breve volta no tempo para situar-me profissionalmente, por estar há uma década trabalhando com os princípios em Direitos Humanos e trabalhando com as chamadas minorias sociais, em seguida, por me assumir homossexual e militante da política LGBTQI+⁶, nos aspectos que me levaram a escolha deste tema - **Docências TRANS em evidência: entre TRANSições, TRANSfobias e práticas pedagógicas TRANSformadoras**.

Por fim, retomo Deleuze (1992, p.214) a qual citei na epígrafe deste capítulo, bem como ressalta a sua fala, “o povo é sempre uma minoria criadora, e que permanece como tal, mesmo quando conquista uma maioria: as duas coisas podem coexistir porque não são vividas no mesmo plano.” Para o autor, pode-se dizer que a maioria não é ninguém.

Nacional GLBT realizada em Brasília no período de 5 e 8 de junho de 2008 e é utilizado até hoje pela ABGLT – a Associação Brasileira de LGBT. Esta dissertação utilizará esta última sigla do sinal (+) para designar esta população, quaisquer outras nomenclaturas no texto serão para preservar grafias em seus tempos históricos.

⁵ Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) – Ano 2018.

⁶ Atualmente, a sigla LGBTQI+ é utilizada pelo movimento social brasileiro e por entidades governamentais, como conselhos e secretarias, nos três âmbitos da federação.

A presente dissertação foi construída em 04 (quatro) capítulos intercalando em várias seções. No primeiro capítulo trabalhamos – “Os caminhos teórico-metodológicos trilhados na pesquisa” - seus objetivos e a metodologia empregada, partindo do pressuposto de algumas mudanças necessárias para chegarmos ao final desta dissertação. *E, que bom...a vida acontece, ela se desenha, ela segue e os caminhos nos levam a outros lugares e com isso, chegamos ao final desta dissertação também por outros caminhos.* Passamos pelas abordagens e também quem são as professoras entrevistadas, foi possível ainda neste capítulo trabalhar os procedimentos do – estado do conhecimento – conversas com as participantes. Infelizmente, devido questões de saúde (COVID 19) pandemia mundial, o que foi um desafio para as pesquisas. Chegamos ao final de outubro de 2020 totalizando 1.167.124 milhões de mortes no mundo e mais de 158.000 mil mortes no Brasil, um verdadeiro caos na saúde colocando em risco toda humanidade com exatos 43.979,779 casos confirmados de pessoas contaminadas no mundo⁷.

No segundo capítulo, intitulado “Trabalhando o lugar de fala” – Busquei apresentar a questão da importância do lugar de fala, e que *é legítimo a qualquer um de qualquer segmento.* Desde que, se tenha o conceito do que é o lugar de fala. Como dito, por escritoras que discutem as questões como exemplo, Davis, bell hooks, Hill Collins e Ribeiro muitas pessoas ligadas a movimentos sociais, ou em discussões nas redes sociais, já devem ter ouvido a frase “fique quieto, esse não é seu lugar de fala”, é isso que temos que romper, não se trata de diminuir a voz da militância no mundo virtual, ao contrário, mas ilustrar o quanto muitas vezes há um esvaziamento de conceitos importantes por conta dessa urgência que as redes geram. Trabalhamos também nos subcapítulos questões atinentes ao meu lugar de fala e a gênero e sexualidade: suas relações com as transexualidades e travestilidades.

No terceiro capítulo, trabalhamos - A Produção acadêmica sobre a docência “TRANS” no catálogo da CAPES (2005-2019) com a Educação, Docência e Transexualidade: O estado do conhecimento sobre professoras TRANS com Catálogo de Teses e Dissertações - onde carrego a missão da pesquisa relativa ao levantamento do que vem sendo produzido na área da Educação e uma ordenação

⁷ Dados aferidos pelo site: WWW.bbc.com em 27 de outubro de 2020 – Gráfico Mortes por COVID 19

que permite aos interessados perceberem a evolução (ou não) das pesquisas na área paralelamente as questões atinentes ao gênero ou identidade, bem como suas principais características e foco, além de identificar as possíveis lacunas existentes. Foi feita uma discussão a respeito ao estado da arte ou estado do conhecimento, por onde transitamos?

Nas seções seguintes buscamos reconhecer as “Pesquisas acadêmicas e suas incongruências – Eu digo minhas verdades” a proposta é trazer os trabalhos desenvolvidos por “professoras TRANS” encontrados nas pesquisas no Banco da CAPES onde foi possível num “recorte” de gênero identificar alguns autores/as que à época da defesa estavam registrados com um gênero diverso do seu. Ou seja, o que estava configurado no registro da instituição CAPES seria o seu nome de “registro de nascimento” e não pelo que se esperava o seu “nome social” de acordo com a sua identidade de gênero, como é vista e reconhecida pela sociedade. Inclusive encontramos na capa de alguns trabalhos os dois nomes citados.

Por fim, no quarto capítulo e último capítulo – “Produzindo uma Educação inclusiva – corpos, marcas e violência – no cenário as professoras TRANS”. Procuramos compreender a importância de se discutir gênero nas escolas, um pouco sobre o conceito de gênero, identidade de gênero, orientação sexual, a importância da inclusão das discussões acerca da diversidade na escola de forma geral e como a ausência destas influenciaram nas gerações futuras, quando as mesmas continuam a reproduzir aspectos da LGBTIfobias, do racismo, da intolerância às diferenças, a questão da violência contra a mulher e mulheres TRANS, as travestis, o papel da escola que pretende ser cidadã, dentre outros aspectos. Trabalhamos também neste capítulo a docência e seus processos de subjetivação - busquei abordar o trânsito das professoras travestis e TRANS no ambiente escolar. As perguntas sobre quem somos? Que docência queremos? Quem são os alunos? Quem são os educadores? Perseguem-nos. Sim, somos nós, nós mesmos, tal qual resultam de tantas marcas que nos formam. Mas somos os mesmos? Os educandos são os mesmos? As professoras são as mesmas? Há uma disputa de identidades? Passamos a problematizar nos subcapítulos a docência e seus processos de subjetivação. Para Amaro (2017, p. 11), “a partir dessas percepções, as narrativas, disparadoras de subjetivação, servirão de linha para as costuras teóricas sobre a construção social das masculinidades”, por exemplo.

Apresentamos também em seções o Currículo, Sexualidade e Ação Docente – A docência nem tão... decente!! Expusemos uma base sólida da discussão do que vem a ser esta TRANSgressão no espaço-escola. Espaço este que necessita de mudanças urgentes para que possamos de fato democratizar, humanizar e universalizar a Educação.

Esta dissertação teve como um de seus alvos identificarmos como as identidades TRANS e travestis se articulam com a identidade docente. Assim, investigar como estas professoras trans ocupam as escolas, seus desafios, suas tensões e suas potências podem nos ajudar na perspectiva de constituir uma educação mais respeitosa com as diferenças. A presença de professoras TRANS e travestis no ambiente escolar nos ajuda a analisar os desafios – e porque não dizer os problemas encontrados – como inserção, rejeição, preconceito, negação, disputa, TRANSfobia, falta de diálogo e exclusão.

1 OS CAMINHOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS TRILHADOS NA PESQUISA

Logo após definir o foco do que pretendia pesquisar, o próximo passo foi pensar em como esta investigação seria transcorrida. A ideia de ser professora TRANS, indicada no título vindo para desobedecer, infringir, postergando, transgredir, recalcitrando e violando normas postas e impostas pela “educação” de um modo mais contundente. É inegável pelas matérias recorrentes em jornais, revistas, entrevistas, reportagens, redes sociais, sites que as pessoas travestis e TRANS sofrem preconceito e discriminação nesta sociedade patriarcal, sexista, racista, machista, misógina, preconceituosa e discriminatória, promovendo assim a TRANSfobia.

As relações de gênero e sexualidade se estabelecem dentro de um sistema hierárquico que dá lugar a relações de poder, nas quais o masculino não é unicamente diferente do feminino. Portanto, “o gênero é constituído socioculturalmente e sua inteligibilidade dissemina-se por tecnologias educativas diversas” (AMARO, 2017, p. 9). Esta diferença de poder torna possível a ordenação da existência em função do masculino, em que a hegemonia se traduz em um consenso generalizado a respeito da importância e supremacia da esfera masculina. Assim, buscando entender este universo das sexualidades, trago um recorte de Louro (2007):

Numa investigação que se ocupe da sexualidade, em vez de examinarmos sexualidades “desviantes” em contraposição à heterossexualidade (tomada como padrão), estaríamos interessadas em saber como a heterossexualidade se tornou “isso”, ou seja, padrão de normalidade. Dito de um modo mais contundente: através de que processos a heterossexualidade se tornou «natural»? Que discursos permitiram que essa verdade fosse admitida como única, singular e universal? Que discursos foram silenciados nesse processo? Que outras formas de sexualidade foram empurradas para o lugar ilegítimo, não-natural, inaceitável? Como tudo isso aconteceu? Que outras modificações culturais, sociais, econômicas também estavam acontecendo, neste mesmo tempo? Como essas outras modificações contribuíam para sustentar a verdade da heterossexualidade? (LOURO, 2007, p. 241).

Portanto, por meio de um processo de naturalização vindo de um discurso baseado na hegemonia heteronormativa, instituem na sociedade a repulsa contra as expressões de identidade de gênero e orientação sexual em face daqueles que não se enquadram dentro dessa ótica. E para nós, não é uma surpresa saber de casos em que professores, as coordenações e as direções das escolas escondem, omite ou amenizam discriminações e violências psicológicas e físicas.

Acompanhando o debate e fazendo menção ao texto de Lauretis (1994), de acordo com a autora as concepções de masculino e feminino, nas quais todos os seres humanos são classificados, formam em cada cultura, um sistema de gênero, um sistema simbólico ou um sistema de significações que relaciona o sexo a conteúdos culturais de acordo com valores e hierarquias sociais. Vale destacar, pela pertinência ao tema deste texto, que embora os significados possam variar de uma cultura para outra, qualquer sistema de sexo-gênero está sempre intimamente interligado a fatores políticos e econômicos em cada sociedade. Sob essa ótica, a construção cultural do sexo em gênero e a assimetria que caracteriza todos os sistemas de gênero através de diferentes culturas são entendidas como sendo sistematicamente ligadas à organização da desigualdade social (Lauretis, 1994, p. 212).

Deste modo, a escola é um dos ambientes propícios para enfrentar os discursos e práticas pedagógicas CISHeteronormativas. Dessa forma, esta pesquisa, ajuda a compreender e problematizar os processos relativos às professoras transexuais na Educação. Pela situação exposta, a necessidade de se discutir a transexualidade na educação é premente e relevante para o enfrentamento das violências sofridas por estas pessoas.

Neste capítulo trabalhamos – Os caminhos teórico-metodológicos trilhados na pesquisa - seus objetivos e a metodologia empregada. Passando pelas abordagens e também quem são as professoras entrevistadas, foi possível ainda neste capítulo trabalhar os procedimentos do – estado do conhecimento – conversas com as professoras participantes.

1.1 Abordagem da Pesquisa: dialogando com os estudos de gênero, culturais e pós-estruturais

Introduzindo o diálogo teórico-metodológico, buscando os significados inscritos nos corpos e suas relações no espaço escolar, utilizamos a princípio as categorias gênero, sexo e sexualidades, estas são, portanto entendidas a partir de Butler (2010, p. 199) como construções sociais permanentes que conjugadas a materialidade dos corpos que não se adéquam a norma. Nesse sentido, a motivação para trabalhar o espaço escolar e as identidades travestis e transexuais é justificada tanto pelos relatos de violência e exclusão, bem como, pelas normatizações dos

corpos associadas a um espaço público que tem como uma de suas funções formarem e transformar cidadãos. Buscando compreender de que maneira a educação (escolar) dá vazão, solucionando ou não as demandas surgidas e trazidas por professoras trans na docência em conflito com as regras CISHeteronormativas.

A metodologia utilizada como processo da pesquisa foi costurada a partir, de mescla de procedimentos que foram necessários para atingirmos nossas finalidades, assim meu orientador me ajudou bastante neste processo, figurando até mesmo - como nomeamos - de *[pesquisador II]*, pois, interagia também nas conversas que passamos a ter com as professoras participantes a medida que se fazia necessário. A pandemia que nos assolou, de forma mais contundente, desde janeiro de 2020, jogou-nos num contexto de reinventar nossas formas de fazer pesquisa, e assim foi feito – buscando novas ferramentas e chegando aos resultados, aqui apresentados. Assim, adequamos nosso planejamento inicial que previa conversas face a face e realizamos encontros remotos – conversas – com o uso de plataformas digitais (ZOOM e Google Meet) e pelo telefone celular, com o uso de aplicativos (*Whatsapp* e rede social bate-papo – *Messenger*). As conversas foram constituídas com 04 (quatro) professoras travestis e TRANS a respeito das suas vidas e atividades dentro e fora das salas de aula. Inicialmente, havíamos planejado entrevistas narrativas no espaço de trabalho das docentes, ou seja, nas escolas. No entanto, houve atrasos nos contatos com as mesmas, pois o retorno demorou e colaborou com o atraso destas conversas face a face, enfim, a pesquisa foi [Re]desenhada metodologicamente.

Em março de 2020, estava me programando para uma visita a campo, iniciando por uma cidade da região dos Lagos, no estado do Rio de Janeiro. A pretensão era realizar a primeira conversa com a professora Laura. No entanto, com o avanço da COVID-19, uma calamidade que acometeu a população mundial e ainda tem feito um número grandioso de mortes, foi instituído o isolamento social no estado do Rio de Janeiro mediante ao DECRETO Nº 47.006 de 27 de março de 2020 - DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO DA PROPAGAÇÃO DECORRENTE DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19), EM DECORRÊNCIA DA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA EM SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Assim, os encontros presenciais foram suspensos, mas graças à tecnologia digital e às redes sociais, conseguimos nos conectar e aqui reflete o resultado do nosso trabalho e empenho. As demais conversas seguiram o mesmo formato.

Agendávamos com as participantes. Consultávamos qual seria a plataforma preferida e realizávamos as conversas. Nestes momentos, para não perdermos a riqueza da pesquisa, o meu orientador esteve junto comigo em duas dessas conversas para auxiliar na redefinição dos rumos da investigação, o que foi salutar para que eu avançasse nas demais conversas.

Os achados da pesquisa foram organizados em breves relatos das histórias destas professoras, sistematizando-as em várias categorias que emergiram das conversas. Por exemplo, “relações preconceito e trabalho”, “travestilidade e transexualidade no espaço escolar”, “violência e evasão”, “a percepção familiar e a construção do sujeito “TRANS” em todo o TRANScorrer da pesquisa.

Nossas escolhas teóricas têm o objetivo de nos ajudar na interpretação das histórias narradas pelas professoras participantes. Neste sentido, as concepções de gênero e sexualidade não podem ser excluídas. Os estudos de gênero são centrais na nossa pesquisa e, portanto, seus conceitos foram ferramentas analíticas que ajudaram a situar os processos vividos por elas em suas experiências como pessoas transexuais e travestis. Algumas teóricas feministas históricas nos serviram como pilares para as discussões destes conceitos: Linda Nicholson (2000), Teresa de Lauretis (1994 e 2003), Joan Scott (1995 e 2012) e Judith Butler (2000; 2006; 2010 e 2012). Sobre Transexualidade e Travestilidade, contaremos com a contribuição de Berenice Bento (2006; 2008 e 2011), Benedetti (2005), Pelúcio (2007) e Jaqueline Gomes de Jesus (2010; 2012 e 2013) e suas compreensões. Lançamos também, mão dos estudos culturais com os conceitos como identidade e diferença em Tomaz Tadeu da Silva (2000), Stuart Hall (2003) e Kathryn Woodward (2014). Por fim, na intersecção entre gênero e educação, Guacira Lopes Louro (1986; 1997; 2000; 2003; 2004 e 2007) e Preciado (2014) foram imprescindíveis.

A presente dissertação tem como objetivo geral identificar os discursos empreendidos acerca da presença de professoras TRANS e travestis na Educação.

A ideia aqui é perceber suas formas de acesso e atuação no ambiente escolar, percebendo os desafios e porque não dizer os nós encontrados – inserção, rejeição, preconceito, violência, negação, disputa, LGBTIfobia, falta de diálogo, exclusão, evasão, entre outros. Dessa forma, analisar como os corpos das professoras TRANS subvertem e tencionam a reprodução das normas regulatórias de gênero nos espaços escolares.

Quanto aos objetivos específicos, esses ficarão a cargo de buscar compreender de que forma a construção dos corpos de pessoas TRANS provocam no espaço escolar uma exarcebação do processo disciplinar ou um processo de deslocamento e desalojamento deste caráter disciplinar. Há disputas em processo e, portanto, se colocam frontalmente na busca de constiuir-se como linha “padrão” de comportamento ou contrária ao padrão. Também, problematizar aspectos da constituição identitária de professoras TRANS que transitam pelo alcance do gênero e das sexualidades nestes espaços. Bem como, TRANSpensar, pensar através, um pensar outro em relação aos gêneros, os corpos e as práticas educativas cotidianas apontando que essas pessoas, mesmo às margens dos discursos socialmente legitimados e também produzidos pelo espaço-escola, produzem suas histórias e seus modos de vida, TRANSpor fronteiras arbitrariamente criadas a TRANSgredir as tais normas impostas. E de que contorno, toda a abjeção que seus corpos sofrem por descumprirem um padrão, uma linearidade do sexo-gênero-desejo, revelando o que quer dizer seus corpos inventando uma nova estética do existir e resistir docente.

Regras estas pré-estabelecidas e impostas nas escolas, por parte da direção, pais e alunos, contrários à concepção da transexualidade e sua relação com a profissão docente. A TRANSfobia nas escolas tem um impacto enorme sobre a sociedade e quem a sofre diretamente. Precisamos falar sobre isso! Sabe-se, há tempos de diversos casos onde a escola foi conivente ou diretamente responsável por casos de discriminação, demonstrando como a instituição escolar não pode responder estas questões, nem mesmo garantir o direito ao conhecimento de todos os oprimidos.

Paraíso (2014) traz às nossas pesquisas reflexões muito respeitáveis acerca das premissas e pressupostos que compõem os modos de interrogar apropriados às perspectivas em que estamos imbricados. A autora nos faz olhar e encontrar caminhos diferentes, possibilidades de transgressões em metodologias e procedimentos que supomos fixos. Faz-nos “encontrar uma outra linguagem para dizer dos currículos e por inspirar em nós mesmas um outro pensamento sobre educação”. (PARAÍSO, 2014, p. 39)

Por isso, é importante reconhecermos que esse ainda é um caminho que está sendo trilhado e que o debate de gênero, orientação sexual e a LGBTIfobia não podem ficar de fora dos currículos das escolas e que é necessário dar uma atenção

importante ao tema. Apesar dos avanços, o caminho ainda é longo para que se alcancem novas políticas e a aplicação de leis. Como exemplo, podemos citar a criminalização da LGBTIfobia, que está parada e que não é aprovada no congresso nacional. Vale ressaltar que às vítimas de LGBTIfobia podem registrar BO em qualquer delegacia no Rio de Janeiro. Discriminar alguém por conta de orientação sexual ou identidade de gênero é crime. A conduta passou a ser punida pela Lei do Racismo (Lei nº 7.716/1989), a partir de junho de 2019, por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF).

As vítimas podem formalizar Boletim de Ocorrência (BO) em qualquer delegacia de Polícia Civil. Mesmo com a criminalização, os relatos de práticas discriminatórias contra homossexuais ou transexuais são comuns. É importante que se tenha testemunhas e *prints*, nos casos em que o crime é praticado pela internet, assim ajudam a tornar o processo mais robusto. As ofensas, apelidos pejorativos ou até mesmo discriminação pela maneira de se portar podem caracterizar a LGBTIfobia. Qualquer um desses atos deve ser levado ao conhecimento das autoridades. O crime é inafiançável e imprescritível, podendo o autor pegar, como pena, três anos de reclusão e multa. Além de estarem amparadas pela Lei do Racismo, por meio de possíveis casos de homofobia, mulheres transexuais também são amparadas pela Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), em casos de violência doméstica.

No caso de uma mulher TRANS, que entra em um relacionamento afetivo que se torna abusivo, ela também pode ser protegida pela Lei Maria da Penha. Nesses casos, o atendimento pode ser realizado em qualquer uma das unidades da Delegacia Especializada em Crimes contra a Mulher (DEAMs). Na hora de registrar o boletim, a vítima deve colocar, além do nome social, seu nome civil e informar seu sexo e sua identidade de gênero. É possível registrar o boletim de ocorrência com o seu nome da identidade civil, a informação do sexo, identidade de gênero e nome social. Na identidade de gênero tem a especificação conhecida nacionalmente como bigeneridade, cisgeneridade, homens trans, mulheres trans e transgênero, e também o nome social que vai ao boletim de ocorrência.

A garantia e legitimação dos direitos e representatividade das professoras transexuais na educação (docência) estão inseridas na minha proposta de estudo, para que haja uma maior divulgação e reconhecimento levando em conta suas necessidades, para que sejam exercidos os direitos humanos e fundamentais,

especialmente os sociais com ênfases em nossa legislação brasileira, decretos, portarias e normas técnicas da Educação. Até onde as negações dos direitos básicos afetam diretamente esta população, dentre as preocupações aqui, está em relação à violência sofrida – psicológica e por vezes física – das “professoras travestis e trans” entre o corpo docente, instituições escolares, familiares, alunos, funcionários da escola. E como a sociedade atende esta demanda, seja nos serviços públicos como a “Educação”, por exemplo, pois diriam algumas pessoas: “Se não sou professor e muito menos uma mulher transexual, o que tenho a ver com os que são?” Sobre esta tal violência, Goffman (2004) nos coloca a questionar sobre as violências que se colocam diante do que entendemos como humano e que constitui o que considera como estigma:

Enquanto o estranho está à nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser - incluído, sendo, até, de uma espécie menos desejável - num caso extremo, uma pessoa completamente má, perigosa ou fraca. Assim, deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande - algumas vezes ele também é considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem - e constitui uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real. (GOFFMAN, 2004, p.4)

Diante da motivação para a Dissertação pude me questionar sobre o que conhecemos, pensamos e até idealizamos como este corpo docente TRANSgredindo as normas e as mudanças impostas pela sociedade e suas regras, normas, culturas, dogmas e preconceitos no decorrer do tempo. Há uma constante negociação no contexto escolar, percebe-se que a defesa do nome social, o uso do uniforme feminino de acordo com o seu gênero, o uso do banheiro indo ao encontro da sua identidade, a defesa acerca da legitimidade de direitos para as professoras e/ou alunas TRANS é uma verdadeira batalha, travada com quem “acredita” deter o “poder”. O poder não se concentra nas mãos de um ou outro indivíduo. Ele circular, conforme fala Foucault (1999, p. 35).

A dificuldade de fugir dos paradigmas binários e naturalizantes cria para as pessoas que lidam diretamente na Educação armadilhas conceituais: ora buscam explicar a realidade a partir de seus conceitos apreendidos no cotidiano, ora articulam conceitos que circulam socialmente na academia, na mídia, nos movimentos sociais. Neste emaranhado pode-se ver a expressão de concepções baseadas na natureza, típicas do senso comum – CISHeteronormatividade – com

tentativas de aceitação das diferenças ou do discurso da igualdade e o uso dos novos conceitos, a partir da preocupação com o que acreditam ser o politicamente correto.

Por isso, vale ressaltar uma mudança crescente e recente na vida das pessoas TRANS. Sendo elas conquistas de várias formas, graças às medidas judiciais, conquistas sociais no Supremo Tribunal Federal (STF) nome social sem a judicialização e Tribunal Superior Eleitoral (TSE) nome social no título de eleitor – dentre outras, e as importantes alianças com organizações e os movimentos sociais LGBTQI+. Aqui, a sociedade e o reflexo legal das particularidades do grupo podem tornar o mesmo suscetível da negação ao direito à vida, em casos extremos, ou do direito à igualdade nas relações familiares, o que ainda acontece na maior parte dos sistemas do planeta.

Visando o Estado democrático de direito e como o provedor do bem-estar social, este se compreende quando a sociedade está sob o manto da dignidade da pessoa humana e os valores da liberdade, da igualdade e da solidariedade. Assinalados de ideais de Direitos Humanos, tais como: liberdade, igualdade e fraternidade. Novas políticas vêm sendo adotadas para a inclusão de novos segmentos sociais no espaço da cidadania: o público negro, o público LGBTQI+, as crianças e adolescentes ou idosos, as mulheres, dentre outros.

Ao que se observa, há um imenso caminho a ser percorrido, até que seja alcançado o princípio da equidade, sem distinção de classe social, gênero, cor, raça, religião, posição social, sexo, orientação sexual ou identidade de gênero. Em linhas gerais, esperamos que este estudo possa apresentar uma reflexão teórica sobre as possibilidades e desafios dessa população LGBTQI+.

No entanto, considerando todas as dificuldades enfrentadas pelas minorias e pelos grupos vulneráveis, bem como as barreiras impostas à modificação dessa situação, percebe-se a intensa luta desses grupos pelo seu empoderamento, sua sobrevivência e pela manutenção dos seus costumes e suas identidades; e que venham as mudanças sociais para a efetiva inclusão social, promovendo o bem de todos, sem preconceitos de origem, cor, sexo, raça, idade, etnia, classe social, orientação sexual, identidade, gênero e quaisquer outras formas de discriminação.

Buscando alcançar uma sociedade plural, leia-se, alicerçada no respeito e não pensando na “construção de privilégios”, mas sim pautada na cidadania e está construída com a dignidade de direito que todo ser humano tem por direito. Neste

sentido, esta dissertação me inquietou dando vazão às seguintes questões em busca de respostas a serem colhidas ao longo do mestrado. Por que existem rejeições por parte do corpo docente e direção escolar, em relação a ter colegas de trabalho trans? Como a educação pode pensar outras formas de educar, tendo professoras trans? Quais problemas são enfrentados pelas educadoras TRANS em suas experiências educativas? Que disparadores educativos são criados pelas educadoras trans para lidar com a discriminação e rejeição no cotidiano escolar? Quais os saberes elaboram suas experiências enquanto educadoras TRANS? Que outras formas de pensar os processos sexo-políticos TRANS esta educação promove? E se não promove, porque não?

Não tenho respostas neste instante, de certo que este não é o principal objeto desta dissertação. Vamos exercitar o pensamento em busca de um diálogo possível e respeitoso para todos, sem deixar de fora uns em detrimentos de outros no cenário educacional.

1.2 Quem são as professoras participantes?

“Eu gosto de dizer que sou uma travesti da educação, mas eu também sou uma travesti na educação”.

Professora Laura

A proposta inicial foi dialogar com algumas professoras TRANS pessoalmente em seus espaços de convívio e as interfaces com a escola. Trabalhar um pouco a sua trajetória acadêmica, seu trabalho e sua família. Como se deu sua aproximação com docência e como esse caminho tem refletido em sua vida hoje como professora. A princípio, foi elaborado um plano de trabalho de campo onde eu deveria executá-lo no decorrer dos últimos meses, porém conforme mencionado vivemos um período de pandemia na saúde o que me fez mudar os rumos da pesquisa.

Foi proposto um roteiro para realização das conversas com uma breve apresentação da dissertação, tais como: tema, alune, orientador, faculdade etc. Compreendendo a importância e o real significado da educação neste contexto, buscando trazer os discursos empreendidos acerca das professoras TRANS, suas formas de acesso e sustentação no ambiente escolar. Percebendo os desafios, e

porque não dizer, os nós encontrados em suas experiências. Visando identificar de que forma as questões atinentes à sexualidade humana têm sido tematizadas nas unidades educacionais em diversas matérias, bem como, o direito ao acesso e permanência dessas professoras, nesses espaços. Cabe mencionar que nem todas as professoras assinaram um termo de livre consentimento para a produção desta dissertação – o termo não foi negado. E, seguindo as medidas de confiabilidade ética achamos melhor não utilizarmos seus nomes reais e sim, nomes fictícios de professoras “outras” que abriram o caminho para as questões voltadas à gênero, sexualidade, identidade e orientação sexual.

De tal modo compreendendo a importância e o real significado da educação TRANSformadora de uma realidade social ainda marcada pela negação, a exclusão, o preconceito, a discriminação de direitos aos diferentes e diversos, implicando na construção democrática de políticas públicas voltadas para a valorização das diferenças Amaro (2017) destaca que:

Percebemos que há uma norma presente que define as vidas que merecem solidariedade humana e as que não merecem tal tratamento. Uma vida só pode ser considerada como tal quando corresponde aos padrões produzidos e regulados socialmente: não há como existir uma vida se ela não se submeter aos enquadramentos (AMARO, 2017, p.7).

Neste sentido, a maioria tende a concordar com o chamado padrão CISheteronormativo, estabelecendo um enquadramento onde se delimita um campo e tudo a partir daí é prejudicial à moral e aos bons costumes da sociedade, em torno do medo das possíveis mudanças na ordem das relações de gênero e, sobretudo, da extensão de direitos a população LGBTQI+.

Contudo, acreditando que de forma propositada ou não, gerar questionamentos e desencadear a constituição de novas formas de ensinamento e aprendizagem no que se refere à construção cultural dos gêneros e das sexualidades foi sem dúvidas uma forma essencial a professoras TRANS.

Assim, foi possível trazer a experiência riquíssima de 04 (quatro) professoras TRANS na qual, tive o grande prazer de conhecer em minha trajetória profissional. Como dito trabalho no Governo do Estado no Programa Rio Sem LGBTIfobia que dialoga com o movimento social no cenário nacional e também com gestores de vários seguimentos do governo e suas inúmeras secretarias, inclusive a pasta da Educação, importante ressaltar que preferimos identificar as professoras anonimamente, destinando outro nome, mantendo os nomes das professoras em

sigilo, mesmo tendo total autorização para usá-los, conforme a solicitação nas conversas realizadas. Preferimos neste caso utilizar nomes fictícios que nos remetessem a outras pessoas TRANS que fizeram e ainda fazem parte deste imaginário da educação.

Antes mesmo de decidir como seria esta dissertação, algumas questões me inquietava, como exemplo o fato de estar na academia ao mesmo passo ser militante e gestor de uma política onde o objetivo visa combater a discriminação e a violência contra as pessoas LGBTQI+ e promover a cidadania, respeitando as especificidades desses grupos, através de disseminação de informações sobre direitos, defesa e garantia. Sendo esta atuação em ações de educação e cultura para os valores da cidadania, atuando no enfrentamento à violência, respeitando à identidades e a promoção da diversidade humana.

Ao requisitar que nossos sujeitos falassem a partir de sua experiência, apostamos na narrativa sobre o “eu”, como assim pontua Judith Butler: “quando o “eu” busca um relato de si mesmo, pode começar consigo, mas descobrirá que esse ‘si mesmo’ já está implicado numa temporalidade social que exerce suas próprias capacidades de narração” (BUTLER, 2015). Portanto, o que buscamos nas falas dessas professoras TRANS e travestis são registros que possam nos indicar de forma micropolítica, como se dá a relação entre os poderes, memórias e afetos entre eles alunes e educadoras.

Abrindo esta seção e apresentando as professoras que estiveram comigo, nesta dissertação, reforço a densidade que foram estes encontros, além disso, suas histórias delatam as violências de uma sociedade ainda CISheteronormativa que nos coloca sempre à prova. Questionando politicamente e educacionalmente nossos corpos neste espaço escolar. Portanto, por mais perverso que seja vivemos a base de resistência e coragem!!! Apresentando, então, nossas colaboradoras na pesquisa.

1.2.1 Laura: “[...] a Travesti da e na Educação”

Nos conhecemos em janeiro de 2019, numa cidade da região dos lagos, no Rio de Janeiro. Em um chamado do movimento social local para uma reunião com o propósito de discutirmos a semana da visibilidade TRANS. Foi um verdadeiro choque, quando me deparei com aquela mulher de imagem forte e uma fala muito potente, até aquele instante não sabia que estava de frente com a famosa Laura.

Foi um dia e tanto, participamos de uma roda de debates e trouxemos vários assuntos de pauta e também os gargalos do município que deveríamos enfrentar.

A partir de então, foram só boas risadas e um almoço para falarmos de projetos em comum. Ela é uma militante e já disputou anos antes a casa legislativa da cidade com a candidatura a vereância, não ganhou e a cidade perdeu uma chance de tê-la à frente da política pública local. Mas, não perdemos a professora guerreira e atenciosa com todos, seus alunos fazem festas ao estar em sua companhia, suas aulas dinâmicas trazem o resquícios de um tempo em que parece ter feito a educação parar no tempo - brincadeiras, cantigas de roda, músicas, teatros e amor pela profissão - esta sim é a receita para viver a pedagogia de forma plena e absoluta.

Fui logo sugerindo almoçarmos para conhecê-la um pouco mais e aproveitar aquele momento de lazer e descontração para chamá-la a participar da minha pesquisa - e foi assim – Laura topou me ajudar na construção do diálogo relacionado às professoras TRANS, trocamos telefones e e-mails. A partir de então, começamos a nos comunicar e trocar experiências, inicialmente, iria estar com ela em fevereiro ou março, o que não foi possível, até que em maio de 2020, pressionado pelo tempo, encaminhei por e-mail um roteiro da conversa que aconteceria presencialmente, contando com 03 (três) módulos temáticos centrais e algumas perguntas focando questões sobre a infância, a relação com a família, com a escola, com a profissão e os desafios de ser trans e professora no Brasil - país líder em mortes LGBTQI+ - dentre outras colocações. Para minha surpresa, Laura responde via um áudio no aplicativo *WhatsApp*. Conforme este áudio, ela informou que não conseguiria me atender preenchendo o roteiro, pois estava acometida de comorbidade que necessitaria de tratamento. No entanto, este primeiro contato contribuiu para pensarmos as trilhas metodológicas:

Laura: “Oi Ernane que bom!!! Fico muito feliz com a finalização deste trabalho, né?? Muito esperado e, claro, que eu vou estar junto e claro que eu quero muito participar, agora eu só tenho uma limitação e preciso que você me mande as perguntas e eu vou te respondendo por áudio porque eu não estou conseguindo digitar [...]peço que, se possível, façamos isso tudo por áudio, se você não se importar, tô aqui super esperando e parabéns pela caminhada, eu acho que é isso, é muito urgente e é necessário que seja você nisso!!!”.

Assim, importante destacar que o motivo pelo qual encaminhei o roteiro, foi uma estratégia usada para não perder as informações, onde eu pudesse me socorrer em uma dúvida talvez. Depois, tudo isso foi reavaliado e voltamos para a

conversa online, o que para mim foi a parte mais importante desta dissertação. Mais que depressa, fui guardando os áudios e enviando-os no mesmo instante. Deste modo, foi necessário repensar uma nova configuração na metodologia, mediante a solicitação da minha participante. Não poderia ser mais da forma pensada anteriormente e nem diante do processo da pandemia que, por pouco, não retirou a conversa como perspectiva central da dissertação. Em conversa com meu orientador, ele elucidou a importância de se manter as conversas, adaptando-as para um formato online - remoto. Assim, o desafio posto me levou a contactar novamente as participantes para sabermos da possibilidade de participarem conosco nestes momentos on-line. Além disso, os áudios trocados também contribuíram para complementação da conversa realizada no Google Meet e ZOOM, por ser mais acessível a ela.

Laura, então, me diz que para além das nossas conversas via *WhatsApp* poderia acessar alguns trabalhos que ela já havia feito. Sugeriu que fossem acessados vídeos na plataforma *YouTube*, em que participou de várias discussões sobre temas que atravessam a minha dissertação. Os temas tratavam das transexualidades na educação, discussões a respeito da falácia intitulada “ideologia de gênero”, dentre outros.

Sem saber muito bem como aproveitar este material e como afetaria a investigação, tendo em vista que alteraria, sobremaneira, toda a perspectiva metodológica, bem como seus objetivos e outros elementos. No meio de toda esta instabilidade gerada, não sabia muito por onde caminhar... Senti-me perdido... Então, recebo uma ligação do orientador Ivan Amaro, me acalmado dizendo o seguinte:

É isso mesmo! Que bom que, no meio de um turbilhão que estamos vivendo - COVID 19 - as participantes estão, de algum modo, mudando a maneira de lidar com tudo isso e atendendo ao seu chamado da pesquisa, te desalojando e te abalando. O trabalho de pesquisa é assim mesmo imprevisível, incerto e que, por vezes, necessita de rearticulações, reordenamentos, reorganizações...Vamos pensar em alternativas... As conversas precisam acontecer e o uso de ferramentas online pode ser muito potente. Não considero um bom caminho abandonar as conversas.

Então ela me bombardeou de vídeos e gravações, onde ao longo desta dissertação vocês poderão ler trechos “TRANScritos” do trabalho desta mulher, professora, cidadã, e acima de tudo Travesti.

Pesquisador: Foram entrevistas muito singulares e importantes, fazem referências a grandes estudiosos da temática de gênero e da chamada ideologia de gênero, por exemplo: [Daniel Cara] que é o coordenador e

presidente da rede da campanha de direito à educação que por sua vez, tem acesso livre ao território de Brasília para discutir educação infantil e coordena um importante grupo uma ONG nacional e que tem entrâncias, sobretudo internacional no campo da educação. O outro foi com [Antonio Quinet] que é o responsável pelas traduções dos textos de Jacques Lacan pra língua portuguesa e tiveram uma conversa muito boa porque ele é psicanalista e psiquiatra e nas suas conversas eram dois pesquisadores ali falando sobre várias coisas, e também com o [Rogério Junqueira] que discute a “ideologia de gênero” falando de muitas coisas e tudo isso contribuiu muito para este processo de pesquisa.

Entretanto [...] percebemos que ainda havia um “GAP” e este intervalo foi o gatilho para entrarmos novamente em cena com todas as professoras, foi então que no dia 26 de setembro de 2020, por volta das 14 horas, fizemos, por meio da plataforma *Google Meet*, uma reunião virtual com Laura.

Laura se dispôs a nos atender num belo sábado de sol... Uma conversa que foi acontecendo... Estávamos além de mim e Laura, meu orientador, que se desdobrou para estar comigo nesta retomada e que foi fundamental para dar certa segurança neste acontecimento... Foi uma longa conversa que durou quase 2 horas! . O material foi gravado, com autorização de Laura, para que pudéssemos obter o máximo possível, já que, estávamos tratando de material importantíssimo para a pesquisa. Foi uma conversa onde foi possível falarmos a respeito do que está se passando no mundo em relação à pandemia e, de forma descontraída, foi fluindo a partir de ideias relativas aos efeitos da pandemia em nossos corpos, impondo a nós mais um conjunto de normas e regras que, semelhante à pandemia do HIV nos anos 1980, foram nos colocando em estruturas comportamentais restritas e biogovernadas. Com a pandemia, temos readequado muito da forma de nos comportar e nos relacionar. Ao iniciar esta conversa, percebi que riqueza dessa pesquisa está justamente na conversa com estas pessoas trans que estão atuando como professoras,

A conversa centrou-se, então, nos seguintes eixos: *I – Como se tornaram professoras; II – Dificuldades e desafios da profissão (quais as expressões de TRANSfobia ocorrem/ocorreram nesse processo); III – Práticas docentes de uma “Educação contra a TRANSfobia” na formação de crianças e adolescentes.*

E bom deixar claro que aqui na dissertação, não há uma intenção de dar “visibilidade” a nenhuma das participantes da pesquisa e sim, construir juntas um processo de visibilidade e que o nosso lugar de fala é um lugar de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e TRANS.

1.2.2 Dani: “[...] ser professora foi uma questão política, sempre quis fazer algo que fosse importante para o mundo”

Em 2019, fui convidado a estar num programa de rádio na cidade de Duque de Caxias para falarmos na rádio Ativa FM 98,7 com vários convidados discutindo as diversas formas de preconceito. Lá, me deparei com a Dani, professora de ensino fundamental, com graduação e especialização. Fiquei surpreso ao tratar os temas que surgiam dos ouvintes até que ela me diz que além de ser uma mulher transexual tem sua orientação sexual à bissexualidade. Ali houve um silêncio e pude perceber que a discussão seria além do proposto, pois hoje em dia é difícil alguém assumir a bissexualidade. Não me fiz de rogado e conversamos a respeito da sua atuação na educação em salas de aula. Dani foi muito transparente me dizendo que não via problemas, que o maior desafio de ser uma professora trans é o fato de demonstrar a capacidade para tal.

Marcamos de conversar mais à frente e assim aconteceu, falei a respeito da minha dissertação e ela achou que poderia sim contribuir e se colocou à disposição para ajudar no que precisasse. Trocamos telefones e e-mails quando estava com o roteiro de conversas pronto encaminhei e tive a enorme surpresa de recebê-lo todo respondido, contando um pouco de sua vida privada e pública. Trabalhamos com a ideia do roteiro dos eixos temáticos referentes à docência TRANS e seus processos de subjetificação. Pensando na educação inclusiva em geral, passamos a nos falar pelo *WhatsApp*. Foram várias conversas, foi muita cordialidade da parte dela disponibilizar seu tempo e percebemos a importância para ambos, pois ali certamente teríamos um rico material para apresentarmos à todos vocês.

Talvez, por compreender a importância e o real significado da educação TRANSformadora de uma realidade social marcada pela negação, a exclusão, o preconceito, a discriminação de direitos aos desiguais ou diferentes, implicando na construção democrática de políticas públicas voltadas para a valorização das diferenças e reconhecer o empoderamento e visibilidade TRANS.

1.2.3 Amara: “[...] sofri todo tipo de distanciamento em relação aos meus familiares... tudo isso devido ao meu processo de transição, mas sobrevivi!!!”

O meu encontro com a professora Amara foi diferente, por uma questão muito latente que assola nosso país: os altos índices de desemprego. Ela veio até mim para deixar um currículo. Infelizmente, esta professora estava desempregada à época, portanto, estava fora das salas de aula. Lugar que por muito tempo foi a sua casa, o seu refúgio. Amara é natural do Rio de Janeiro, vive em um bairro da zona norte, é casada tem 41 anos. No ensino médio, fez curso Normal de Formação de Professores no Instituto Superior de Educação, do Rio de Janeiro e Pedagogia com Habilitação em séries iniciais. Trabalhou no FIRJAN-SESI/SENAI-RJ como professora da Educação de Jovens e Adultos/EJA à noite e, durante o dia, era funcionária do município, como Agente Comunitária de Saúde.

Atuando diretamente no movimento social LGBTQI+ e participando de um grupo de *Whatsapp* chamado de “Grupo TT” para tratarmos de questões voltadas às pessoas trans, consegui me aproximar um pouco mais da Amara e assim foi possível entender melhor as necessidades diretas, tal qual a questão da falta de emprego. Por sua vez, a participante se mostrou sensível à pesquisa – afinal – estamos mais uma vez falando num espaço acadêmico para todes à respeito delas. Encaminhei, inicialmente, roteiro inicial com os assuntos que queríamos abordar na conversa. No entanto, o retorno também não atendeu a nossas expectativas metodológicas, tendo em vista que corromperia a ideia de realização de uma “conversa”. Ficou latente que esta estratégia foi um equívoco e não daria conta de atender aos nossos objetivos. Foi assim que Amara conversou comigo. A conversa fluiu com muita transparência e respeito e, diferentemente das conversas com as outras, o uso do *WhatsApp* e diversas ligações trocadas foram os principais mecanismos usados.

Ela deixa claro que é uma mulher transexual readequada e já tem nome reconhecido. Amara viveu uma experiência transformadora, diz ela:

Amara: *Realizei a cirurgia de readequação sexual no Hospital Referência do Rio de Janeiro, no início de 2012. Sobre o processo de readequação sexual afirmo “que foi a dor e a delícia de querer ser mulher!”. Quando me refiro à dor, é a própria dor física, justamente por todo o processo cirúrgico, complicações pós-operatórias e recuperação. A delícia para mim foi acordar da cirurgia e não ter mais o pênis que tanto atrapalhava sua vida.*

Amara diz entender que tudo que passou foi uma lição que, mesmo estudando, não viveu na escola e, sim, na vida. Acordar e ter a certeza de que daquele dia em diante era uma mulher transexual foi uma experiência marcante

para a sua identidade. Quanto a sua religião se diz católica, mas afirma ser não praticante.

Amara diz sempre frisar em sua militância a seguinte frase: *“Não é uma genitália que define mulheres Trans ou Travestis, mas para as redesignadas importa!!!...Isso não é ser genitalista, é encontrar consigo própria. Isso não é coisa de guerra ou de embate, mas sim de posição!!!”*

1.2.4 Leona: “[...] o contato com a masculinidade tóxica, me fazia cada vez mais distante da minha feminilidade”

Por fim, a última professora a fazer parte desta dissertação foi a Leona, moradora de São João da Barra, um município afastado do Rio de Janeiro, bem interiorano e acolhedor. A princípio, cheguei à cidade para uma reunião de trabalho em meados de 2019 com gestores locais com a finalidade de tratarmos as questões voltadas à políticas LGBTQI+ – buscando uma interlocução com as secretarias de assistência social, saúde, trabalho e renda, segurança e educação - foi um dia muito produtivo e ali surgiu a possibilidade concreta de dialogarmos com a população alvo da cidade. Assim, meses depois, me convidaram para uma *LIVE* buscando evidenciar que tipo de gestão e política estamos fazendo na capital do Rio de Janeiro e no Programa Rio Sem LGBTIfobia com seus Centros de Cidadania.

Assim, conheço Leona e sua história apontando todos os desdobramentos da sua vida pública e da vida familiar também. Queria muito ter uma participante do interior do Rio de Janeiro para trazer os motivos que a levaram a assumir sua transexualidade e como escolheu seguir a docência como profissão. Leona nasceu em 1976, foi a 5ª (quinta) criança de uma família de 07 (sete) irmãos. Cresceu em um vilarejo pequeno chamado Barcelos, cidade do Norte Fluminense do Rio. Desde muito cedo, se sentia diferente dos outros garotos, o que não a impediu de ter uma infância divertida como qualquer criança do interior. Com a adolescência, veio o turbilhão de informações, mas disse não ter sofrido problemas com *bullying* na escola. Sua trajetória escolar, até a conclusão do ensino fundamental, parece ter transcorrido sem grandes fatos de violência ou preconceitos.

Assim, trocamos vários áudios e mensagens via *Whatsapp* e também trocamos alguns emails, deixando-a livre para relatar toda a sua experiência vivida, períodos da sua infância e adolescência, passando à vida adulta como professora.

Contudo, a “cereja do bolo” estava por vir... Achamos [*Ivan e eu*] o relato de Leona tão interessante e com elementos tão importantes e ricos de serem desdobrados que propusemos uma conversa online. Ela aceitou imediatamente. No dia 17 de setembro de 2020, por volta das 21 horas, nos encontramos em uma sala da plataforma ZOOM. Conversamos por cerca de 1 hora.

A seguir passaremos aos caminhos percorridos e quais resultados foram possíveis neste enorme cenário da educação e seus atravessamentos.

2 TRABALHANDO O LUGAR DE FALA

Perder-se também é caminho.

Clarisse Lispector

Este é um momento muito especial para mim, sendo um pesquisador homem, branco, classe média, CISgênero, homossexual, servidor público estadual, dentre outras especificações. Algumas pessoas me questionam a respeito do meu tema. Por que falar de pessoas TRANS na docência? Pois, este é o mote do trabalho – Docências TRANS em evidência: entre TRANSições, TRANSfobias e práticas pedagógicas TRANSformadoras. O que é o lugar de fala? E qual é o meu lugar de fala? Qual é o seu conceito? De onde surgiu? Seria preciso então, desestabilizar e transcender a autorização discursiva branca, masculina CIS, eurocêntrica e debater como as identidades foram construídas nesses contextos. Indagar os significados empreendidos acerca da presença de professoras TRANS, suas formas de entrada e desempenho no ambiente escolar, percebendo as provocações. Talvez, buscar compreender de que forma a construção dos corpos de pessoas trans provocam neste espaço escolar, enquanto espaço visto cheios de regras e normas. Assim, a comunidade escolar acaba se manifestando de forma desigual quando o assunto são as práticas pedagógicas e suas formas de integração ao corpo discente. Fica claro que, quanto mais professoras assumem e militam, torna-se a questão mais potente, foi assim que a professora Laura observou em suas aulas:

Laura: *Precisamos cada vez mais discutir práticas pedagógicas que as professoras já vêm trabalhando, seja na educação básica, na educação superior, seja em outros lugares que você considera que são práticas transformadoras e por isso que falamos do nosso compromisso, a partir, do momento em que me transformo nessa educadora, pensando em ser uma educadora melhor do que aqueles que foram comigo.*

Pesquisador: *Você acredita que a sua atuação como professora pode provocar mudanças, neste sentido?*

Laura: *O tempo todo. O trabalho que uma professora desenvolve durante uma vida inteira talvez nunca seja reconhecido senão por seus alunos, talvez diretores e uns poucos colegas....das práticas pedagógicas TRANSformadoras ela muda porque há uma consciência dessa práxis TRANSformadora e ela não é uma discussão solta. Está imbricada com todas estas análises que eu trago da Laura. Quando solicito, por exemplo, o meu nome social em todos os formulários da [Instituição], o departamento jurídico vai ter que rebolar para dar conta é um direito meu. Eu sou a Laura em qualquer lugar que você fale, e meus prontuários são preenchidos a partir da minha identidade sou LAURA.*

Talvez ainda estejamos distantes de um efeito hermeticamente “fechado” em relação a maneira que devemos rever a questão das disciplinas na educação, como diz Lispector ‘*Perder-se também é caminho*’ o importante é não estagnarmos. Então, antes de chegarmos ao que se entende sobre o conceito de “lugar de fala” propriamente dito, se é que existe um conceito? Vale a pena falarmos dos percursos de lutas do movimento feminista, do povo negro, especialmente das “mulheres negras” em prol de seu ativismo e engajamento na causa, buscando a liberdade, a não violência, o seu empoderamento e seu lugar dentro do sistema sócio-político que vêm de décadas, pois desde muito tempo as mulheres negras estão lutando para serem reconhecidas como sujeitos políticos e produzindo discursos contra hegemônicos. A tamanha urgência de se pensar políticas públicas para as denominadas minorias sociais, grupos de pessoas que se encontram em situação de desvantagem social, étnica, classe, religiosa, cultural, sexual e econômica dentro de uma sociedade.

Jaqueline de Jesus (2013, p.4) apresenta uma nova configuração para discutir o feminismo: o movimento “transfeminista”. Assim, reforça o espaço que as mulheres transexuais e travestis possuem e se apoderaram nas últimas décadas. Dessa forma, cabe pensarmos sobre o que é transfeminismo, a professora Amara reconhece a condição de mulher TRANS há décadas e trabalha muito bem a questão do empoderamento de sua identidade, vejam:

Amara: *Sou mulher transexual há 20 anos. nunca me vi como travesti MESMO naquela época sendo a única forma de identificação das pessoas TRANSGÊNERAS. Hoje tenho 42 anos, 8 anos como redesignada, por isso me afirmo hoje como mulher transexual redesignada - são as cirurgiadas. A minha infância foi um transtorno em reconhecer minha identidade de gênero, não entendia muito bem o que era ser uma mulher transexual. Eu não quero mais me esconder de todos que perceberam a minha transição e ficavam pelas minhas costas cochichando. Para mim, ficava nítida a discriminação e violência de forma velada. [...] Então eu comprei a roupa mais feminina, justa e brilhante que encontrei. Ficaram me olhando de cima à baixo e eu disse: a partir de hoje meu nome é Amara!!!*

O TRANSfeminismo surge como uma linha de pensamento e movimento feminista em construção. Koyama (2001) o definiu, simplesmente, como um movimento feito por e para mulheres transexuais, porém se busca uma definição além, que o compreenda “tanto como uma filosofia quanto como uma práxis acerca das identidades transgênero que visa à transformação dos feminismos” (JESUS & HAILEY, 2010, p. 14).

Ainda, segundo a autora (2013, p.5), essa potente concepção embrionária do transfeminismo vem se estruturando ao longo da segunda década do século XXI, a partir de textos contundentes e detalhados como “Introdução ao Transfeminismo”, de Hailey Alves (2012), o qual destaca nomes de diferentes autores como fontes iniciais para o desenvolvimento do transfeminismo, como um pensamento feminista universalizado, tais como Sandy Stone (1987), Sylvia Rivera (2007), Kate Bornstein (2012), Julia Serano (2012), Emi Koyama (2001) e Patrick Califia.

Cabe ressaltar a importância da tecnologia para essa evolução, a internet tem sido o campo principal dos debates transfeministas, realizados não apenas em espaços virtuais frequentados por pessoas transgênero e criados para elas (pode-se citar a comunidade Transfeminismo, no Facebook⁸, e o blog Transfeminismo⁹), mas também em outros de maior abrangência populacional que incluíram discussões intensas e consistentes sobre feminismo e Transgeneridade. Além disso, há também discussões sobre transfeminismo em diálogo com as questões de raça, como é o caso do Blogueiras Negras¹⁰. (JESUS, 2013, p. 4)

Sabemos que teremos que lidar com um emaranhado de questões que nos trarão outras imbricações, tais como: intersecções de raça, orientação sexual, identidade de gênero, sexo, religião, classificação dentre outras buscando compreender a necessidade do lugar de fala. É preciso entender que um desses marcadores não exclui outros, elas se complementam e somam forças para que todos tenham o seu lugar de fala. E, para tal, é preciso focar nessa realidade ou, como as feministas negras afirmam há muito: *nomear. Se não se nomeia uma realidade, nem sequer serão pensadas melhorias para uma realidade que segue invisível*. Devemos urgentemente tirar essas pautas da invisibilidade e analisá-las com um olhar interseccional, buscando fugir de análises simplistas, operando novas formas de sociabilidade e rompendo com essa tentação de universalidade que a exclui.

No que tange à interseccionalidade, representada pelo segundo princípio do TRANSfeminismo (reiteração do caráter interacional das opressões), e à valorização das experiências das pessoas TRANS (quarto princípio), pode-se

⁸ Endereço: <http://www.facebook.com/#!/groups/334400389941600>

⁹ Endereço: <http://transfeminismo.com>

¹⁰ Endereço: <http://blogueirasnegras.wordpress.com>

afirmar que são elementos herdados do feminismo negro (COLLINS, 1990), o qual, ainda na década de 1970 do século XXI, defendeu que (1) as opressões têm uma natureza simultaneamente operacional e interligada, de modo que preconceitos e discriminações de gênero dialogam com os de raça, orientação sexual, idade, origem, entre outros; e que (2) a experiência de vida e de lutas, e o conhecimento acumulado pelas mulheres negras, no processo de enfrentamento ao racismo, ao sexismo e ao machismo, configura-se como um elemento central para os debates e ações de cunho feminista.

Outra pensadora feminista de grande destaque que trata o ‘lugar de fala’ é Davis. Angela Yvonne Davis nasceu na cidade de Birmingham, Alabama, Estados Unidos, em 1944, em uma região de extrema violência racial conhecida como Dynamite Hill. Desde cedo, portanto, Davis teve que enfrentar o racismo institucionalizado em seu país. Em uma das suas inúmeras obras *Mulheres, raça e classe* é sem dúvida fundamental para se entender as nuances das opressões de mulheres negras vivendo a escravidão e seus efeitos, da forma pela qual a mulher negra foi desumanizada, ferida, discriminada nos dando a dimensão da impossibilidade de se pensar um plano de nação que desconsidere a centralidade do mote racial, já que as sociedades escravocratas foram forjadas no racismo.

Em 2019 Angela Davis esteve em São Paulo para uma palestra e deixou aberta a discussão a respeito da representatividade das mulheres negras no Brasil. É como se a validação dos conceitos, que hoje conhecemos como estudos decoloniais e interseccionais, devessem passar pelo crivo da valorização do que é internacional, de preferência, norte-americano ou europeu. O que nos mostra como é importante para quem atua na academia que o discurso interseccional e decolonial seja mais que discurso, seja prática em nossas pesquisas e em nossas ações.

Davis acredita que raça, classe e gênero são categorias que devem ser consideradas em conjunto. Durante conferência realizada em São Luís, no Maranhão, durante a 1ª Jornada Cultural Lélia Gonzales em 1997, ela explicou que apesar de vários argumentos defenderem a classe como o fator mais importante, é necessário considerar os outros aspectos para entender como, juntos, podem criar diferentes tipos de opressão.

É preciso compreender que classe informa a raça. Mas raça, também, informa a classe. E gênero informa a classe”, diz. “Raça é a maneira como a classe é vivida. Precisamos refletir bastante para perceber as intersecções entre raça, classe e gênero, de forma a perceber que entre essas categorias existem relações que são mútuas e outras que são

cruzadas. Ninguém pode assumir a primazia de uma categoria sobre as outras. (DAVIS, 1997, p.8)

Todos os caminhos percorridos até o momento foram importantíssimos para que pudéssemos ter uma compreensão maior do que é o lugar de fala. Há estudiosos que pensa lugar de fala a partir da Psicanálise, analisando as obras de Michel Foucault, de estudos de Linda Acolf, uma filósofa panamenha, e de Gayatri Spivak, professora indiana. Para além das autoras Patrícia Hill Collins, a partir do *feminist standpoint* e Grada Kilomba em *Plantations Memories: Episodes of Everyday Racism*.

Djamila Ribeiro (2019) é um nome para irmos ao encontro da conceituação do termo em sua obra “O que é lugar de fala?”. O vocábulo “lugar de fala” é muito referenciado em conversas entre militantes de movimentos LGBTQI+, feministas e negros, aparecem com frequência em conversas e em debates na internet, hoje todos têm o seu espaço por trás de uma tela de computador ou seu smartphone. O conceito não é tão simples quanto acreditamos ser, ele representa a busca pelo fim da mediação, a pessoa que sofre preconceito fala por si, como protagonista da própria luta e também pelo movimento. Creio que, todos os caminhos percorridos até aqui foram importantes para que pudéssemos ter um maior entendimento do que é lugar de fala, porém ainda existem muitas dúvidas em relação ao conceito.

O termo lugar de fala é um mecanismo que surgiu como contraponto ao silenciamento da voz de minorias sociais por grupos privilegiados em espaços de debate público. Ele é utilizado por grupos que historicamente têm menos espaço para falar. Assim, negros têm o lugar de fala - ou seja, a legitimidade - para falar sobre o racismo, mulheres sobre o feminismo, as mulheres transexuais, travestis, gays e lésbicas sobre a LGBTIfobia e assim por diante. Na prática, o conceito pode auxiliar pessoas a compreenderem como o que falamos e como falamos marca as relações de poder e reproduz, ainda que sem intenção, o racismo, sexismo, a misoginia, o machismo, a LGBTIfobia e preconceitos de classe e também religiosos.

2.1 Lugar de fala - Um conceito em movimento interseccional

Traçando uma breve trajetória da minha história, entrei na Universidade no ano de 2002, no curso de Direito. Comecei a estagiar no Núcleo de Direitos Humanos, atendendo diretamente a mulheres vítimas de violência verbal e física por parte de seus companheiros, numa época em que não se falava da Lei Maria da Penha, somente aprovada e promulgada em 2006 e que fez 14 anos em agosto de 2020. Para além, estendemos o atendimento a pessoas LGBTQI+, a questão da LGBTIfobia externalizada e internalizada, alteração de nome e sexo, judicialmente conhecida como requalificação e retificação civil¹¹ e que, à época, registramos uma grande procura por parte das pessoas transexuais e travestis e que foi pauta no ano de 2018 em discussões acerca do Provimento nº 73 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)¹².

Além de questões atinentes ao nome social, também se fizeram presentes outras, como o fato de encontrar-se em vulnerabilidade social (em situação de rua) e a necessidade de abrigo para esta população, alguns com problemas de álcool e drogas. O quadro se agrava quando havia, por parte dos familiares, a rejeição devido a não aceitação pela orientação sexual ou identidade de gênero dos atendidos e acompanhados no núcleo de Direitos Humanos da Universidade do Grande Rio.

Nesse breve relato, busco as questões para me colocar neste contexto de pesquisador dos estudos de gênero e que toma como preocupação as transexualidades e travestilidades na educação, pois como sabemos a dificuldade de permanecer neste espaço-escola.

Bento (2011, p.558) analisa que “pessoas transexuais e travestis são expulsas de casa, não conseguem estudar, não conseguem emprego, são excluídas de todos os campos sociais”. Ainda de acordo com a autora:

a natureza da violência que leva uma criança a deixar de frequentar a escola porque tem que trabalhar para ajudar a família não é da mesma ordem daquela que não consegue se concentrar “[...]” porque é “diferente”. Daí a importância de pesquisas (com recortes de gênero e sexualidade) que demonstrem os encaixes dos indicadores de “sucesso” e “fracasso”, deslocando o olhar dos conteúdos visíveis para os invisíveis (BENTO, 2011, p. 11).

¹¹ Averbação da alteração do prenome e do gênero nos assentos de nascimento e casamento de pessoa transgênero no Registro Civil das Pessoas Naturais (RCPN).

¹²<https://www.anoreg.org.br/site/2018/06/29/provimento-no-73-do-cnj-regulamenta-a-alteracao-de-nome-e-sexo-no-registro-civil-2/>

Segundo Benedetti (2005), o processo de transformação das pessoas trans constitui uma luta pelo que elas chamam de feminino que lhes é próprio, de modo que fabricam formas e contornos femininos, com auxílio da tecnologia e da medicina estética, nos seus próprios corpos. Essas pessoas, em função de sua identidade, criam seu próprio gênero, seus próprios valores relacionados ao feminino e ao masculino. Isso evidencia uma construção social da identidade de gênero própria delas, outro aspecto importante relacionado à identidade de gênero, é que as travestis percebem o corpo não apenas como atributo social, mas como sua verdadeira identidade social, pois este processo faz parte, inclusive, da sua formação pessoal.

Fazendo uma analogia ao que Benedetti traz acima com relação aos processos de transformação, não foi diferente para a professora Leona que, ao longo da sua transição e com a contratação como docente, alternava entre os gêneros masculino e feminino em sua cidade. Conforme relata:

Leona: *Passei ainda como professor o ano de 2012. Em 2013, assumi minha identidade de gênero, já que voltei das férias com as próteses de silicone. Sempre me questionavam, claro!! Como eu passei no concurso para um distrito próximo a minha cidade, em São João da Barra na região norte do Rio eu vivia a todo instante em processos de mudanças pela manhã era o professor e a noite eles viam a Leona. Eles sabiam que aquela mulher era eu!!!*

Pesquisador: *Não é por acaso que Leona preferiu esperar o melhor momento para se assumir como uma mulher trans, em meio aos seus colegas de classe, assim também foi com a comunidade ao seu redor. Estamos nas salas de aula, nas academias, nas empresas, nos grandes comércios, cada dia mais ocupando o nosso espaço na sociedade e ainda existem estas dificuldades e barreiras da não aceitação, da não compreensão e até mesmo da rejeição por parte de alguns.*

A professora Amara nos relata uma situação bem parecida com a Leona, em relação à primeira experiência como docente. E caberá aqui um parêntese que advém da problematização causada sobre o imaginário social que acredita que o corpo é determinado pela predisposição do sexo, implantando uma “heterossexualidade compulsória” (BUTLER, 2010) dos modos masculinos e femininos de ser como pertencentes, respectivamente, ao homem e à mulher. Faz-se assim, imprescindível, que atentemos como docentes, esses tais espaços de ponderação através da escola e que, cada vez mais, possamos assegurar um trabalho sistemático que enfrente as desigualdades dos gêneros.

Amara: *A minha primeira experiência com a educação foi no SESI. Naquela época, ainda estava transicionando para o gênero feminino. Me*

vestia como mulher, mas ainda não tinha adotado minha identidade totalmente para as pessoas no trabalho.

Pesquisador: *Havia resistências por parte do corpo docente?*

Amara: *Eles não compreendiam o que eu era... uma [coisa], uma mulher lésbica, e estava mudando... mas eu tinha que vestir roupas masculinas, pois minha mãe não podia saber, ao mesmo tempo, eu já estava introduzindo hormônios.*

Pesquisador: *E como foi para você assumir também para toda sua família?*

Amara: *Quando criança lembro muito bem de fazer [xixi] sentada na privada e apanhava por causa disso da minha mãe, estava nítido para mim a questão da heteronormatividade e o modo cultural ou seja, uma cultura raiz, misógina, machista, heterossexista e padronizada.*

Pesquisador: *E como foi possível (se foi?) dar um fim para a questão do padrão normatizador intrafamiliar?*

Amara: *Passei a ver quem eu era e aceitei deixar que ela entendesse que para ela seria o filho e para fora eu seria a mulher que eu queria ser.*

Asseguro que, desde o início desta dissertação, estas questões me inquietavam, principalmente, em se tratando das temáticas relativas à transexualidades e travestilidades na docência. Primeiro, porque sou homem gay cisgênero e segundo, porque não sou da área de educação. Assim, as questões vieram: É legítimo o meu lugar de fala? Posso falar? O que acontece quando nós falamos? Sobre o que nos é permitido falar?

Talvez, na minha humilde ignorância, não tivesse a noção da importância do “lugar de fala”, especialmente para pensarmos as intersecções e aprender a lidar com as diferenças que nos circundam e não vê-las como algo negativo. O lugar social não determina uma consciência discursiva sobre esse lugar.

Portanto, a meu ver o lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências distintas e outras perspectivas de qual é o nosso lugar de fala. Trazendo-me como referência neste espaço acadêmico, me compreendo como privilégio o meu lugar de fala por ser homem, branco, (CIS), classe social mediana, mestrando, estar empregado e ocupando uma situação favorecida num país de grandes desigualdades. Ao compreender este meu lugar de privilégio coloco-me como aliado e parceiro nas lutas contra as opressões sem ter qualquer intenção de protagonizar os lugares dos diversos sujeitos que mais sofrem determinadas opressões. Dessa forma, é relevante que eu descreva, mesmo que de forma breve, um pouco da minha história e de meu envolvimento com as temáticas que aqui apresento nesta dissertação.

Há, aproximadamente 15 anos, estou envolvido nos movimentos LGBTQI+, procurando estar nos espaços abertos a outros movimentos tais como movimento negro, movimento de mulheres, movimentos religiosos, movimentos indígenas, movimentos quilombolas e afins. Após ter lido alguns artigos a respeito, pude me deparar com histórias ricas, tal qual, o relato da máscara da escrava Anastácia trazida por Grada Kilomba (Djamila, 2019 p. 75-76). A escrava foi obrigada a conviver com uma máscara cobrindo a sua boca que, formalmente, era usada para impedir que as pessoas negras escravizadas ‘bebessem’ enquanto eram forçadamente obrigadas a trabalhar nos campos. A máscara também tinha a função de impor o silêncio e o medo, na medida em que a boca era um lugar tanto para impor o silêncio como praticar a tortura. Interessante notar que a escritora negra brasileira Conceição Evaristo, ganhadora do prêmio Jabuti com sua bela obra *Olhos d’água*, faz um diálogo interessante com o que Grada Kilomba disse acima, em uma entrevista ao site *Carta Capital*, Evaristo (2017) diz:

[...] aquela imagem da escrava Anastácia, eu tenho dito muito que a gente sabe falar pelos orifícios da máscara e às vezes a gente fala com tanta potência que a máscara é estilhaçada. E eu acho que o estilhaçamento é um símbolo nosso, porque nossa fala força a máscara. (EVARISTO, 2017, p. 47)

E assim, partimos para as reflexões. Falar muitas vezes implica receber castigos e represálias e, justamente por isso, muitas vezes, preferimos concordar com o que se está sendo dito - discurso hegemônico - como modo de sobrevivência? E, se falamos, podemos falar sobre tudo ou somente o que nos é permitido falar? Quem detém o “poder” de autorizar as falas? Numa sociedade supremacista, patriarcal e branca, mulheres brancas, mulheres negras, pessoas transexuais, mulheres lésbicas, homens negros, gays podem falar do mesmo modo que homens brancos CISHeterossexuais? O espaço proposto seria ou é o mesmo?

Assim, construindo e delineando o meu lugar de fala, iniciei meu ativismo junto a “grupos vulneráveis” em relação à população LGBTQI+ desenvolvendo um melhor conhecimento das questões atinentes à orientação sexual e identidade de gênero. Em 2006, participei ativamente como voluntário no Grupo Pluralidade e Diversidade Homossexual, me identificando com o movimento LGBTQI+ e vivenciando espaços da sociabilidade LGBTQI+, na Baixada Fluminense.

De acordo com Bastos (2002) grupos vulneráveis são compostos por pessoas pertencentes a uma minoria que, por motivação diversa, tem acesso,

participação e/ou oportunidade igualitária dificultada ou vetada, a bens e serviços universais disponíveis para a população.

Ainda na graduação em direito 2007, fui “flechado” pelas questões relativas à comunidade LGBTQI+. A minha monografia foi na área de Direito Civil discutindo os Direitos homoafetivos. Um período que eclodiram as discussões a respeito de “Novos arranjos familiares e famílias homoafetivas” – mais especificamente, tratando da adoção, fertilização ‘*in vitro*’ e filiação por casais do mesmo sexo. Havia, ainda, uma discussão no mundo do Direito a respeito de quem seria responsável por este novo “signo” Direito de família ou Direito civil. Em 2008, fui convidado pela Organização de Direitos Humanos Projeto Legal para coordenar o 1º Centro de Referência e enfrentamento à Homofobia na Baixada Fluminense¹³, que representou uma das ações pioneiras no sentido de dar respostas às demandas da sociedade civil, mais especificamente, a comunidade LGBTQI+ da Baixada Fluminense, no sentido de fomentar políticas públicas igualitárias entendendo o universo como plural e diverso, que todos imaginavam ser na perspectiva de acesso a direitos básicos dessa comunidade.

Após esta experiência, em novembro de 2009, fui convidado para trabalhar na Superintendência de Direitos individuais, coletivos e difusos (SUPERDir) que fazia parte da estrutura da extinta Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos exercendo a função de assessor técnico do Programa Rio Sem Homofobia. Em agosto de 2011, assumi a função de coordenador técnico do Centro de Cidadania LGBT da Baixada I (CC-LGBT) do Programa Rio sem Homofobia, vinculado também à Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos. Permaneci nesta função por aproximadamente 08 (oito) anos. Dentre os serviços prestados à população LGBTQI+, estavam à oferta de acolhimento e de atendimento jurídico, social e psicológico para vítimas de violência, para familiares e para amigos. Além disso, o Centro da Cidadania LGBT também serviu como centro de irradiação de informações e mobilização em políticas públicas de combate à LGBTIfobia e de promoção da cidadania LGBTQI+.

¹³ A ODH- Projeto Legal, como instituição de utilidade pública, municipal (RJ), estadual e nacional, com principal atuação na defesa de Direitos Humanos, presta assistência jurídica gratuita a população em geral, especialmente para crianças e adolescentes e LGBTs.

Durante todo esse processo iniciei as minhas especializações voltadas à comunidade LGBTQI+ pois este era o meu objetivo. Então realizei em 2011 - Especialização em Especialização em Gênero e Sexualidade – IMS - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, Rio De Janeiro, Brasil com o título: Um espaço para Homofobia, delegacias do Rio de Janeiro e a tipificação da homofobia nos Boletins de Ocorrência. Já em 2015 me especializei em Direito e Saúde na Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, ENSP/FIOCRUZ, Brasil com o trabalho: "O Espelho fala e clama por um nome"...: As decisões de Retificação do registro civil e sexo no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro ano 2013 a 2015. Seguindo com as minhas atividades acadêmicas em 2016 procurei a Especialização em Promoção da Saúde e Desenvolvimento Social – ENSP - Fundação Oswaldo Cruz, FIOCRUZ, Rio De Janeiro, Brasil e mais uma vez trabalhamos - A Promoção da Saúde de mãos dadas com as lideranças LGBTIA+ na Baixada Fluminense: "Uma questão de Cidadania". Por fim, em 2018 fechei com a Especialização em Movimentos Sociais - EMS/NEEP-DH - Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Rio De Janeiro, Brasil, trazendo no artigo final "A construção de políticas públicas no que tange a comunidade LGBTQI+ e o breve histórico da elaboração do Programa Estadual Rio Sem Homofobia".

Buscando cada vez mais o conhecimento e entendendo que diante do escopo das ações do Programa Rio Sem LGBTIfobia (nome atual) e dos Centros de Cidadania LGBT no Rio de Janeiro, é possível concluir que se trata de um serviço que também se insere no desenvolvimento, visibilidade, cidadania e empoderamento da comunidade LGBTQI+ local e em sua militância, promovendo uma maior autonomia nas decisões e ações desenvolvidas para este grupo, em específico.

O programa sofreu com a grave crise no estado nos anos de 2016 e 2017. Os profissionais estavam com os salários atrasados, sem previsão de pagamento por meses. Com a saída do Superintendente Cláudio Nascimento, exonerado contra a sua vontade em fevereiro de 2017 havia o temor do movimento LGBTQI+ fluminense que se cumpria os rumores que dariam conta do encerramento do Rio Sem Homofobia, nesta época os salários estavam atrasados em 04 (quatro) meses. Cláudio Nascimento (Superintendente à época) ficou sabendo que estava sendo desligado pelo Diário Oficial, apesar de a decisão do governador ter sido tomada em data anterior. Importante destacar que o mesmo, estava à frente do Rio Sem

Homofobia desde a criação do órgão, em 2007, no primeiro governo de Sérgio Cabral. Sem sombras de dúvidas, o programa Rio Sem Homofobia é uma política pública de referência, reconhecida como a melhor da América Latina nas últimas décadas, que poderia ser aplicada em qualquer país do primeiro mundo. Começamos o programa do zero, não tinha nada desenhado dentro do estado e conseguimos construir o maior programa de política pública da América Latina para a comunidade LGBTQI+.

Importante ressaltar que o programa implantou no ano 2010, o primeiro serviço telefônico especializado da América Latina, o Disque Cidadania LGBT – 0800 0234567 - “de ligação gratuita de abrangência estadual, para suporte emocional, informações de direitos e registro de denúncias de casos de violência”. Serviço este que está atuando 24 horas nos 07 dias da semana.

O Programa Rio Sem LGBTIfobia é um legado para a sociedade LGBTQI+, desde 2010, quando foi lançado de fato, ultrapassou a casa de 75 mil atendimentos realizados, entre ações de formação e capacitação e atendimento de pessoas vítimas de preconceito e discriminação, atendidas pelos centros de cidadanias LGBT, dados coletados em meados de 2020 é reconhecido internacionalmente por políticas de boas práticas, também na América-latina foi citado como modelo de gestão de políticas para LGBTQI+.

Em abril de 2018, assumi a Superintendência de Políticas Públicas LGBT da Secretaria Estadual de Direitos Humanos, Mulheres e idosos do Governo do Estado do Rio de Janeiro (SEDHMI). No ano de 2019, com o cenário governamental, o Programa Rio Sem LGBTIfobia continua ativo, com seus 07 (sete) Centros de cidadania LGBT (Central do Brasil, Duque de Caxias, Niterói, Nova Friburgo, Queimados e Volta redonda) mais um Núcleo de Atendimento Descentralizado (NAD) em São Pedro da Aldeia no estado do Rio de Janeiro, porém na atual pasta ano 2020 da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos (SEDSODH) conseguiram ampliar estes equipamentos para um total de 12 (doze) unidades expandindo para os municípios de Maricá, Santa Cruz, Nova Iguaçu e Arraial do Cabo.

A partir da experiência vivida, salientou a importância da discussão em todos os espaços sociais sobre a travestilidade e a transexualidade. É uma realidade e, como tal, precisa ser compreendida, aceita e respeitada. Sabemos que se trata de abordagem recente, algo em torno de aproximadamente 25 anos.

O ambiente escolar, inclusive, surgia nas minhas atividades como um dos espaços em que o assunto era silenciado. No entanto, as lutas do movimento LGBTQI+, com reivindicações específicas dos grupos trans em relação ao uso do uniforme e do banheiro em conformidade com a identidade de gênero, além da reivindicação da legalização do uso do nome social, promoveram uma maior atenção sobre as relações vivenciadas por estes sujeitos no interior da escola. O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)¹⁴, inclusive, foi um dos eventos educacionais pioneiros no uso do nome social. Exatamente por isso, a temática exige discussões para que seja compreendida, para que o combate ao preconceito e o enfrentamento da violência que vive este grupo seja efetivado com diversas ações e pelas mais diversas frentes, dentre elas, a escola é lugar central.

Na primeira edição em 2014, a solicitação do nome social era feita pelo telefone 0800-616161 e, posteriormente, mediante o preenchimento de um formulário específico, durante o prazo de inscrições. Prontamente em 2015, o processo de inscrição de travestis e transexuais que pretendiam ser identificados pelo nome social sofreu alterações para aperfeiçoar o atendimento e também evitar fraudes.

Desde então, os candidates deveriam realizar as inscrições normalmente com o nome civil, no período estabelecido no edital para todos os participantes, e após o término das inscrições, eles têm um novo prazo para o requerimento e envio da documentação.

Ainda em 2015 o exame possibilitou que fosse usado o nome social nos locais de prova. A solicitação, antes feita por telefone, passou a ser feita pela internet. O ENEM é a principal porta de entrada para o ensino superior no Brasil e tem, anualmente, cerca de 8 (oito) milhões de estudantes inscritos. É importante que esteja preparado para acolher todas as pessoas, independente de questões de gênero, um fator importantíssimo além de informar nome social, os candidates deveriam determinar se queriam que este nome aparecesse na lista de sua sala e indicar o ambiente sanitário (masculino ou feminino) a ser utilizado nos dias do exame.

¹⁴ A partir de 2014 foi permitidos que transexuais e travestis utilizassem seu Nome Social para a aplicação do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio). O nome social é o nome que condiz com a sua imagem.

Em 2015, o número de transexuais e travestis inscritos no ENEM que solicitaram o uso do nome social cresceu em 172% em relação ao ano inicial de 2014. Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), foram 278 pedidos para apenas os dois dias de prova, enquanto que em 2014, foram recebidos apenas 102 pedidos. Já em 2019 o número de pessoas trans que optaram pelo nome social aumentou 286% nos últimos seis anos, segundo o INEP, órgão do Ministério da Educação (MEC) responsável pela aplicação do exame, com isso, houve um aumento para 394 nesta edição.

Vale ressaltar que os candidates também têm a opção de excluir a solicitação de tratamento pelo nome social. O recurso pode ser solicitado, inclusive, quando a pessoa cometer algum equívoco no preenchimento do formulário e desejar realizar uma nova solicitação. Tudo isso, graças à reivindicação dos movimentos sociais e das políticas pública estadual e federal, como a importância do Decreto Estadual nº 43.065 de 08 de julho de 2011 que dispõe sobre o direito ao uso do nome social por travestis e transexuais na administração direta e indireta do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

Contudo, destaco que o Decreto Federal nº 8.727, de 28 de abril de 2016, dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, a saber:

Art. 6º A pessoa travesti ou transexual poderá requerer, a qualquer tempo, a inclusão de seu nome social em documentos oficiais e nos registros dos sistemas de informação, de cadastros, de programas, de serviços, de fichas, de formulários, de prontuários e congêneres dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. (BRASIL, 2016, S/N)

Outro ponto positivo para a comunidade LGBTQI+ foi oferecido em 22 de novembro de 2017, com o Decreto Estadual nº 46.172 que instituiu a carteira de identidade social juntamente ao Departamento Estadual de trânsito – DETRAN-RJ - para utilização por pessoas trans no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, o que.

Aprovada em setembro de 2017 pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), através da Portaria nº 33, publicada no Diário Oficial da União de 18 de janeiro de 2018, a mudança estendeu-se também para todas as escolas de educação básica. Alunos TRANS, a partir de então, podem solicitar que as escolas usem seus nomes sociais, e não os que constam em documentos de identificação, listas de presença e outros documentos oficiais escolares.

Ultimamente, o Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, publicou em 30 de julho de 2019, a deliberação Conselho Estadual de Educação - CEE Nº 371 sobre o uso do nome social nas unidades educacionais do Estado, abarcando também as instituições de ensino superior. Políticas que representam o fruto de anos de luta do movimento de pessoas trans e um princípio elementar do respeito às diferenças, à pessoa humana e à identidade de gênero.

Faz-se necessário como educadores ou não, que cada vez mais enfrentamos às violências de gênero a partir da escola e possamos garantir o reconhecimento, a visibilidade, a representatividade e, principalmente, a permanência de nossos alunos nesse espaço, tão importante para a construção na vida adulta.

Esse preconceito vale ressaltar, muitas vezes, está presente no convívio intrafamiliar e é exercido por parte de sujeitos mais próximos das pessoas transexuais. A visibilidade das lutas LGBTQI+, mais detidamente, das travestis e transexuais têm provocado a inserção desses sujeitos em outros espaços e funções que ultrapassam os limites das ruas e da prostituição. Apesar de toda violência a que está submetida esta parcela da comunidade LGBTQI+, é possível já identificarmos casos de inserção no mercado de trabalho dessas pessoas, do acesso à escola, de formação em nível superior, especialização e doutoramento.

Pesquisador Qual é o maior desafio de ser uma professora "trans" no Brasil?

Dani: Acho que o maior desafio é demonstrar minha capacidade. A transgeneridade sempre chega antes e, com ela, o preconceito. Sou uma professora tão qualificada (as vezes até mais) que os outros professores, mas preciso passar pelo "double standart" pra mostrar que minha transgeneridade não muda isso.

Pesquisador Como professora, você já lidou em sala de aula com situações de preconceito e discriminação, tais como: LGBTIfobia?

Dani: ... Já soube em caso de outros professores, inclusive, de alunos e responsáveis falando de mim.

Outra mudança que temos observado é uma maior presença de travestis e transexuais nas universidades, algumas através de cotas para o recorte da população "T", porém ainda bem tímido. Como o acesso mais igualitário de alunas e alunos trans na escola com o reconhecimento e adesão ao nome social. Para este momento de escrita, procuramos analisar o outro lado da relação pedagógica: a docência frente a travestilidade e transexualidade. De tal modo, veja o relato da professora Leona.

Pesquisador Leona, nesse processo de mudança do seu nome, como você se percebeu? Ainda havia algum tipo de preconceito ou o não

respeito de você ser uma mulher TRANS? Como você vivenciou isso dentro do ambiente escolar?

Leona: *O processo levou tempo, não foi instantâneo. Demorou cerca de um ano para todos irem se adaptando. Então, eu fazia uma “turma dobrada” e algumas crianças vieram estudar comigo na creche. Eu tive o apoio de outros professores que passaram no concurso comigo e foi uma pressão mesmo... Então, a direção disse assim: “partir de hoje, a turma é da professora “tia Leona”, a gente não quer outro nome, né? A turma é dela!!!”*

Pesquisador: *As pessoas ainda não veem este espaço escola como das pessoas TRANS?*

Leona: *As pessoas ainda acreditam que não é normal o lugar para pessoas TRANS como bancária, como professora ou na política, por exemplo, ser uma vereadora. É muito difícil passar por todo esse processo, posso dizer que sou uma vencedora.*

Assim sendo, estou aberto à construção do meu diálogo de afinidade, buscando reconhecer o meu lugar de fala, neste recorte da população LGBTQI+. Acreditando no potencial de estilhaçar as tais máscaras, como disse Conceição Evaristo, para avançarmos a outro plano. Trago um recorte de Grada Kilomba (2019, p.21) em *Memórias da Plantação*, diz: “Parece-me que não há nada mais urgente do que começarmos a criar uma nova linguagem”. Um vocábulo no qual possamos todas/nes/nos encontrar, na condição humana.

2.2. Gênero e Sexualidade: suas relações com as transexualidades e travestilidades

Cabe dizer, que Gênero e sexualidade será o ponto de partida desta dissertação, bem como a identidade de gênero e a compreensão de todos os processos multiculturais que acabam atravessando as relações desses sujeitos no ambiente escolar, buscando dialogar com seus aspectos, na academia, para além das análises já realizadas, no sentido de contemplar a integridade de todo o processo de formação humana dessas pessoas.

Lauretis (1994), iniciando a reflexão sobre o termo gênero a partir da gramática e de como este aparece na forma gramatical de diferentes maneiras, ou mesmo ausentes, conforme a língua verifica que:

o termo gênero é uma representação não apenas no sentido de que cada palavra, cada signo, representa seu referente, seja ele um objeto, uma coisa, ou ser animado. O termo “gênero” é, na verdade, a representação de uma relação, a relação de pertencer a uma classe, um grupo, uma categoria. Gênero é a representação de uma relação (...) o gênero constrói

uma relação entre uma entidade e outras entidades previamente constituídas como uma classe, uma relação de pertencer (...) Assim, gênero representa não um indivíduo e sim uma relação, uma relação social; em outras palavras, representa um indivíduo por meio de uma classe (LAURETIS, 1994, p. 210)

Vale ressaltar que uma das principais proposições do texto de Lauretis (1994) é quanto à construção do gênero enquanto produto e processo:

a construção do gênero é tanto produto quanto o processo de sua representação". Para ela o "sistema sexo-gênero, enfim, é tanto uma construção sociocultural quanto um aparato semiótico, um sistema de representações que atribui significado (identidade, valor, prestígio, posição de parentesco, status dentro da hierarquia social etc.) a indivíduos dentro da sociedade. Se as representações de gênero são posições sociais que trazem consigo significados diferenciais, então o fato de alguém ser representado ou se representar como masculino ou feminino subentende a totalidade daqueles atributos social (LAURETIS, 1994, p. 212).

A sexualidade é constituída a partir dos discursos que levam à desumanização do ser-humano, sendo a instituição de ensino, uma das instituições centrais nesse processo (BENTO, 2008). Nessa perspectiva, a pessoa transexual acaba por ser vítima de violência pelo simples fato de fugir à norma, o que leva não a "evasão" e sim a "expulsão", pois ao levantar com maior precisão as causas que levam a pessoa trans a não frequentar o espaço educativo, teremos como dilema principal a intolerância alimentada pela transfobia¹⁵.

No que se refere ao seu cotidiano, as pessoas transgênero são alvos de preconceito, desatendimento de direitos fundamentais (diferentes organizações não lhes permitem utilizar seus nomes sociais e elas não conseguem adequar seus registros civis na justiça), exclusão estrutural (acesso dificultado ou impedido à educação, ao mercado de trabalho qualificado e até mesmo ao uso de banheiros) e de violências variadas de ameaças a agressões e homicídios, o que configura a extensa série de percepções estereotipadas negativas e de atos discriminatórios contra homens e mulheres transexuais e travestis denominada – transfobia. (JESUS, 2012, p. 2-3).

Por intermédio da transfobia e de outras formas de discriminação, às pessoas transexuais e travestis são excluídas da sociedade vivendo em sua grande maioria à margem, sendo marginalizadas e tratadas como seres não detentores de direitos e de respeito. Nesse sentido, são múltiplas as violações e violências cometidas contra as pessoas transexuais. A patologização social dessa experiência identitária talvez seja a mais cruel, pois irradia a convicção de que são pessoas inferiores (BENTO, 2011). Ainda, segundo a autora:

¹⁵ Transfobia é o "preconceito e/ou discriminação em função da identidade de gênero de pessoas transexuais e travestis" (JESUS, 2012, p. 29).

“[...] não existe indicadores para medir a homofobia de uma sociedade e, quando se fala em escola, tudo aparece sob o manto invisibilizante da evasão. Na verdade, há um desejo de eliminar e excluir aqueles que contaminam o espaço escolar. Há um processo de expulsão, e não de evasão. É importante diferenciar evasão de expulsão, pois, ao apontar com maior precisão as causas que levam crianças a não frequentarem o espaço escolar, se terá como enfrentar com eficácia os dilemas que constituem o cotidiano escolar, entre eles, a intolerância alimentada pela homofobia”. (BENTO, 2011, p.555)

A transfobia na pele foi sentida pela professora Amara em sala de aula, segundo ela, era recorrente sofrer pressão, tensões e assédios morais.

Pesquisador: *Foi percebido algum tipo de violência (verbal, física ou de forma velada) em relação aos alunos, professores ou diretores.*

Amara: *Sofri perseguição com relação ao nome de identidade que eu me identificava, e a postura que eu tinha com relação ao que pensava.*

Pesquisador: *E o que foi feito? Como você lidou com essa percepção de discriminação na escola?*

Amara: *O que eu pude perceber de concreto no trabalho foi a reação das pessoas, elas ficavam chocadas e começaram a dizer que eu estava ficando louca, me comportando de forma diferente.*

Pesquisador: *E houve questionamentos [queixas] em relação a sua atuação como professora?*

Amara: *Principalmente, quando se volta ao ato de educar, pois pensam que vamos contaminar as pessoas normais com as nossas anormalidades. Pois somos TRANSTORNADAS.*

Pesquisador: *E o que foi feito? Como era o diálogo com os responsáveis?*

Amara: *...Os responsáveis? Pais e mães, diziam que queríamos formar gays, bissexuais, travestis e transexuais e não é bem isso!!!*

Dessa forma, mediante aos relatos das professoras e suas experiências observo a sexualidade como um componente de valoração do sujeito, seja eticamente falando, seja moralmente, com o foco no que difere dos contextos sexuais já concebidos e representados como aceitáveis dentro dos padrões de poder na sociedade vigente, indo na contramão as representações históricas da TRANSexualidade e travestilidade simplesmente como nuances da homossexualidade.

Vale ressaltar que a construção da identidade de gênero e sexual é operada pela destruição do que é considerado dentro do binarismo de gênero e da CISheteronormatividade, em um trabalho constante e ininterrupto de vigilância e educação. Assim sendo, a identidade de gênero e sexual seria uma seção de repetição, em que alguns sujeitos se envolveram em atos repetitivos legitimados

pela cultura, com determinada consistência do que é ser homem e ser mulher, ou talvez do exercício do gênero e da sexualidade.

Com isso, ao analisar as identidades de gênero e sexual na construção social dos sujeitos, Silva, Hall e Woodward (2003, p. 85) acreditam que “[...] é extremamente comum, o apelo a mitos fundadores. É necessário criar laços imaginários que permitam ligar pessoas que, sem eles, seriam simplesmente indivíduos isolados. Sem nenhum ‘sentimento’ de terem qualquer coisa em comum”.

Destaque-se que as teorias biológicas foram cruciais na essencialização e muito eficazes ao caracterizar os desejos sexuais e as experiências compartilhadas em elementos binários como a identidade homossexual em relação à identidade heterossexual. Essas experiências compartilhadas operavam na essencialização da homossexualidade e também da heterossexualidade, sempre à procura da norma heterossexual. Em outras palavras,

O gênero culturalmente inteligível institui e mantém relações de expressar o complexo sexo/gênero pelo desejo sexual realizado na prática sexual. Obviamente, esta coerência traduz o padrão hegemônico de relações de gênero ou da matriz dominante da sua inteligibilidade cultural. Nada impede, entretanto, que outras matrizes de inteligibilidade concorram para subverter a ordem do gênero (SAFFIOTTI, 1992, p. 276).

Conforme entendem Louro (1998, 2000), Oliveira (1998) e Scott (1988), o conceito de gênero é relacional e político, independe das bases biológicas, como o sexo, e determina, entre os seres humanos, papéis que eles exercem na sociedade – o que de forma alguma se restringe à sexualidade.

Há várias formas de perceber, definir ou classificar as diferenças, entretanto há diferenças que são mais visíveis e que nos causam estranhamento. A diferença é uma das primeiras marcas de alguma forma sempre visível (concretizada) que aprendemos no processo escolar. Conforme afirma Miskolci:

na perspectiva da diferença, estamos todos implicados/as na criação desse outro, e quanto mais nos relacionamos com ele, e reconhecemos com parte de nós mesmos, não apenas o toleramos, mas dialogamos com ele sabendo que essa relação nos transforma. (MISKOLCI, 2013, p. 16)

Uma das frases mais emblemáticas e fortes do feminismo contemporâneo para traduzir esta construção originou-se na reflexão de Simone de Beauvoir (1967), no livro *O Segundo Sexo*, “*Ninguém nasce mulher: torna-se mulher*”, frase que condensa um pensamento TRANSformador – o de que por trás de nossas

características biológicas existiria uma construção social de preconceito e dominação que nada tem de natural.

Somente a mediação de outrem pode contribuir um indivíduo como o Outro. Enquanto existe para si, uma criança não pode aprender-se como sexualmente diferenciado. Entre meninas e meninos, o corpo é, primeiramente, a irradiação de uma subjetividade, o instrumento que efetua a compreensão do mundo: é através dos olhos, das mãos e não das partes sexuais que apreendem o universo. (BEAUVOIR, 1967, p.9).

Portanto, iniciaremos essa seção buscando debater os conceitos de gênero e sexualidade e suas relações com TRANSexualidades e travestilidades, ainda que ambos se constituam em dimensões extremamente articuladas, não haveria a menor possibilidade de trabalhar as questões trazidas aqui voltadas à população “T” sem trabalhar esses conceitos. Alguns estudiosos e também algumas feministas têm empregado o conceito de gênero para se referir ao caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo; assim sendo, as identidades de gênero remetem-nos às várias formas de viver a feminilidade e masculinidade. De outra maneira, o conceito de sexualidade é utilizado, nesse contexto, para se referir às formas como os sujeitos vivem seus prazeres e desejos sexuais; nesse sentido, as identidades sexuais estariam relacionadas aos variados arranjos e parcerias que os sujeitos inventam e põem em prática para realizar seus desejos e jogos sexuais (LOURO, 2000).

O corpo TRANS ou a pessoa transexual representa a contradição e a queda de um sistema de gênero binário e heterossexual, comprovando a partir de sua existência a possibilidade de refutação da chamada heteronormatividade compulsória. Atualmente, não apenas as identidades se multiplicaram, como também as chamadas “minorias” estão cada vez mais visíveis, como foi apontado pela pesquisadora Louro (2004). Refiro-me especificamente às identidades de gênero, cujos sujeitos, na medida em que se tornaram mais visíveis, ao reivindicar seus direitos, transformaram suas questões privadas em públicas, favorecendo, assim, as argumentações de outros grupos acerca de valores tradicionais. Algumas vezes, as referidas identidades podem estar sujeitas a se tornarem “presas fáceis” para grupos políticos interessados em nichos populacionais até então desprovidos de qualquer olhar ou intenção de políticas públicas.

No que tange às constituições identitárias, Louro (2003; 2007) chama a atenção para as identidades fronteiriças, não definidas ou duvidosas daqueles

sujeitos que vivem nas fronteiras da sexualidade, atravessam, retornam e ali residem. É o caso das identidades travestis, já que algumas delas constroem-se a partir desta mistura entre o masculino e o feminino.

Considerando ser a vivência transexual uma experiência identitária, caracterizada pelo conflito com as normas de gênero, é importante colocar que devido a tal posicionamento em sociedade, tais indivíduos são cotidianamente expostos à exclusão, devido à condição transgressora. Conforme Bento (2011):

São múltiplas as violências cometidas contra as pessoas transexuais. A patologização social dessa experiência identitária talvez seja a mais cruel, pois irradia a convicção de que são pessoas inferiores. Cruzar os limites dos gêneros é colocar-se em uma posição de risco. Quando se afirma que existe uma norma de gênero, deve-se pensar em regras, leis, interdições e punições. (BENTO, 2011, p. 554)

Na tentativa de compreender um pouco sobre o tema da transexualidade, a mesma pode ser entendida como a dimensão identitária, localizada no gênero e se caracteriza pelos conflitos potenciais as normas de gênero, à medida que as pessoas que a vivem reivindicam o reconhecimento social e legal do gênero diferentemente informado pelo sexo, independentemente da realização da cirurgia de transgenitalização. Para Bento (2006), a especificidade da transexualidade está na explicação dos limites dessas normas de gênero, na medida em que a reivindicação de passagem do gênero imposto ao nascer para o de identificação exige que os defensores das próprias normas de gênero se posicionem. De outra forma, podemos dizer que transexuais são pessoas de sexo genital determinado, mas que psicologicamente pertencem ao sexo oposto.

Muitas vezes, pessoas transexuais percebem que se sentem do chamado “gênero oposto” ao sexo biológico desde que são crianças. Contudo, apesar de muitas crianças não seguirem o padrão, não necessariamente, será uma pessoa transexual.

Contudo, para a professora Laura não foi diferente a busca por uma resposta ao amadurecimento extemporâneo, ou seja, aquilo que aparece fora do seu tempo; algo sem sentido – *inoportuno* – aos 12 anos ainda uma criança, vivendo experiências de um mundo adulto.

Pesquisador: *Quando criança, alguma situação inusitada aconteceu que queira nos contar?*

Laura: Bem...ser introduzida na sexualidade talvez antes do tempo, a gente começa a “enviadecer” e temos que aprender. Não me recordo de ter um dia que não saísse de casa chorando, foram momentos horríveis de humilhação.

Pesquisador: Havia por parte da sua família algum tipo de regras e normas de conduta, que deveria seguir à risca em casa, por exemplo?

Laura: Sim... tudo com muito rigor, teve um dia que eu fui responder “o quê” para a minha mãe e me lembro que apanhei muito e ela disse era para eu aprender e nunca mais responder para uma pessoa mais velho... Estas dores vão mudando todas.

Pesquisador: Ficaram marcas ainda em você, como é relembrar estes momentos de dor e sofrimento, anda mais em se tratando de um ente familiar?

Laura: Às vezes, quando eu falo sobre isso, que eu revivo isso....[choro e uma pausa]. Eu sei que, neste momento da adolescência, eu passei a me sentir culpada... Era tudo muito diferente com a minha vó, por exemplo, minha vó nunca me disse nada para me magoar.

Pesquisador: Essa narrativa de Laura demonstra as razões pelas quais ela se ainda se emociona ao falar da sua infância e adolescência, muitos de nós prefeririam esquecer o passado – passar uma borracha – apagando de vez estas marcas na carne. Isto fica transparente ao [choro contido] em nossa conversa, talvez a ausência dos laços maternos à fizesse mais forte hoje, mesmo tendo estas lembranças de épocas não tão felizes com a sua mãe. O que difere totalmente do contato fraternal da avó que a acolheu de uma forma muito especial e lhe deu todo carinho e amor necessário, isso sim é um momento para levar à eternidade. Acredito que os “avós” amam duas vezes!!!

Ao longo deste capítulo entre as narrativas trazidas por nossas professoras ao encontro desta dissertação nos faz percorrer as narrativas sobre as práticas docentes e de que forma assumimos um compromisso ético-político com a instituição educação, fazendo um movimento contrário afim de sanar tais ações ainda cometidas, seja por questões individuais ou até mesmo de um coletivo.

Conforme Preciado (2014), para evitar a reapropriação dos corpos como feminino e masculino no sistema social, cada novo corpo (quer dizer, cada novo contratante) terá um contranome, um novo nome que escape às marcas de gênero, seja qual for a língua empregada. Em um primeiro momento, e com a finalidade de desestabilizar o sistema heterocentrado, é possível escolher um nome do sexo oposto ou utilizar alternativamente um nome masculino e um nome feminino. Por exemplo, alguém que se chame Júlio utilizará o correspondente feminino Júlia, e vice-versa. Os Josés Maria poderão utilizar Marias José, e vice-versa.

Jaqueline de Jesus (2012, p. 8) aponta que sexo é biológico, gênero é social, construído pelas diferentes culturas. E o gênero vai além do sexo: O que importa, na definição do que é ser homem ou mulher, não são os cromossomos ou a conformação genital, mas a auto percepção e a forma como a pessoa se expressa socialmente. Portanto adotando ou não determinados papéis de gênero, não estamos diretamente ligados aos nossos órgãos genitais e níveis hormonais ou cromossômicos.

Ser TRANSexual pode ser, representar um processo de construção identitária do feminino e do masculino que vai demandar uma pluralidade de contextos do corpo e da imagem que possibilitem situá-la nas inúmeras faces de ambientes e contextos outros que a privilegiam enquanto ser trans. Não somente pelos significados etimológicos da palavra “transexualidade”, como do dicionário da língua portuguesa Michaelis (2020) a palavra “não foi encontrada”, porém no Website Wikipedia¹⁶ o resultado refere-se à condição do indivíduo cuja identidade de gênero difere daquela obtida ao nascer.

Assim como coloca Bento (2008, p. 20), “A Transexualidade é uma das múltiplas expressões identitárias que emergem como uma resposta inevitável a um sistema que organiza a vida social fundamentada na produção de sujeitos normais e anormais”. Neste sentido, a presença dessas pessoas nas escolas e universidades mancha as normas de gênero, mostrando que existem as possibilidades de vivências além da heteronormatividade e do binarismo de gênero, e que se faz possível o transitar dos corpos transexuais nas universidades como professoras.

Para Jaqueline de Jesus (2012, p.10) é necessário definirmos a respeito do que é ser uma pessoa trans, ou transgênero. É importante destacar que, em termos de gênero, todos os seres humanos podem ser enquadrados (com todas as limitações comuns a qualquer classificação) como transgênero ou “cisgênero¹⁷”. Ainda de acordo com Jesus (2012, p.10), chamamos de cisgênero, ou de “CIS”, as

¹⁶ Transexualidade refere-se à condição do indivíduo cuja identidade de gênero difere daquela designada no nascimento. Uma pessoa transexual pode procurar fazer a transição social para outro gênero, através da forma como se apresenta ou de intervenções no corpo (com ou sem ajuda de equipe médica) podendo ser redesignação sexual ou apenas feminilização/masculinização dependendo do gênero a ser transicionado (administração de hormônios, cirurgias plásticas e cirurgia de redesignação sexual).

¹⁷ Pessoas que se identificam com o gênero que lhe foi atribuído socialmente (JESUS, 2012a).

peessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído quando ao nascimento.

Como já foi comentado anteriormente, nem todas as pessoas são assim, porque, repetindo, há uma diversidade na identificação das pessoas com algum gênero, e com o que se considera próprio desse gênero. Assim, denominamos as pessoas não-cisgênero, as que não se identificam com o gênero que lhes foi determinado, como transgênero, ou trans. Vale ressaltar que no Brasil, ainda não há consenso sobre o termo. Há quem se considere transgênero, como uma categoria à parte das pessoas travestis e transexuais, segundo a autora. Existem ainda as pessoas que não se identificam com qualquer gênero, não há consenso quanto a como denominá-las. Alguns utilizam o termo Queer, outros, a antiga denominação “andrógina”, ou reutilizam a palavra transgênero.

A construção da categoria “travesti” começou a ser utilizada em torno de 1910, pelo médico e sexólogo Magnus Hirschfeld¹⁸, que publicou uma monografia¹⁹ na qual argumentava que a travestilidade seria uma escolha particular. Importante ressaltar também documentos históricos que afirmam a existência de pessoas que vivenciavam sua identidade de gênero de maneira oposta ao seu sexo biológico²⁰.

Em relação aos sujeitos que transita entre os gêneros, Bento (2008) afirma o seguinte:

Os olhares acostumados ao mundo dividido em vaginas-mulheres-feminino e pênis-homens-masculino ficam confusos, perdem-se diante corpos que cruzam os limites fixos do masculino/feminino e ousam reivindicar uma identidade de gênero em oposição àquela informada pela genitália e ao fazê-lo podem ser capturados pelas normas de gênero mediante a medicalização e patologização da experiência. [...] A simplicidade binária (vagina-mulher-feminino *versus* pênis-homem-masculino) que se supunha organizar e distribuir os corpos na estrutura social, perde-se confunde-se. E finalmente, chega-se à conclusão que ser homem e/ou mulher não é tão simples. (BENTO, 2008, p. 18)

¹⁸ Fundador da primeira organização de liberação gay, na Alemanha, em 1897. Para maiores informações consultar: CASTEL, Pierre-Henri. Algumas reflexões para estabelecer uma cronologia de “fenômeno transexual” (1910-1995). **Rev. bras. Hist.** São Paulo, v. 21, n. 41, p. 77-111, 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882001000200005&lng=en&nrm=iso>. acesso em 18 de junho de 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882001000200005>.

¹⁹ Em 1925, intitulada *Die Transvestiten*.

²⁰ O livro “Kama Sutra” faz referências à realização de práticas sexuais femininas e masculinas com pessoas do “terceiro sexo”, intituladas *tritya prakriti*.

Se ser homem ou ser mulher não se dá de maneira simples frente à sociedade, já que são bastantes rígidos os tais padrões heteronormativos, as pessoas travestis, então, constituem verdadeiros desafios e barreiras para si. Dessa forma, tais sujeitos vêm sendo estudados, analisados, categorizados por inúmeras áreas de conhecimento²¹, em sua maioria ainda vista a partir de uma representação patológica e desviante das constituições identitárias tidas como normais.

No caso das travestis, os marcadores identitários se estabelecem objetivando representar um gênero feminino, já que as mesmas valem-se de atributos feminilizados (adereços, cabelos, roupas, modificações corporais como o uso de hormônios e silicone em seus corpos, comportamentos femininos) em um corpo cujo sexo biológico é masculino. Tais procedimentos produzem grande estranhamento junto a uma sociedade que ainda considera o sexo biológico diretamente relacionado à identidade de gênero. Assim sendo, tal perspectiva TRANSgride, mistura e afronta a mencionada ordem. Benedetti (2002), com relação às identidades travestis, acrescenta que:

As travestis constituem-se a partir de um feminino próprio, não um feminino-mulher, mas do feminino travesti, parodiado, rebuscado... As travestis constroem seus corpos e suas vidas em busca de um feminino, ou de algo que elas chamam de feminino. Em sua linguagem feminina, elas querem ser mulher ou se sentir mulher. Se sentir mulher é concebido, construído e vivenciado pelas travestis. De fato, a maioria delas não se iguala às mulheres, nem tampouco o deseja fazê-lo. O feminino travesti não é o feminino das mulheres, que também não pode ser pensado como algo monolítico. O feminino das travestis é um feminino que não abdica de características masculinas, porque constitui em um constante fluir entre estes polos, quase como se cada contexto ou situação propiciasse uma mistura específica destes ingredientes de gênero. (BENEDETTI, 2020, p. 148)

Desta forma, tais mudanças não passam despercebidas. Trata-se de uma transformação física, visível no corpo da travesti. Esses procedimentos, minuciosamente e insistentemente, produzidos na sua exterioridade, abalam as convenções sociais do que se estabelece como masculino e feminino, levando a um rechaço da figura travesti.

Para Bento (2008, p. 254) muitas pessoas acreditam que as travestis e transexuais fazem as mudanças corporais porque querem vender sexo, quando a dinâmica é inversa. A passagem de um gênero para outro, a negação do gênero imposto, o desejo em viver cotidianamente as performances femininas empurram-

²¹ Psiquiatria, psicologia, direito, assistência social, entre outras.

nas para as margens. O trabalho sexual é a única alternativa que existe para sobreviverem e viverem no gênero identificado. Vários entrevistados em seus depoimentos em “Borboletas da Vida” filme de Vagner de Almeida (2006) afirmam que gostariam de ser travestis, mas sabem que não conseguirão sobreviver.

Como já dito, dentro de uma perspectiva cisheteronormativa (BENTO, 2008; BUTLER, 2006; KATZ, 1996; POCAHY, 2006), onde existem critérios rígidos de aceitação e valorização de grupos específicos que se enquadram em um padrão heterossexual, as travestis ocupam um espaço de exclusão e marginalização.

Para Almeida (2004):

As travestis ficam excluídas dos espaços sociais formais, perpetuando o ciclo de marginalização no qual estão inseridas. Além disso, restringem os espaços de socialização das travestis, que muitas vezes ficam restritas a guetos e ao universo da prostituição.

Assim sendo, estes grupos vêm buscando, além do reconhecimento de direitos igualitários, participação nas disputas pelos campos culturais, que até então estavam vinculados apenas aos grupos dominantes, caracterizados de maneira geral por pessoas do gênero masculino, brancos, heterossexuais, de classe média e advinda de sociedades ocidentais, ainda de acordo com Louro (2004). Definindo por sua vez a travesti, segundo a literatura antropológica mais recente, como sujeitos que transformam e que ornamentam seus corpos com a finalidade de aproximar-se, da aparência, ao sexo oposto (MELLO, CRILLANOVICK, 1999; PATRÍCIO, 2002).

Pelúcio (2007) optou pelo termo e conceito de travestilidades, que engloba os variados aspectos que compõem a pluralidade desta categoria de identidade, sinalizando as multiplicidades da experiência do cotidiano das travestis, na construção e desconstrução dos corpos, ao invés de travesti, travestismo que muitas vezes, é visto de forma pejorativa e, até mesmo, simplificada.

A mesma autora entende que o termo travestilidades afirma a multiplicidade da experiência ligada à construção e desconstrução dos corpos, ainda que exista certa rigidez no gênero desses sujeitos. Essa rigidez existe devido às experiências constituídas dentro do sistema heteronormativo, o que não impede que o corpo da travesti comporta uma ambiguidade, o que causa incertezas, dúvidas nos códigos de inteligibilidade, pois este é o termo que passou a designar o movimento formado por indivíduos e grupos identificados como de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (PELÚCIO, 2007, p. 39).

Afirma Bento (2008, p. 256) que a norma de gênero estabelece que somos determinados por nossas estruturas biológicas. Se temos pênis, somos homens, portanto, viris, competitivos, ativos e heterossexuais. A vagina significa que o corpo é frágil, passivo, penetrável. O desvio da norma (pênis/homem/masculino/heterossexual e vagina/mulher/feminino/heterossexual) é observado e castigado. As punições são múltiplas: uma surra da/o mãe/pai, um insulto do vizinho, a expulsão de casa ou/e da escola, o emprego que não aceita comportamentos não convencionais. As normas de gênero distribuem os corpos em função da normalidade que eles apresentem. Quanto maior o desvio da norma, maior o castigo.

As normas de gênero trazidas por Bento reforçam o diagnóstico apresentado nas salas de aula, infelizmente há violências estruturais que atingem pessoas transexuais na educação, com isso, comprova-se a incidência de TRANSfobia nestes espaços.

Pesquisador: *Como seus alunos se posicionavam em relação a temas referentes a gênero, sexualidade, identidade de gênero, orientação sexual, etnia e raça quando colocados em pauta na escola?*

Amara: *Na sala de aula, a realidade com os alunos é um pouco diferente. Eram adolescentes e pessoas adultas, já carregavam suas culturas, suas experiências, seus preconceitos, que tem suas realidades.*

Pesquisador: *Como conquistar estas pessoas, já que adquiriram talvez uma cultura um pouco diferente da sua?*

Amara: *Para conquistar essas pessoas e dizer para elas que ‘você não é mais aquela pessoa’ e que agora é AMARA!!! Encontrei apoio no meu grupo de alunos que, a partir deles, levei muitos profissionais da instituição a compreenderem a minha identidade de gênero com a qual eu me identificava.*

Pesquisador: *Você se sentiu confortável em trabalhar estas temáticas com eles?*

Amara: *Creio que não foi fácil pra nenhum dos dois lados, foi muito difícil para ambos. Por tudo isso, comecei a trabalhar a questão da diversidade, embutindo alguns temas leves no grupo, mostrei alguns filmes que tinham pessoas transexuais. Após começamos um debate, foi possível dialogar a respeito da temática.*

Pesquisador: *E o que foi possível diante desta articulação provocada por você em sala de aula? As novas práticas e novos conteúdos foram aceitos, de boa?*

Amara: *Então... depois, comecei a provocar com alguns assuntos do tipo: ‘se uma pessoa é assim, como você lidaria com esse assunto? O que vocês fariam se em sua família tivesse alguém assim, como eu?’ E, assim, fui introduzindo os diálogos da travestilidade e transexualidade no grupo, sensibilizando eles e a comunidade.*

Pesquisador: *Você acredita que foi a maneira mais correta de provocar estes assuntos com eles? Acreditando, talvez, ser a forma de dialogar a respeito de assuntos nem sempre fáceis de serem abordados?*

Amara: *Eu penso que esta é a maneira de trazê-los para perto de mim e deu tudo certo consegui certa harmonia com meus alunos, graças a Deus. Vamos aos pouco nos entendendo, sei que tudo é muito novo, mas precisamos educá-los e levantar estes temas na escola para a diversidade.*

Pesquisador: *Acredito que tenha tomado a decisão mais acertiva para a situação.*

Desta forma, como ressalta Lopes (2013) em sua pesquisa sobre currículo escolar, a esperança de um mundo melhor e mais justo faz com que mesmo sabendo das impossibilidades de uma mudança concreta, continuaremos insistindo em novas significações. “Se não há regras obrigatórias do jogo, as regras podem ser mudadas, o jogo pode ser outro e o futuro – como projeto que decidimos hoje – passa a estar em pauta” (LOPES, 2013, p.20).

Nesta perspectiva, entretanto, tais narrativas comuns encontram também contra narrativas que desestabilizam esses discursos. De tal modo, os binarismos de sexo (fêmea/macho), de gênero (feminino/masculino) assim como a sexualidade (heterossexual/homossexual) se cristalizaram nos discursos educacionais e políticos demarcando os pressupostos de diferença e igualdade. Todas as identidades inferiorizadas que não estão nos centros dos padrões dominantes a cada época são deixadas de lado e sempre partimos da definição e da constituição da noção de identidade dos de “dentro”, como um verdadeiro pressuposto universal. “A identidade hegemônica é permanentemente assombrada pelo seu outro, sem cuja existência ela não faria sentido.” (SILVA; HALL, WOODWARD, 2003, p.84).

Neste sentido, a vida da pesquisa talvez esteja em propiciar esta reflexão de si tanto para as professoras participantes quanto para mim, diante da possibilidade de vislumbrar outras visibilidades. Talvez mesmo a partir disto mudar o olhar e a forma de ver a vida e o mundo, tornando-a, o mais possível, a expressão de um projeto pessoal e político de obra de arte. (FOUCAULT, 1984, p.2)

Diante dessa discussão, é possível pensar em que medidas o efeito desses processos de subjetivação de sujeitos normativos e não-normativos aparecem no espaço escolar. Trazendo para si a legitimação de uma crítica radial em relação aos questionamentos dos corpos, dos sujeitos, das performances de gênero e do que está posto e se com as normas de gênero e sexualidade podem produzir outros modos de se colocar no mundo e na escola.

No próximo capítulo, foi realizada uma abordagem das pesquisas produzidas nos últimos anos a respeito da docência TRANS e suas margens. De modo geral, as produções acadêmicas enfatizam a importância de cada vez mais se fazer a implantação de práticas educativas que se baseiam nos sujeitos do processo e não na recusa e padronização daquilo que se acredita. Como dito, as produções visam dar “luz” no sentido figurado, pois tentam demonstrar que, enquanto as escolas e universidades estiverem cruzadas por discursos normativos e uniformizadas de comportamentos sociais considerados normais ou anormais, o reconhecimento da diversidade nesse contexto continuará irreversível.

3 A PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE DOCÊNCIA “TRANS” NO CATÁLOGO DA CAPES: O CRESCIMENTO DAS PESQUISAS SOBRE DOCÊNCIA E TRANSEXUALIDADES (2005-2019)

O processo de invisibilização de sujeitos com expressões de sexualidade dissidentes da heterossexual, conforme Junqueira (2009) alarga-se em práticas curriculares, discursivas e pedagógicas que negam o reconhecimento desses sujeitos. No exercício da docência, a prática, as tensões que se instauram em práticas cotidianas de a negação da identidade de gênero feminino presente no corpo travesti em face dessa prática configurar-se a partir da referência ao padrão sexista de gênero, incutido nos dizeres dos professores sobre o gênero masculino, ser o determinante do corpo deles.

Sobre a discussão acerca do regime de invisibilidade, Junqueira (2009, p. 30) apontou que pesquisas consagradas na área da educação vêm apresentando a negação do reconhecimento da diversidade sexual em ambiente escolar. Pontua, ainda, que “professores/as costumam dirigir-se a seus grupos de estudantes como se jamais houvesse ali uma mulher lésbica, um homem gay, um/a pessoa bissexual ou alguém se interrogando acerca de sua identidade sexual ou de gênero”.

Em sua maioria, as práticas escolares brasileiras concretizam-se num discurso dirigido a um seletor conjunto de sujeitos inscritos, primeiramente naquilo que se cristalizou como sexualidade para seu corpo, ou seja, sustentasse que meninos se sentem como do gênero masculino e meninas do gênero feminino, nada diferente disso. Ainda, segundo Junqueira (2009), esses regimes de invisibilidade contidos em práticas escolares são necessários para a obstrução do campo de reivindicações de direitos, uma vez que distorce o processo de reconhecimento de si como sendo do gênero oposto ao que se acredita determinante de seu corpo, culpabilizando-o como transgressor da norma, o que torna turbulento o processo de construção identitária.

Este capítulo tem o objetivo de apresentar o levantamento realizado no Catálogo de Dissertações e Teses da CAPES. Este levantamento justificou-se por possibilitar uma visão de forma ampla do que vem sendo produzido na área da Educação e uma ordenação que permite aos interessados perceberem a evolução (ou não) das pesquisas na área, paralelamente às questões atinentes ao gênero ou identidade, bem como suas principais características e foco, além de identificar as

possíveis lacunas existentes. Ajuda-nos, também, a dialogar com estas produções de modo a fazer com que nossa pesquisa se agregue a um conjunto de outras no sentido de dar maior visibilidade às temáticas de gênero e sexualidades.

A finalidade das próximas seções é abarcar a importância da discussão de gênero nas escolas, suas relações com a docência na perspectiva de “novos sujeitos” que vem ampliando sua ocupação no exercício da profissão. Para melhor situar nossas análises, tornou-se necessário conhecer o que vem sendo produzindo nas universidades sobre docência, gênero, sexualidade e transexualidade.

3.1 Estado da arte ou estado do conhecimento? Por onde transitamos?

Alguns autores e pesquisadores, entre eles Messina (1998) e Ferreira (2002), vêm trabalhando com dois conceitos bastante interessantes quando o assunto são produções, pesquisas, levantamentos, dados e fontes de um determinado campo de conhecimento que, sistematizados, promovem o que é designado como “estado da arte” e/ou “estado do conhecimento”. Tivemos acesso à leitura dos textos - *As pesquisas denominadas do tipo “Estado da arte” em educação e Estado da arte da área de educação & comunicação em periódicos*. Além disso: conforme Romanowski e Ens (2006, p. 38) indicam um crescente avanço em publicações de estudos e desta natureza. Elas observam um interesse cada vez mais crescente das pesquisas envolvendo diferentes aspectos e temas sobre educação, como formação de professores, currículo, metodologias de ensino, identidade e profissionalização docente, políticas de formação inicial tanto quanto na continuada, além dos estudos publicados em revistas científicas e suas áreas apresentados em congressos.

As autoras apontam esta intensificação a partir de inquietações que envolvem um conjunto considerável de pesquisadores e pesquisadoras que pretendem se debruçar sobre determinada temática, sem desconsiderar um processo de produção já acumulado. Neste sentido, há questões pertinentes que mobilizam tais estudos: Quais são os temas mais focalizados? Como estes têm sido abordados? Quais as abordagens metodológicas empregadas? Quais contribuições e pertinência destas publicações para a área? O que é de fato específico da área da educação que expressem temáticas como a formação de professores, o currículo, as políticas educacionais?

Com a intenção de compreender a importância da discussão de gênero nas escolas, nosso foco aqui se debruça sobre algumas concepções como: gênero, identidade de gênero, orientação sexual, inclusão LGBTIfobia, racismo, suas relações com a docência na perspectiva de “novos sujeitos” que vem ampliando sua ocupação no exercício da profissão: professoras Trans!

Para melhor situar nossas análises, tornou-se necessário conhecer como vem se dando a produção acadêmica sobre docência, gênero, sexualidade e transexualidade. A realização do estado da arte possibilita realizar um balanço da produção científica de uma determinada área, o que é muito comum em outros países, e que foi ampliado nas últimas décadas no Brasil, com a realização de diversas pesquisas consideradas “estado da arte”, tais como os desenvolvidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP) e o Comitê dos Produtores de Informações Educacionais (COMPED), e que produziram conteúdos específicos na área de educação como no campo da educação superior, da avaliação, da formação de professores, da alfabetização, da educação infantil, da educação de jovens e adultos e da juventude (ROMANOWSKI e ENS, 2006, p. 40).

Ressaltamos que, embora recentes, os estudos denominados “estado da arte” objetivam a sistematização da produção numa determinada área do conhecimento e já se tornaram necessários para apreender a amplitude do que vem sendo produzido e ajuda na perspectiva de avançar no conhecimento. Neste caso, estes estudos realizados a partir de uma sistematização de dados, recebem esta denominação quando abrangem toda uma área de conhecimento. Não é o caso desta pesquisa, pois não basta focalizar apenas os resumos das dissertações e teses. Seria necessário ter uma abrangência maior: análises de congressos, de eventos, de produções bibliográficas (artigos em periódicos, livros, etc.). O desenvolvimento do “estado da arte” exige um trabalho mais aprofundado, mais detalhado e mais amplo. Os levantamentos que tomam apenas um setor das publicações sobre o tema estudado – nosso recorte - vêm sendo denominado de “estado do conhecimento”, não tão extenso e ampliado como se denomina o estado da arte, mas igualmente relevante para situarmos determinado campo de conhecimento.

Segundo Ferreira (2002, p. 258), as pesquisas denominadas “estado da arte” ou as pesquisas chamadas “estado do conhecimento”, nos últimos 15 anos no Brasil, parecem trazer em comum o desafio de mapear e de discutir certa produção

acadêmica em diferentes campos de conhecimento, buscando responder que aspectos e dimensões que vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrados e teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e seminários.

É preciso salientar que um significativo número de trabalhos desta natureza apresenta algumas limitações, de tal modo que, ao estabelecer como critério respeitar a caracterização do estudo feita pelo pesquisador, declarada no resumo, pode dificultar a harmonização necessária para a análise. Para melhor compreensão, ao nos depararmos com resumos restritos, sem especificações do tipo de estudo pelo autor, esta especificação passa a ser definida após a leitura mais profunda do mesmo, pelo contexto em que foi realizada a pesquisa e pelas técnicas que foram utilizadas para coleta dos dados. Essas deduções necessitam de exames cuidadosos para uma melhor aproximação com a intenção do autor da pesquisa elaborada.

Sobre algumas iniciativas com o propósito de conhecermos um pouco mais acerca da produção dos Programas de Pós-Graduação, em nível de mestrado e doutorado, na área de Educação, buscamos a realização do mapeamento das informações a seguir.

A referência deu-se acerca das dissertações e teses identificando à presença dos termos “gênero” e “identidade de gênero de professoras - travestis e transexuais” - no Brasil. As buscas foram realizadas no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CTD/CAPES). Entendemos que a CAPES não é o único espaço de pesquisa ou local de disseminação de produções acadêmicas no Brasil, porém o elegemos intencionalmente como uma fonte de consulta legítima e que regulamenta e sistematiza toda a produção dos Programas de Pós-Graduação do país.

Ao utilizarmos os filtros indicados, localizamos a produção acadêmica, por instituições. As informações disponíveis constavam nos resumos, os dados da instituição, palavras-chave, indicação do autor/autora, gênero, ano da defesa do trabalho, programa e instituição, bem como o *link* para acessarmos os trabalhos completos, mesmo quando os trabalhos eram anteriores à plataforma Sucupira, lançada em 2014.

Procuramos localizar as produções em “educação” que tratavam de travestilidade e transexualidade quanto ao recorte de identidades, além da docência com o intuito de identificar as problemáticas apresentadas, seus objetivos, referenciais teórico-metodológicos e os resultados encontrados no período explicitado pela própria plataforma, algo entre 2005 a 2019. Dessa forma, buscamos compreender um pouco mais do que se tem produzido a respeito das relações entre docência e população LGBTQI+. Assim, pressupomos que seria possível observar um interesse cada vez crescente de pesquisas relativas às docências de professoras trans.

As buscas se deram logo no início do Mestrado, entre os meses de maio de 2018 a fevereiro de 2020, com o objetivo de levantar – pesquisar, localizar, identificar as dissertações e teses, na área da educação, acerca das travestilidades e transexualidades, com o foco exclusivamente na docência. Haja vista, ter feito este recorte, foi possível notar a presença de trabalhos relacionados à docência (alunes) “TRANS”.

Imaginávamos, antes de realizar a busca, que os estudos de gênero, sexualidade e, principalmente, os estudos focalizados nos sujeitos “trans”, seriam raríssimos, por ser pouco tradicionais à academia. Era preciso, porém investigar e foi o que fizemos, utilizamos, inicialmente, os seguintes descritores²²: “transexualidade”, “travestilidade” e “docência” de forma em separado, também foram feitas usando as “aspas” para afunilar e especificar o que estamos buscando.

Inicialmente, o levantamento foi realizado sem filtros relativos às áreas de concentração e de avaliação. Foi encontrada, para nossa surpresa, uma gama de trabalhos desenvolvidos em outras áreas, que não a educação, tais como: Artes, Saúde da família, Psicologia, Ciências Sociais, Letras, Geografia, Bioética, Relações Internacionais, Saúde Coletiva, Enfermagem, Direito, Serviço Social, Cultura, Administração Pública, dentre outros os quais não foram selecionados para este trabalho, por entender não ser o objeto de análise do mesmo. Interessa-nos a presença da produção na área de concentração e avaliação da “Educação”.

Em seguida, somente conseguimos localizar trabalhos na área da educação no período de 2005 a 2019, um indicativo recente da produção sobre a temática. Talvez seja por uma limitação de produções acadêmicas à época ou até mesmo por

²² Os descritores, neste tipo de estudo, são palavras-chaves que servem pra indicar a essência da pesquisa.

certo preconceito de algumas instituições ou o corpo acadêmico de discutir a temática, não se familiarizar com o tema LGBTQI+. Na sequência, foram selecionados os trabalhos em que os descritores nos apontaram sendo ligados ao segmento da população “T”- Travestis e Transexuais na docência – Educação.

Aproveitando a metodologia aplicada por Romanowski (2002, p.15-16) para a realização de uma pesquisa tipo do estado da arte, utilizei seu conhecimento. Então, ao realizar este levantamento, procurei seguir alguns passos importantes, são eles:

- I. Definição dos descritores para direcionar as buscas a serem realizadas: travestilidade, transexualidade e docência. Foram utilizados em separados e também utilizando as “aspas” no processo de afinamento dos achados.
- II. Localização das teses e dissertações disponíveis nos respectivos repositórios bibliográficos;
- III. Levantamento de teses e dissertações catalogadas na plataforma CAPES (anterior à plataforma Sucupira)²³;
- IV. Leitura das publicações com a elaboração de uma síntese preliminar, considerando o tema, os objetivos, resumos, área de conhecimento, linha de pesquisa, ano, gênero dos autores, palavras-chaves e principais achados das pesquisas;
- V. Organização de relatórios com as informações necessárias para a confecção do estudo, territorialidade, periodicidade, gênero e identidade dos autores, área de conhecimento, etc;
- VI. Análise e elaboração das conclusões preliminares, sistematizadas e organizadas em tabelas contendo as principais informações e tendências dos temas abordados e as relações indicadas nas dissertações e teses;

É preciso lembrar que, nem sempre, estes passos são tão fixos e lineares. Por alguns momentos, as buscas foram sendo realizadas de forma muito “caótica”, mas que foi suscitando percepções diferenciadas. Logo no início, uma das

²³ É uma ferramenta para coletar informações, realizar análises e avaliações e ser a base de referência do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG). A Plataforma deve disponibilizar em tempo real e com muito mais transparência as informações, processos e procedimentos que a CAPES realiza no SNPG para toda a comunidade acadêmica. Igualmente, a Plataforma propiciará a parte gerencial-operacional de todos os processos e permitirá maior participação das pró-reitorias e coordenadores de programas de pós-graduação. A escolha do nome é uma homenagem ao professor Newton Sucupira, autor do Parecer nº 977 de 1965. O documento conceituou, formatou e institucionalizou a pós-graduação brasileira.

curiosidades que emergiu foi a de identificar “es próprias²⁴” autores/pesquisadores por considerarmos que este seria, em se tratando de uma das grandes reivindicações da população trans, qual seja, o reconhecimento do nome social, um aspecto de grande relevância,

No entanto, pela leitura apenas dos resumos e apontamentos pessoais (agradecimentos, relatos de vida, vivências etc.) constatamos em alguns casos que tanto no Banco da CAPES, como no próprio trabalho defendido, o nome que constava não estava de acordo com o seu gênero, ou melhor, com a sua identidade de gênero. Assim, fomos tomados por certa surpresa, já que caso isso ocorresse com frequência teríamos um resultado “falso-positivo”, ou seja, a realidade de quem produziu os trabalhos não condiz com o que está sendo apresentado no Banco de dados da CAPES e também nas instituições de formação.

Além disso, algumas limitações foram sentidas ao longo do trabalho de pesquisa desta dissertação baseada no estado do conhecimento – como já dito bem mais restrito que o estado da arte – que tomam por base catálogos e ou banco de resumos na realização de leitura e categorização dos dados tem salientado limites de critério e de fonte utilizada. Uma delas foi corroborada com a já citada por André (2001), indicando que a variação no formato de apresentação dos resumos das dissertações foi um fator que dificultou a análise, pois alguns resumos são muito sucintos e outros confusos ou incompletos, sem informação sobre o tipo de pesquisa e os procedimentos de coletas de dados. Informa, também, que alguns sequer deixavam claro o objetivo dos trabalhos e vários confundiam metodologia da pesquisa com os procedimentos e instrumentos de pesquisa. Ainda segundo a autora, estas limitações dificultam e, em alguns casos, prejudicam a categorização e a análise do seu conteúdo.

Cabe dizer que nos importa aqui não é apresentar este trabalho como apenas mais uma colaboração nas nossas produções acadêmicas. Nosso interesse nesse levantamento é apontar, também, para a falta de atenção acadêmica aos temas que envolvem as pessoas transexuais e travestis, sua educação e a formação de professores para lidar com a situação conflituosa e aprendizados que apenas o

²⁴ Tal sistema é conhecido como “linguagem não-binária” ou “linguagem neutra”, um conceito defendido por ativistas dos movimentos feministas e LGBTQI+ que tem como objetivo descaracterizar o “binarismo” da linguagem, isto é, a ideia de que palavras são necessariamente femininas ou masculinas. Para os adeptos da linguagem neutra, a linguagem binária tem papel na perpetração dos estereótipos de gênero.

contato docente-discente pode produzir. Mais do que identificarmos as temáticas, os referenciais teórico-metodológicos e principais resultados da pesquisa, é preciso chamar a atenção para o apagamento do protagonismo e não reconhecimento das pesquisadoras e pesquisadores Trans que, historicamente, mesmo com muitos avanços, seguem firmes na invisibilização de não considerar a autoria do nome social. Tal quadro, por si só, já denota o quanto a sociedade CISHeteronormativa está dada e cristalizada, inclusive causando um abismo entre todos nós, significando uma tentativa de um esquecimento e silêncio das fontes e pesquisas no ensino superior e na pós-graduação.

Nesse processo, identificamos que - o autor é, na verdade, a Autora ou vice-e-versa. Precisamos, assim, entender porque isso aconteceu a partir de algumas questões: será que a identidade de gênero estava posta pelos sujeitos à época da escrita e defesa do trabalho? Ou no processo de transição? Foi uma forma utilizada para “burlar” a transfobia da época? Os autores não se sentiram à vontade e preferiram não criar problemas com os seus orientadores e direção da instituição, fazendo valer o direito ao nome social estampado nas capas e contra capas de sua dissertação? Estas são questões que podem mobilizar novas e importantes investigações sobre a população TRANS.

Avançando nos filtros, estabelecendo o recorte temporal, passou pelas seguintes etapas:

- I - Levantamento dos resumos junto a CAPES de 2005 e 2019;
- II. Leitura dos resumos para estabelecer categorias de análise relativas ao tipo de formação, instituição, UF, dissertação ou tese, gênero e identidade de gênero, ano, palavras-chave etc.;
- III. Leitura do material para identificar os descritores: educação, travestilidade, transexualidade, docência, trans, travesti, gênero, sexualidade, identidade sexual ou de gênero;
- IV. Leitura dos resumos, para relacionar aqueles que, mesmo não contendo os descritores indicados tratavam do tema a transexualidade e docência;
- V. Análise dos resumos selecionados e tabulação dos dados, conforme categorização realizada;
- VI. Organização e síntese dos dados em quadros e tabelas;
- VII. Inferências e considerações;

Segundo Mazzotti (2001, p.45), o que é crucial para a objetividade de qualquer pesquisa é a aceitação da “tradição crítica”, isso é, do fato que a investigação deve ser o mais possível aberta à análise, à crítica e ao questionamento da comunidade científica para que os erros grosseiros e tendenciosidades do pesquisador possam ser eliminados.

A partir de então, selecionamos os resumos, procedemos à leitura e buscamos identificar os elementos a que nos propomos investigar: os problemas, os objetivos, os referenciais teórico-metodológicos e os principais resultados. Os achados nos surpreenderam, pois imaginávamos um número bem mais expressivo de trabalhos no cenário da educação em aproximadamente 15 anos de conhecimentos, avanços e meio século de luta, busca por direitos e conquistas (1969 anos de referência *Stonewall* – o início de tudo).

Para Mazzotti (2001, p. 43) apesar da aparente valorização da teoria o que temos visto é que muitas pesquisas, sob a alegação de “dar voz” aos sujeitos ou de valorizar as práticas, limitam-se a reproduzir falas aos sujeitos sem qualquer tentativa de identificar regularidades, relações e categorias e/ou se servir de um instrumental analítico capaz de organizar e dar sentido aos dados. Ainda de acordo com Mazzotti (2001, p. 44) estas pesquisas não contribuem nem para a transformação da vida dos sujeitos nem para a melhoria das práticas. De fato, “dar voz” aos sujeitos que foram de alguma forma excluídos do cenário é de pouca valia se não especulamos sobre como e por que essas vozes foram antes silenciadas.

Enquanto a discussão a respeito de gênero e sexualidade for orientada para a vida “saudável” dos sujeitos, e em menor grau para seus desejos e as relações de poder envolvidas nesse desejo e na produção desse corpo saudável, as pesquisas em educação apenas estarão subordinadas ao discurso médico científico vigente. A escola, com reflexo desse caráter nas pesquisas em educação, então reproduz um discurso pronto e alinhado, perdendo o seu poder de reconstrução e de questionamento. Assim, esses estudos se justificam por possibilitarem uma visão geral do que vem sendo produzido na área da educação e, por sua vez, uma ordenação que permite aos interessados perceberem a evolução das pesquisas, bom como suas características e foco, além de identificar possíveis lacunas ainda existentes.

Na seção seguinte, traremos uma pesquisa mais quantitativa dos resultados obtidos na pesquisa de base. É importante pontuar que os objetos que guiaram as pesquisas não discutiram os aspectos políticos que permeiam todas as dissertações e teses encontradas, talvez nesta pesquisa não desse conta de tal feito.

3.2 Sistematizando a produção sobre docência e transexualidade

Nesta seção, apresentamos as produções encontradas e sistematizadas para uma visualização mais explícita da produção acadêmica a que nos propomos realizar. A concretização dessa leitura inicial promoveu a compreensão do caminho que as pesquisas em educação vêm realizando ao longo dos anos, pois no que se refere aos sujeitos trans nas escolas, geralmente as pesquisas em educação têm mostrado preocupadas com as propostas de atendimento, inclusão e convivência que os espaços-escola ofertam a estas pessoas. Assim sendo, o balanço analítico elaborado a partir da produção acadêmica em que se encontra determinado tema se faz relevante para uma determinada área de estudo, por entender o relevo dos principais aspectos que corroboram a trama teórica e por sua vez metodológica das abordagens de campo de pesquisa.

Observam-se, com isso, alguns indicadores de aspectos muito proeminentes no cenário acadêmico como, por exemplo, relacionados à docência: professores trans e travestis - currículos escolares - educação - construção dos corpos - resistências - diversidades - fronteiras - cotidianos - abjeção - binarismo - histórias - ambiente escolar - práticas escolares - pedagogia - representação de gêneros dentre outros. Ainda de acordo com as buscas, pode-se perceber que poucos trabalhos estão relacionados à “docência”, o que demonstra um número não tão expressivo em discutir, debater e entender, as travestilidades e as transexualidades no espaço legitimado da formação escolar.

Já os relacionados à docência [alunos] LGBTQI+ sexualidades - gênero - acesso - existências - memórias - trajetórias - performatividades - escolaridades - travestilidades - transformação - conquistas - homofobia, etc. Mostrando-nos como a escola está muito presente nas narrativas das pessoas TRANS perante a sociedade, que por vezes às colocam como inferiores. No entanto, como este espaço-escola é traduzido em suas próprias palavras, falas textuais que trouxeram preconceito, raiva, dor, exclusão e sofrimento. Mas também, amores, decepções,

alegrias e prazeres. Falas sobre aceitação da família ou não. Falas sobre a profissão, sobre outros alunos TRANS e travestis. Enfim, falas de uma vida.

Dentre outros relacionados às diversas temáticas violência - narrativas - vivências - pedagogias institucionais - privação de liberdade - cartografia - cuidado de si - família e escola - processo transexualização - diversidade sexual - construção identitária - prostituição - políticas públicas - cultura - artefatos culturais – psicanálise. Aqui os autores puderam realizar diversos trabalhos discutindo na educação as questões das vivências, processos de transexualização, prostituição, cultura etc.

Acredito que ao demarcarmos a importância de se recorrer às pesquisas elaboradas, é interessante dizer que o levantamento desse banco de dados que por sua vez é um dos maiores e mais importantes acervos acadêmicos de dissertações e teses em inúmeras áreas de ciências humanas, dentre elas o direito, a psicologia, o serviço social, a pedagogia e a educação.

Encontraram-se 74 (100%) trabalhos referentes a produções acadêmicas na área 'Educação'. Vale ressaltar que esse levantamento trouxe dissertações e teses, entre os anos de 2005 a 2019, de várias Universidades distribuídas por diversas regiões brasileiras. As primeiras informações dizem respeito ao ano de defesa do trabalho. Procurei delimitar a periodicidade destas pesquisas e queria aqui compreender o que possuíamos de pesquisas acadêmicas em relação a docência e transexualidade, desde quando elas começam a aparecer nos catálogos da CAPES, as instituições quais se despontavam e como se deu o acesso em Universidades – vale expor que as plataformas focam-se em instituições públicas, em compensação o domínio público, nem sempre é possível o ingresso para *download* das dissertações e teses, mas também contempla as Instituições privadas.

Os recortes seguiram quanto ao sexo/gênero para que tivéssemos ciência do espaço na escrita acadêmica entre mulheres e homens ou, como muitos gostam de dizer: o universo masculino e feminino. Já o recorte nas unidades federativas foi para delimitarmos a territorialidade. Ai, buscamos saber onde existe um maior ou menor número de trabalhos sendo publicados, os programas de pós-graduações também foram lembrados nesta pesquisa haja vista, a importância de se perceber quais linhas de atuação e acesso acadêmico está se desenhando, a partir de então refinamos as linhas de pesquisa.

Outro ponto que considero importante para esta dissertação foram os títulos dos trabalhos elencados com base na leitura dos mesmos ou nos resumos de algumas obras. Foi possível notarmos a preocupação “des” autores com o tema em questão – travestilidade, transexualidade e docência – desse modo, formaliza-se a preocupação das pesquisas em educação, seja no ambiente escolar uma vez que o levantamento nos possibilitou perceber este campo ou outros, como a temática da diversidade sexual ou de gênero, subjetividade e construção identitária, a diversidade entrando na escola, vivências de pessoas transexuais, resistências, decolonialidade e suas narrativas, gênero e sexualidade no contexto escolar foram algumas delas. As palavras-chaves também trouxeram um olhar bem interessante para esta pesquisa, uma verdadeira “nuvem de palavras” e um mundo de possibilidades a serem criadas, por fim os autores .

Na Tabela 1, abaixo, apresentamos os resultados da pesquisa referente ao quantitativo de 54 (72,97%) dissertações e 20 (27,03%) teses. A tabela está organizada por regiões, perfazendo este recorte em seus estados e os números de trabalhos obtidos.

Tabela 1 – Dissertações

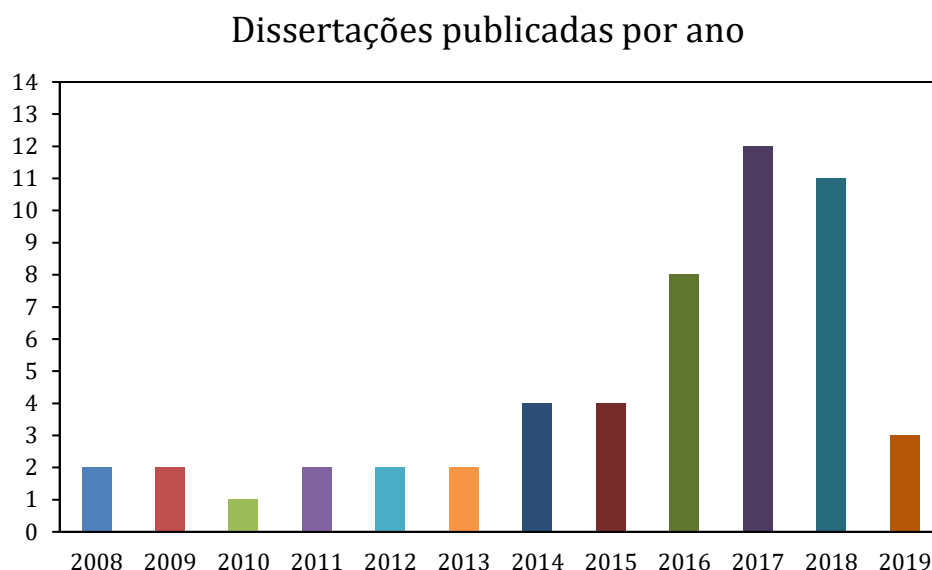
PESQUISA BANCO DA CAPES - DISSERTAÇÕES									
Nº	ANO	SEXO	INSTITUIÇÃO	UF	PROGRAMA	LINHA DE PESQUISA	TÍTULOS	PALAVRAS-CHAVE	AUTORES
1	2008	MASC	UECAMP	SP	PPGEdu	Resistência e Minorias Sociais	Entre necas, peitos e picumãs: subjetividade e construção identitária das travestis do Jardim Itatinga.	Travestis. Gênero. Identidade. Sexualidade. Violência	Santos, Paulo Reis dos
2	2008	MASC	UERJ	RJ	PPGEdu	Educação em Periferias Urbanas	Corpos, Escola e Sexualidades: um olhar sobre um programa de orientação sexual	Sexualidade; Programa de Orientação sexual; Identidade; Masculinidade	Junior, Paulo Melgaço da Silva
3	2009	MASC	UFU	MG	PPGEdu	Educação em Ciência e Matemática	A diversidade entra na escola: histórias de professores e professoras que transitam pelas fronteiras da sexualidade e do gênero.	Docência, Homossexualidade, Travestilidade, Teoria queer, Homossexualismo e educação	Almeida, Neil Franco Pereira
4	2013	MASC	UERJ	RJ	PPGEdu	COTIDIANOS, REDES EDUCATIVAS E PROCESSOS CULTURAIS	Abrir o gás ou sair para dançar rock: O dilema de nós LGBT - As múltiplas redes educativas em movimentos	Redes educativas - Currículo - LGTB - Cotidiano - Homofobia.	PINHEIRO, ANTONIO RAIMUNDO COSTA
5	2014	FEM	UNESP	SP	PPGEduESC	SEXUALIDADE, CULTURA E EDUCAÇÃO SEXUAL	TRAVESTILIDADES E JUVENTUDES: CONTEÚDOS SUBMERSOS NO CONTEXTO ESCOLAR	Escola, Travestilidades, Habitus, Capital Cultural, Social e Econômico.	OLIVEIRA, CARINA DANTAS DE
6	2014	MASC	UFLA	MG	PPGEdu	Linguagens, Diversidade Cultural e Inovações Pedagógicas	Quando eu pulei o muro: Travestilidades em Corpos - Existências apesar dos Silêncios da Escola	Corpos-existência. Transformação. Resistência	PEREIRA, MARLYSON JUNIO
7	2015	MASC	UFFRJ	RJ	PPGEdu	Contextos contemporâneos e Demandas Populares	Trajetórias de alunos e alunas Transgêneros na Educação de Jovens e Adultos do Município de Nova Iguaçu/RJ	Educação, Transdiversidades, Transgêneros, Travesti, Transexual	SILVA, LUCIANO MARQUES DA
8	2015	MASC	UERJ	RJ	PPGEdu	Cotidianos, Redes Educativas e Processos Culturais	Por um transpensar os gêneros, os corpos e as práticas educativas cotidianas.	Experiência trans. Gênero e Sexualidade. Diferença. Práticas Educativas Cotidianas	NASCIMENTO, DIOGO VIEIRA DO
9	2016	FEM	UFRJ	RJ	PPGEdu	POLÍTICAS E INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS	Educação e travestilidades no foco: Trajetórias escolares das travestis em situação de "pista" na cidade de Macapá	Políticas Públicas; Educação; Travestis; Movimentos Social, Corpo, Violência.	CRUZ, ELIONEIDE CARDOSO
10	2016	MASC	UFRJ	RJ	PPGEdu	HISTÓRIA, SUJEITOS E PROCESSOS EDUCACIONAIS	TRANSEXUAL, TRANSVERSAL, TRANSGRESSÃO: O que dizem docentes sobre pessoas trans* na escola	Profissão Docente, Pessoas Trans*, Gênero, Educação	MORAES, CRISTIANO DA SILVA BRASIL DE
11	2016	MASC	UFES	ES	PPGEdu	Diversidade e Práticas Educativas Inclusivas	(TRANS) PENSANDO A EDUCAÇÃO SOCIAL: OS SENTIDOS DE SER (TRANS) EDUCADORA SOCIAL	Pedagogia Social. Educadora Social. Travesti. Ser (trans) Educadora. Rua.	BRAVIN, RODRIGO
12	2016	MASC	UFSCar	SP	PPGEdu	Educação, Comunidade e Movimentos Sociais	Morrer para nascer Travesti: performatividades, escolaridades e a pedagogia da intolerância.	Travesti; Transfobia; Escola	RODRIGUES, TASSIO ACOSTA
13	2017	MASC	UNESP	SP	PPGEduSex	Desenvolvimento, Sexualidade e Diversidade na Formação de Professores	DESVELANDO A VIVÊNCIA TRANSEXUAL: gênero, criação e constituição de si-mesmo	Sexualidade; Gênero; Transsexualidade; Psicanálise	ZERBINATI, JOAO PAULO
14	2017	FEM	UERJ	RJ	PPGEdu	Cotidianos, Redes Educativas e Processos Culturais	Choque de Monstros: Corpo, identidade e visualidade na escola	Educação. Cotidiano. Feminismos. Identidade	SILVA, PAMELA SOUZA DA
15	2018	FEM	UNESP	SP	PPGEduSex	Sexualidade e Educação Sexual: Interfaces com a História, a Cultura e a Sociedade	ESCOLA E TRANSFOBIA: vivências de pessoas transsexuais	Transsexualidade; Transfobia; Educação	AMORIM, SYLVIA MARIA GODOY
16	2018	MASC	UNICAMP	SP	PPGEdu	Educação e Ciências Sociais	HISTÓRIAS TRANS-CRIADAS: cuidado de si nas formas de (re)existir	sexualidade; gênero; transsexualidade; identidades; história oral; transcriação; resistências	MARINHO, ALEXANDRE CECONELLO
17	2018	MASC	UFSCar	SP	PPGEdu	EDUCAÇÃO, CULTURA E SUBJETIVIDADE	NARRATIVAS TRAVESTIS E TRANSEXUAIS: TRANSBORDAR RESISTÊNCIAS	Transsexualidade. Travestilidade. Infâncias. Educação. Prostituição	SOBRINHO, PAULO RIBEIRO DOS SANTOS
18	2018	MASC	UFOP	MG	PPGEdu	Desigualdades, Diversidades, Diferenças e Práticas Educativas Inclusivas	Sobre coragem e Resistência: contando a história de LEONA, professora e mulher trans.	Professoras trans; transsexualidade; transfobia; educação, heteronormatividade; biografia de professoras.	MODESTO, RUBENS GONZAGA

19	2009	FEM	UFRS	RS	PPGEdu	Educação, Sexualidades e Relações de Gênero	Os Monstros'e a Escola: Identidade e Escolaridade de Sujeitos Travestis	Sexualidade. Relações de Gênero. Escolarização. Travestis. Identidade. Políticas Públicas. Teoria Queer. Foucault. Michael	BOHM, ALESSANDRA MARIA
20	2010	FEM	UFP	PR	PPGEdu	Cultura, Escola e Ensino	CARTOGRAFIAS DA TRANSEXUALIDADE: 'A EXPERIÊNCIA ESCOLAR E OUTRAS TRAMAS'.	Experiência transexual; Escola; Controle; Corpo; Cartografia	Santos, Dayana Brunetto Carlin dos
21	2011	FEM	UFRGS	RS	PPGEdu	Educação e Ciências Humanas	"LÁ EM CASA A GENTE CONVERSA!!": Pedagogias da conjugalidade entre as Travestis e seus maridos	Travesti, conjugalidade, Sociabilidade, Masculinidade, Pós-estruturalista, Gênero, Sexualidades, Pedagogia	MULLER, MAGNOR IDO
22	2013	FEM	UFRGS	RS	PPGEdu	Educação, Sexualidades e Relações de Gênero	A PEDAGOGIA DO SALTO ALTO: HISTÓRIAS DE PROFESSORAS TRAVESTIS E TRANSEXUAIS BRASILEIRAS	Educação, Pedagogia, Salto Alto, Travestilidade, Transexualidade	REIDEL, MARIO
23	2014	MASC	USSC	SC	PPGEdu	Relações Culturais e Histórias na Educação	QUANDO O "ESTRANHO" RESOLVE SE APROXIMAR: A PRESENÇA DA PROFESSORA TRANSEXUAL E AS REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE NO AMBIENTE ESCOLAR	Gênero. Professora transexual. Transfobia. Ensino fundamental. Educação.	SANTOS, TIAGO ZEFERINO DOS
24	2014	MASC	UFRS	RS	PPGEdu	Educação, Sexualidades e Relações de Gênero	Uma ala para travestis, gays e seus maridos : pedagogias institucionais da sobrevivência no presídio central de Porto Alegre	Travestis; Educação; Presídio;Pedagogia da Sobrevivência; Performance.	PASSOS, AMILTON GUSTAVO DA SILVA
25	2015	FEM	UNISUL	SC	PPGEdu	Identidades, Gênero e Sexualidades	GÊNERO E SEXUALIDADE NO AMBIENTE ESCOLAR: CONCEPÇÕES DAS DIRETORAS FRENTE A PRECONCEITOS E DISCRIMINAÇÕES COM ESTUDANTES LGBTT	Educação. Formação Humana. Diretoras. Gênero. Sexualidade.	SILVA, JESUALDO DA
26	2015	FEM	ULBRA	RS	PPGEdu	Infância, Juventudes e Espaços Educativos	"É FRIBOI!": DISCUTINDO GÊNERO E SEXUALIDADE NO ENSINO MÉDIO A PARTIR DO PÂNICO NA BAND	Gênero – sexualidade – pedagogia cultural – humor – juventude	BLOEDOW, ALINE MARIA ULRICH
27	2016	MASC	Ufpr	PR	PPGEdu	POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DA EDUCAÇÃO	A política educacional brasileira em interface com a diversidade sexual no período de 2003 a 2014	política educacional brasileira;diversidade sexual e de gênero na educação;movimento	SOUZA, JOSE ANTONIO CORREIA DE
28	2016	FEM	UFSM	RS	PPGEdu	Formação, Saberes e Desenvolvimento Profissional	O PROCESSO DIALÓGICO ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA: LIMITES E POSSIBILIDADES PARA A AUTO(TRANS)FORMAÇÃO PERMANENTE COM PROFESSORAS	Família. Escola. Professoras. Auto(trans)formação permanente	SANTOS, CAROLINE DA SILVA DOS
29	2017	FEM	UNIPLAG	SC	PPGEdu	Educação, Cultura e Políticas Públicas	TRANSMULHERES E SUA RELAÇÃO COM A FAMÍLIA: DESAFIOS DURANTE O PROCESSO DE TRANSEXUALIZAÇÃO	Transmulheres; Família. Processo de Transsexualização. Políticas Públicas.	VARGAS, JOELCI CRISTINA MELO
30	2017	FEM	FURG	RS	PPGEdu	CULTURAS, LINGUAGENS E UTOPIAS	Literatura juvenil contemporânea LGBTI: Significado sobre identidades de Gênero e Sexuais	Literatura Juvenil;Gêneros. Sexualidades;Estudos Culturais	AMARAL, CAROLINE
31	2017	MASC	UFSM	RS	PPGEdu	EDUCAÇÃO E ARTES	DRAG QUEEN: UMA POTÊNCIA TRANSGRESSORA	Drag Queen, sujeito/personagem, vontade de potência, experiência.	BRASIL, IRAN ALMEIDA
32	2017	FEM	UNIPLAC	SC	PPGEdu	Educação, Processos Socioculturais e Sustentabilidades	GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL: HOMOFOBIA NO CONTEXTO ESCOLAR	Identidade de gênero;Sexualidade. Homofobia. Escolas.	LINS, CLECI TEREZINHA LIMA DE
33	2017	FEM	UFPR	PR	PPGEdu	CULTURA, ESCOLA E ENSINO	PRODUZIR O SEXO VERDADEIRO, REGULAR O SEXO EDUCADO: APROXIMAÇÕES ENTRE O CINEMA PORNÔ E A EDUCAÇÃO SEXUAL'	Educação sexual;Pornografia;Dispositivo de sexualidade;Garganta Profunda;Enciclopédia da Vida Sexual	MIKOS, CAMILA MACEDO FERREIRA
34	2018	FEM	ULASalle	RS	PPGEdu	Gestão, Educação e Políticas Públicas	POSSIBILIDADES DE ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR: A EXPERIÊNCIA DO TRANSENM PORTO ALEGRE	Educação Superior;Acesso;Transexualidade	ITAQUI, CINTIA
35	2018	FEM	ULBRA	RS	PPGEdu	Sexualidades e Construções Teóricas	GÊNERO POLITIZADO - NARRATIVAS DE TRANSHOMENS EM VÍDEOS DO YOUTUBE	Transexualidade, transhomens, performatividade, gênero, histórias de vida	OST, SHEILA BEATRIZ
36	2018	FEM	UFRGS	RS	PPGEdu	Espaços e Tempos Educativos	A PRODUÇÃO DA CRIANÇA TRANS NAS REPORTAGENS DIGITAIS: UM OLHAR PARA OS ESPAÇOS EDUCATIVOS FAMÍLIA E ESCOLA	Artefatos Culturais; Escola; Famílias; Crianças; Transexualidade	ARANA, ARIANE PICKERSGILL
37	2018	MASC	UFSCar	SC	PPGEdu	Educação, Cultura e Subjetividades	NARRATIVAS TRAVESTIS E TRANSEXUAIS: TRANSBORDAR RESISTÊNCIAS	Transexualidade. Travestilidade. Infâncias. Educação. Prostituição	SOBRINHO, PAULO RIBEIRO DOS SANTOS
38	2019	MASC	UEPA	PA	PPGEdu	FORMAÇÃO DE PROFESSORES E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	Professor gay e professora lésbica: um estudo sobre homofobia na docência'	Educação;Prática docente;Docente homossexual;Heteronormatividade;Homofobia	SILVA, JARDINELIO REIS DA
39	2019	MASC	UNIFAP	AP	PPGEdu	EDUCAÇÃO, CULTURAS E DIVERSIDADES	TÁ PENSANDO QUE TRAVESTI É BAGUNÇA?! Decolonialidade e resistência nas experiências escolares de travestis e transexuais de Macapá, AP	Decolonialidade. Narrativas. Experiências escolares. Travestis e transexuais. Pesquisaparticipante	RIBEIRO,ROMULO CAMBRAIA

40	2012	FEM	UFPI	PI	PPGEdu	Ciências da Educação	EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE(S): qual a cor da homofobia no arco-íris da escola?	Homossexualidades. Escola. Jovens LGBT's. Homofobia	ARAÚJO, VALDENIA PINTO DE SAMPAIO
41	2016	MASC	UFPI	PI	PPGEdu	Educação, Movimentos Sociais e Políticas Públicas	ENTRE OCÓS, TRUQUES E ATRAQUES: a produção de confetos sobre as experiências de educadoras Trans do projeto TRANS FORMAÇÃO	Aprendizado para/com/pelas diferenças. Pedagogia Trans. Educadoras. Transsexuais e Travestis. Sociopoética	MARTINS, LUCIVANDO RIBEIRO
42	2016	MASC	UFPB	CE	PPGEdu	POLÍTICAS EDUCACIONAIS	Direitos humanos, educação e cidadania LGBT: uma análise das ações do programa Brasil sem homofobia em João Pessoa/PB	Direitos Humanos;Brasil sem homofobia;Políticas Educacionais;Movimento LGBT;Cidadania	GOMES, JOSE CLEUDO
43	2017	MASC	UESB	BA	PPGEdu	Currículos e Práticas Educacionais	AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA A DIVERSIDADE SEXUAL NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE VITÓRIA DA CONQUISTA - BA	Diversidade sexual;Gênero;Práticas pedagógicas	JUNIOR, JOSE MIRANDA OLIVEIRA
44	2017	MASC	UFS	SE	PPGEdu	EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE	NORMAS DE GÊNERO E HETERONORMATIVIDADE EM UMA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA EM ARACAJU (SE)	Escola. Heteronormatividade. Normas de Gênero	OLIVEIRA, DANILO ARAUJO DE
45	2017	MASC	UFC	CE	PPGEdu	HISTÓRIA E EDUCAÇÃO COMPARADA	EXPERIÊNCIAS EDUCACIONAIS E SOCIAIS DE TRAVESTIS NO CEARÁ: UM ESTUDO COMPARADO EM JUAZEIRO DO NORTE E CANINDÉ	Travestis;Experiências Educacionais e Sociais;História Oral	FILHO, ANTONIEL DOS SANTOS GOMES
46	2018	FEM	UFPE	PE	PPGEdu	SUBJETIVIDADES COLETIVAS, MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO POPULAR	INFÂNCIAS TRANS: A EMERGÊNCIA DE UMA NARRATIVA SOCIAL EM (CON)TEXTOS MÍDIÁTICOS E SUAS INTER-RELAÇÕES COM A EDUCAÇÃO	Gênero;Infância;Educação;Transgeneridade;Mídia	SILVA, MELANIE LAURA MARIANO DA PENHA
47	2018	FEM	UFS	SE	PPGEdu	EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE	FORMAÇÃO DAS PESSOAS TRANSEXUAIS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE: ENFRENTAMENTO E RESISTÊNCIA DAS NORMAS DE GÊNERO NO ESPAÇO ACADÊMICO	Ensino Superior;Estudantes Transsexuais. Gênero. Transsexualidade	SANTOS, ADRIANA LOHANNA DOS
48	2011	MASC	UFMS	MS	PPGEdu	Ciências Humanas e Sociais	Sobre a educação atendida: 'uma análise da relação entre a identidade sexual travesti e o processo de educação formal'	Identidade Sexual. Travesti. Educação Formal.	Montreazol, Jeferson Renato
49	2012	FEM	UFMT	MT	PPGEdu	Linguagens, Cultura e Construção do Conhecimento.	Travestilidades e escola nas narrativas de alunas travestis	Travestilidade e escola. Identidades travestis. Narrativas travestis. Representações sobre a escola.	Sales, Adriano Barbosa
50	2014	MASC	UEG	GO	PPGEduLIN	Linguagem e Práticas Sociais	Diversidade Sexual na escola: o "normal" e o "anormal" em discurso de professores	Diversidade sexual; discurso; linguagem; práticas sociais.	FERNANDES, CLODOALDO FERREIRA
51	2017	FEM	UEMS	MS	PPGEdu	HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO	MEMÓRIAS DE PROFESSORAS TRANSEXUAIS NO LESTE DE MATO GROSSO DO SUL	Professor;Educação;História oral;Transsexual;Diversidade sexual	PIERI, FABIANA DE
52	2017	MASC	UFMT	MT	PPGEdu	Linguagens, cultura e construção do conhecimento	SOBRE CORPOS QUE "NÃO PODEM" APARECER: MEMÓRIAS DE ESCOLA NAS NARRATIVAS DE PESSOAS TRAVESTIS	Travestilidade; Memória; Infância; Escola	ALEXANDRE, BRUNO DO PRADO
53	2018	MASC	UFMS	MS	PPGEdu	Gênero e Sexualidades, Cultura, Educação e Saúde	As trajetórias de "jovens trans" na fronteira Brasil/Bolívia: (in)visibilidade nas escolas públicas de Corumbá (MS).	gay;travesti;transsexual;abandono escolar;direito à educação	FERNANDES, SANDERSON FARDIM
54	2019	MASC	UEMS	MS	PPGEdu	CURRÍCULO, FORMAÇÃO DOCENTE E DIVERSIDADE	TRAVESTIS E TRANSSEXUAIS NO MERCADO DO SEXO EM TRÊS LAGOAS/MS	Educação.;Mercado de Trabalho.;Travestis e Transsexuais.;Gênero.;Prostituição.	CRUZ, EDIMILSON CARDOSO DA

Fonte: O autor, 2020.

Gráfico 1 – Dissertações/ano



Fonte: O autor, 2020.

Diferentemente quanto às dissertações o número de trabalhos defendidos é um pouco mais expressivo, chegando ao universo de 54 (72,97%) em seu total. Percorrendo também seus míseros trabalhos nos primeiros anos e somente em 2017 que chegamos a um patamar de 12 (22,22%) trabalhos de pesquisas ao ano. Palmilhando a trilha das análises proposta pelo estado do conhecimento, algumas pesquisas obtidas na plataforma trouxe outros espaços, como é o caso de Sales (2012), que se dispôs a entender como são importante as discussões no ambiente escolar à respeito das identidades de alunes TRANS e Travestis.

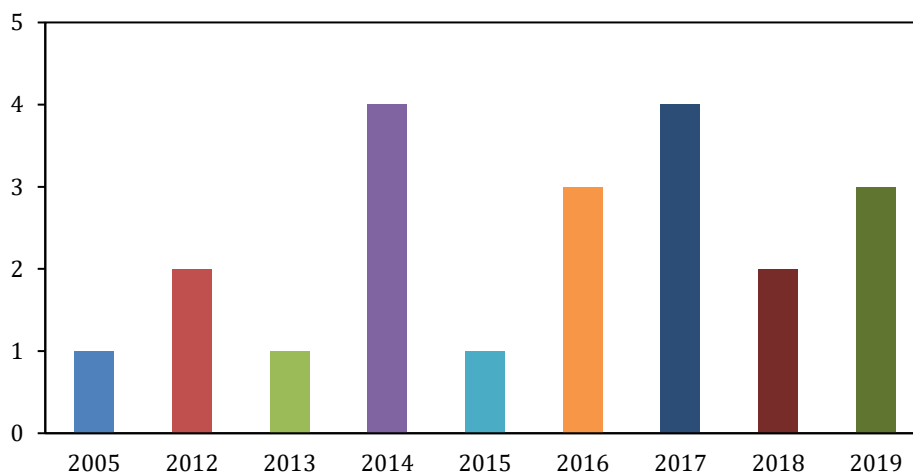
Afirmando que as experiências escolares das alunas travestis demonstram uma complexa subjetividade de interpretações que compõe as relações que envolvem a travestilidade e escola, com efeito a traçar as representações que pode observar, compreender, sentir, me deslocando da dinâmica do cotidiano educacional por si só, para dar atenção às construções identitárias dessas sujeitas, das relações que se estabelecem nesse processo e como a escola se posiciona ou mesmo é compreendida nessa trama (SALES, 2012, p. 68).

● Tabela 2 – Teses

PESQUISA BANCO DA CAPES - TESES									
Nº	ANO	SEXO	INSTITUIÇÃO	UF	PROGRAMA	LINHA DE PESQUISA	TÍTULOS	PALAVRAS-CHAVE	AUTORES
1	2014	FEM	UFU	MG	PPGEdu	Educação em Ciência e Matemática	Professoras trans brasileiras: ressignificações de gênero e de sexualidades no contexto escolar	Travestis; Transexuais; Transgêneros; Transfobia; Docência	ALMEIDA, NEIL FRANCO PEREIRA DE
2	2014	MASC	UFRJ	RJ	PPGEdu	Inclusão, Ética & Interculturalidade	Quando as questões de gênero, sexualidades, masculinidades e raça interrogam as práticas curriculares: um olhar sobre o processo de co/construção das identidades no cotidiano escolar	Escola. Decolonialidade. Multiculturalismo. Teorias queer. Pesquisa-ação	JUNIOR, PAULO MELGAÇO DA SILVA
3	2016	MASC	USP	SP	PPGEdu	SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO	Não se nasce militante, toma-se; processo de engajamento de jovens LGBT	Organizações juvenis; engajamento (político); Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais (LGBT)	DANILIAUSKAS, MARCELO
4	2016	MASC	UFES	ES	PPGEdu	História, Sociedade, Cultura e Políticas educacionais	EDUCAÇÃO BICHA: UMA A(N)ALÍTIQUEOLOGIA DA DIVERSIDADE SEXUAL	Bicha; diversidade sexual; educação	ZAMBONI, JESIO
5	2016	MASC	UFMG	MG	PPGEdu	EDUCAÇÃO, CULTURA, MOVIMENTOS SOCIAIS E AÇÕES COLETIVAS	DIVERSIDADE SEXUAL NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA): LIMITES E POSSIBILIDADES DA EFETIVAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO	Educação de Jovens e Adultos, Diversidade Sexual, Sujeitos da EJA	SILVA, JERRY ADRIANI DA
6	2014	FEM	UFP	RS	PPGEdu	Currículo, Profissionalização e Trabalho Docente	CURRÍCULO E DIFERENÇA: CARTOGRAFIA DE UM CORPO TRAVESTI	Travesti; corpo; currículo; diferença	SILVA, ALINE FERRAZ DA
7	2017	FEM	UFPR	PR	PPGEdu	Cultura, Escola e Ensino	DOCÊNCIAS TRANS*: ENTRE A DECÊNCIA E A ABJEÇÃO	Docência; decente; Gênero; Sexualidade; Biopolítica; Política, Cartografia; Professoras trans*	SANTOS, DAYANA BRUNETTO CARLIN DOS
8	2017	FEM	UFSCar	SC	PPGEdu	Educação, Cultura e Subjetividade	PEDAGOGIAS DE GÊNERO EM NARRATIVAS SOBRE TRANSMASCULINIDADES	Transmasculinidade; masculinidade hegemônica, heteronormatividade, pedagogias de gênero.	PAMPLONA, RENATA SILVA
9	2017	FEM	UFSCar	SC	PPGEdu	Educação, Cultura e Subjetividade	“Vamos por Más”: O Bachillerato Popular Mocha Celis na experiência educacional das travestis e transexuais em Buenos Aires/Argentina	Travestis; Transexuais. Sexualidade. Educação	MOLINA, LUANA PAGANO PERES
10	2019	MASC	UEM	PR	PPGEdu	ENSINO, APRENDIZAGEM E FORMAÇÃO DE PROFESSORES	VIDAS PRECÁRIAS DE ESTUDANTES TRANS: EDUCAÇÃO, DIFERENÇAS E PROJETOS DE VIDAS POSSÍVEIS	Vidas precárias; Gênero; Trans; Educação	SILVA, FERNANDO GUIMARAES OLIVEIRA DA
11	2019	MASC	UFRGS	RS	PPGEdu	CULTURA, CURRÍCULO E SOCIEDADE	O DISPOSITIVO BICHA: GÊNERO E SEXUALIDADE COMO TÉCNICAS DE CONTROLE PRISIONAL	travestis; gays; prisões; controle; relações de poder	PASSOS, AMILTON GUSTAVO DA SILVA
12	2013	MASC	UFP	PA	PPGEdu	CULTURA, ESCOLA E ENSINO	MARCOS DA VIDA VIÁVEL, MARCAS DA VIDA VIVÍVEL O governo da diversidade sexual e o desafio de uma ética/estética pós-identitária para a teorização político-educacional LGBT	Diversidade Sexual. Governamentalidade. Inclusão neoliberal. Vida viável. Estética da Existência	SIERRA, JAMIL CABRAL
13	2015	MASC	UFPA	PA	PPGEdu	EDUCAÇÃO, CULTURA E SOCIEDADE	AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE UNIVERSITÁRIOS DE SEXUALIDADE LGBT SOBRE SEUS PROCESSOS DE ESCOLARIZAÇÃO E SUAS IMPLICAÇÕES EM SEUS PROJETOS DE VIDA	Escolarização, LGBT, Sexualidade, Diferença, Preconceito e Projetos de Vida	DUARTE, FRANCISCO EDNARDO BARROSO
14	2018	MASC	UEM	PA	PPGEdu	Ensino, Aprendizado e Formação de Professores	(DES)PREGAMENTOS E TÁTICAS NOS COTIDIANOS NARRADOS POR TRAVESTIS: DESALOJAMENTOS NOS ESPAÇOS PRISIONAIS COMO MODOS DE (R)EXISTÊNCIAS	Travestis; Sistema Prisional; Educação menor; Existência; Resistência	CASTEIRA, RODRIGO PEDRO
15	2005	MASC	UFC	CE	PPGEdu	Educação, Currículo e Movimentos Sociais.	DIVERSIDADE SEXUAL: PARA ALÉM DE UMA EDUCAÇÃO SEXUAL ESCOLARIZADA	Sexualidade; Currículo; Cotidiano; Diversidade Sexual; Homossexualidades; Educação Sexual	LOIOLA, LUIS PALHANO
16	2012	FEM	UFC	CE	PPGEdu	Educação e Humanidades	TRAVESTIS NA ESCOLA: ASSUJEITAMENTO E RESISTÊNCIA À ORDEM NORMATIVA	Travesti, Resistência, Assujeitamento, Escola	ANDRADE, LUMA NOGUEIRA DE
17	2014	MASC	UFPB	PB	PPGEdu	POLÍTICAS EDUCACIONAIS	POLÍTICAS EDUCACIONAIS, DIREITOS HUMANOS E DIVERSIDADE SEXUAL: HÁ LUGAR LGBT NA EDUCAÇÃO?!	Educação. Educação em Direitos Humanos. Políticas Educacionais. Diversidade Sexual. O Lugar de LGBT na Educação	NETO, JOSE BAPTISTA DE MELLO
18	2018	FEM	UFPI	PI	PPGEdu	EDUCAÇÃO, MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS	UM CORPO POTENTE FAZENDO DAS DORES POSSIBILIDADES DE ASAS: TRANSFORMANDO modos de educar e de resistência na Universidade	Corpos Travestilizados. Ensino Superior. Práticas Educativas	ARAUJO, VALDENIA PINTO DE SAMPAIO
19	2017	MASC	UFG	GO	PPGEdu	Fundamentos dos Processos Educativos	SOCIALIZAÇÃO, DIFERENÇA E DESTINO: A EXPERIÊNCIA TRANS	Socialização, Educação e Gênero, Identidade	CASSIMIRO, HUGO LEONARDO
20	2019	MASC	UnB	DF	PPGEduFis	ESTUDOS SOCIAIS E PEDAGÓGICOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTE E LAZER	A REPERCUSSÃO DA INCLUSÃO DE PESSOAS TRANSEXUAIS NO ESPORTE: O DISCURSO NAS REDES SOCIAIS SOBRE O CASO DA JOGADORA TIFANNY	Teorias de Gênero. Identidade de Gênero. Mulher Transsexual. Esportes	IWAMOTO, THIAGO CAMARGO

Fonte: O autor, 2020.

Gráfico 2 – Teses/Ano



Fonte: O autor, 2020.

Quanto ao total de 20 (27,03%) teses, foram encontrados 02 (10%) trabalhos entre os anos 2005 a 2013, ou seja, um período de 08 anos. Nos anos de 2014 a 2017, portanto, um recorte de 03 anos, o número dobrou, elevando para 04 (20%) produções, indicando um aumento bem significativo. Nos anos seguintes, o número de pesquisa se mantém estável. No Gráfico 2, fica claro o movimento de produção das teses sobre a docência e a transexualidade:

A meu ver a problemática trazida aqui, em relação aos baixos números de trabalhos na área LGBTQI+, reforça a trajetória de uma sociedade sexuada e generificada, através de referenciais binários e CISheteronormativo – E, não por falta de recursos Federais na Educação – que é um contraponto - pois pelo foram tempos de grandes investimentos nesta área. Alicerçada em uma construção moralista, conservadora, preconceituosa, homolebóbtransfóbica, normativa, inquisidora e como diz Butler (2012) abjetificada, para a autora os “abjetos” são aqueles que, não sendo reconhecidos como sujeitos, por não terem identidades inteligíveis, serão lançados para o limite exterior do campo dos sujeitos.

Ao que me parece, um sujeito só se torna reconhecível como sujeito se ele estiver em conformidade com a norma que produz os sujeitos. Aqueles sujeitos que não estão em concordância com a norma sequer serão reconhecidos como sujeitos e suas vidas não serão reconhecidas. Assim reforça a conclusão do resultado obtido em uma década de submissões, depararmos com um número tão irrisório de estudos voltados a população LGBTQI+ na Educação.

3.2.1. Docência e Transexualidade: sobre a territorialidade da produção

Outro aspecto que nos chamou a atenção sobre o levantamento realizado, diz respeito a territorialidade. Do universo de 74 (100%) trabalhos encontrados, as informações sobre esta categoria nos forneceram elementos bastante relevantes, por buscarmos compreender a realidade do que se está produzindo nas diversas regiões e universidades do país. Como pode ser observado, excepcionalmente, esse quadro nos mostra uma concentração da produção nos grandes centros, onde estão sediadas as maiores universidades e centros de pesquisas, em particular nas regiões Sul e Sudeste, onde foram encontrados um total de 48 (64,86%) trabalhos, distribuídos nos seguintes estados: Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul.

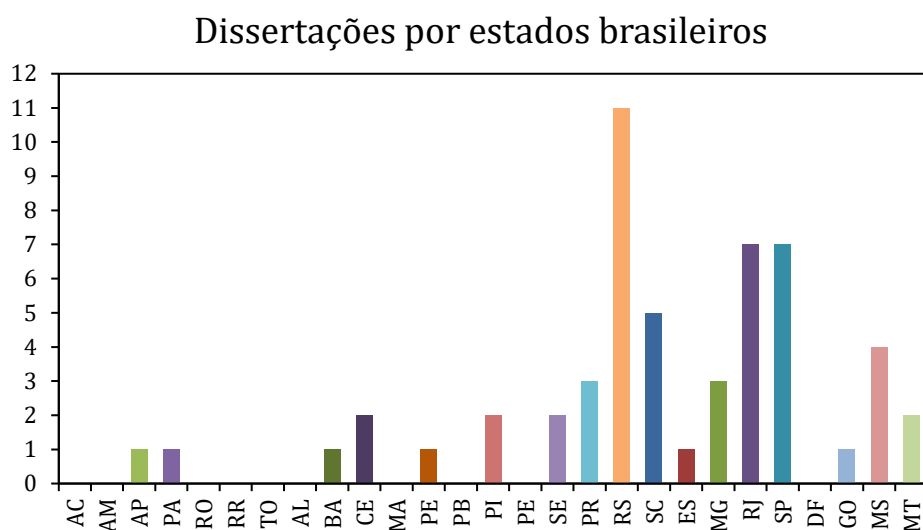
As regiões Norte e Nordeste contaram com 17 (22,97%) trabalhos desenvolvidos entre os estados do Amapá, Pará, Piauí, Ceará, Maranhão, Pernambuco, Paraíba, Sergipe e Bahia. Por fim, a região Centro-oeste, que contou com 09 (12,16%) publicações nos estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal. Porém, vale ressaltar que esse talvez, este elitismo regional das produções acadêmicas não é inocente, mas discursivo. Carece observar que em uma época política de verbas liberadas nos últimos anos para a educação nacional, nos levamos a indagar como as universidades do Norte, Nordeste e Centro-Oeste sobrevivem e como elas atraem os jovens pesquisadores.

A partir do conhecimento das universidades que mantêm grupos de pesquisa e cursos de doutorado e mestrado, entendemos que seria importante conhecer o movimento da pesquisa – em geral – a respeito da temática a ser investigada – aqui estamos tratando de pessoas “trans na docência” – para depois, então, investigar como tem sido desenvolvidos outros grupos de pesquisas e as produções acadêmicas dos cursos de pós-graduações pelo Brasil.

Ainda que esta pesquisa nos mostre uma visão a nível nacional, precisamos observar o que se tem discutido no exterior, muitas publicações ganham um referencial estrangeiro, onde as discussões são bem mais apresentadas e há bastante tempo. Acredita-se relevante explorar o tema na área da educação, em virtude de a escola conceber para muitos um espaço, historicamente, cindido pela deliberação de padrões moralistas e de cunho religioso que, por vezes, tencionam produzir sujeitos a partir de um arsenal de ações corretivas e ditadoras de

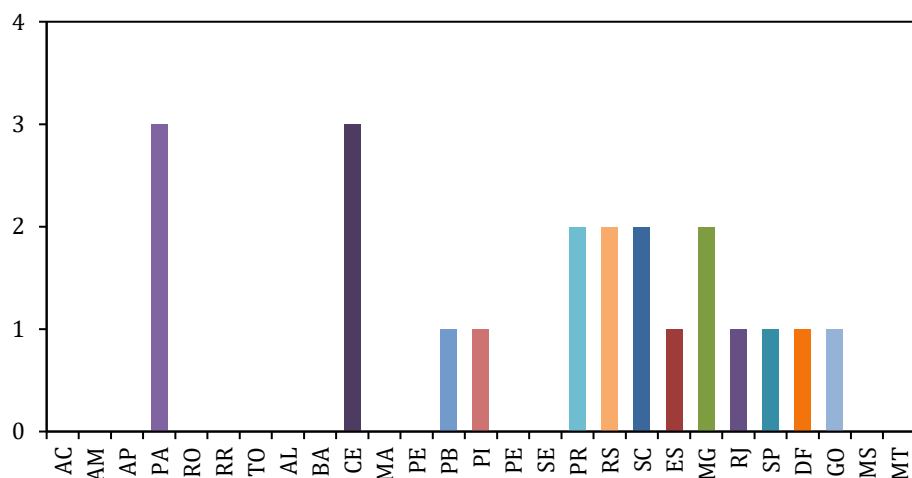
comportamentos sociais. Haja vista, pessoas LGBTQI+ em situações de extrema vulnerabilidade social, por exemplo, a falta de moradia e com isso ter que permanecer em abrigos – não estaduais ou municipais – com cunho de práticas religiosas. Obrigades a abrirem mão das suas orientações sexuais ou identidades de gêneros, além de cultuarem outros Deuses e fazerem pregações em troca de um espaço e acomodação.

Gráfico 3 – Dissertações por estados brasileiros



Fonte: O autor, 2020.

Gráfico 4 – Teses por estados brasileiros



Fonte: O autor, 2020.

Com base nos gráficos apresentados, podemos observar que há uma assimetria regional no que diz respeito ao legado educacional no que tange à pós-graduação em geral. Vale pontuar que, pelo fato de não ter tido uma leitura mais abrangente dos trabalhos apresentados não posso afirmar se os espaços que as pesquisas em educação apresentadas nas tabelas poderiam ou não contribuir para dissolução de conflitos à respeito a sexualidade, identidade de gênero e orientação em ambiente escolar.

Buscando um recorte mais específico por regiões e suas concentrações, obtivemos pesquisas de doutoramento (teses) e mestrados (dissertações) em todas as regiões do Brasil, embora fosse esperado. Na região Norte e Nordeste com pouco menos intensidade de publicações em suas universidades com trabalhos acadêmicos na temática LGBTQI+.

Muito preocupante esta situação, o fundamental seria o incentivo a estas produções nos espaços das universidades em maior escala, em todos os estados fazendo com que a sociedade reconheça e legitime a população LGBTQI+, sabemos que há ainda por parte da nossa população mundial um preconceito real.

Segundo o Grupo Gay da Bahia (GGB) uma instituição de renome quando é a política LGBTQI+, a violência contra as mulheres transexuais e travestis, e suas consequências faz com que o Brasil, se torne o país com maior índice de assassinatos de transexuais no Mundo²⁵. Alguns dossiês nos apontam a crescente onda de violência à população LGBTQI+, bem como nos mostra o recente levantamento chamado “Mapa dos assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil”, da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA)²⁶ no ano de 2017. O relatório aponta como novidade constante nos dados alguns recortes sobre assassinatos, qualificados ou não no código penal.

²⁵ Uma das poucas aferições já realizadas no Brasil sobre a transfobia revelou que 24% das pessoas não gostariam de se encontrar com pessoas transexuais, 10% disseram sentir repulsa/ódio e 14% antipatia; além disso, 22% não gostariam de dividir um espaço com as travestis (repulsa/ódio e antipatia foram citados por 9% e 13%, na ordem) - Fundação Perseu Abramo.<fpabramo.org.br>. Acesso em 26/07/2019.

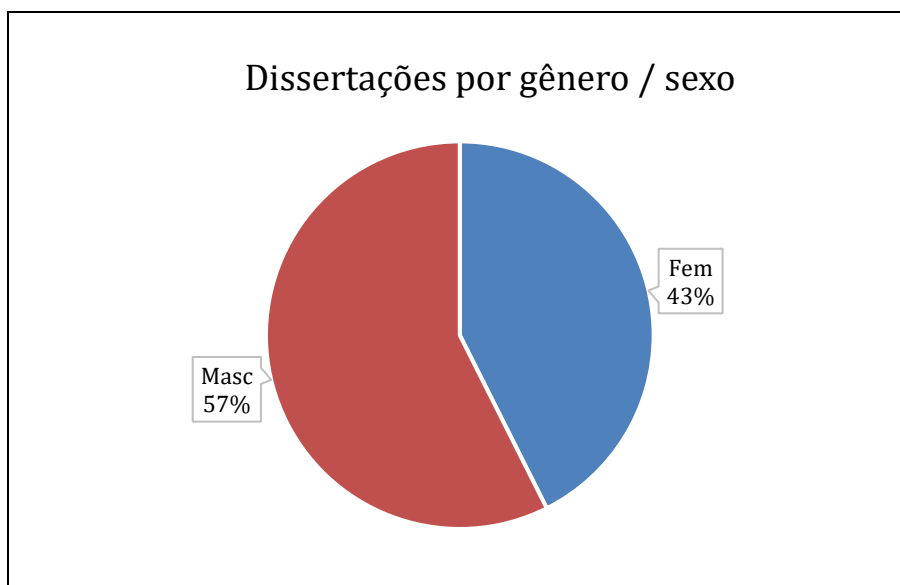
²⁶ ANTRA no ano de 2017, lembrando da subnotificação desses dados, ocorreram 179 Assassinatos de pessoas Trans, sendo 169 Travestis e Mulheres Transexuais e 10 Homens Trans. Destes, encontramos notícias de que apenas 18 casos tiveram os suspeitos presos, o que representa 10% dos casos. Visto em 15/08/2019 <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf>

Mortes provocadas, intencionais e que contém requintes de crueldades, o que denota o ódio contra a nossa população. Vale dizer que, ainda neste espaço iremos construir um subcapítulo recortando a questão da violência LGBTIfóbica e todas as suas nuances e interfaces, porém é importante dizer que a “violência” atravessa todas as áreas educação, saúde, segurança, assistência, política, direitos humanos etc.

3.2.2 Docência e Transexualidade: o Gênero/sexo dos autores

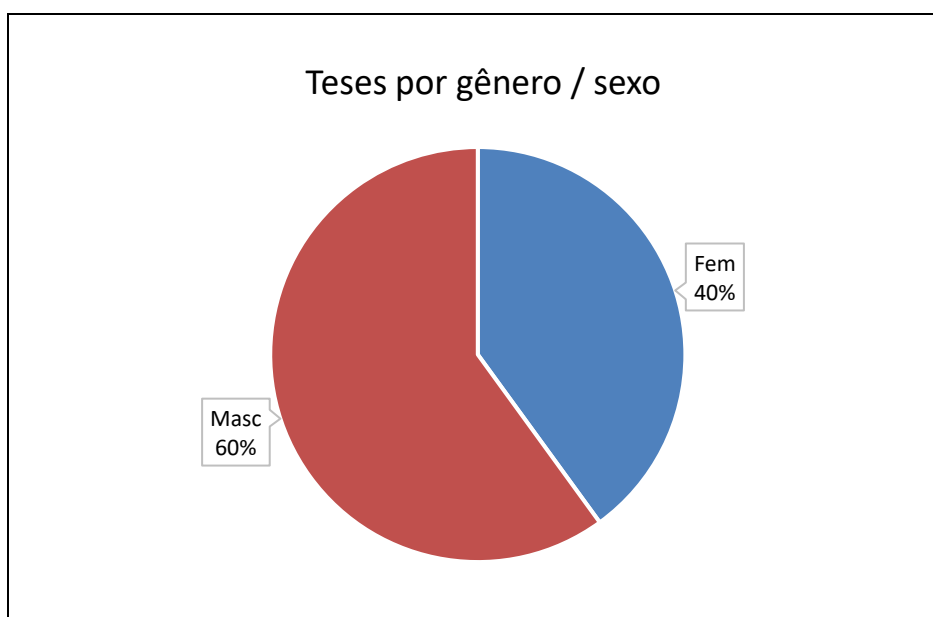
Nos gráficos abaixo, dividimos os trabalhos por seus respectivos gêneros/sexo e possíveis identidades de gênero, quando o autor ou autora está em desacordo com o que aparece nas pesquisas, detalhamos mais à frente essa questão. Identificamos certo equilíbrio relacionado ao gênero nos trabalhos realizados. Do total de 74 trabalhos (100%), foram encontrados, 44 (59,45%) defendidos por pessoas do gênero masculino e 30 (40,55%) do gênero feminino. Porém, foi interessante identificar que há 05 (6,76%) trabalhos escritos e defendidos por mulheres transexuais, portanto do gênero feminino. Constatamos que apenas 02 trabalhos (2,70%), um bem recente, no ano de (2018) e outro no ano (2012) estavam devidamente relacionados às identidades de gênero das pessoas trans 03 (4,06%) trabalhos, tanto no Banco da CAPES, como no próprio trabalho – capa - defendido o nome que constava era do (gênero masculino), não estava em consonância com a sua identidade de gênero - transexualidade feminina – conforme a mesma se autodeclarava em suas páginas iniciais. Portanto, não seria aqui uma questão de momento onde a lei ou decretos que dispõem sobre o uso do nome social e o reconhecimento de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública estadual e federal direta, autárquica e fundacional (Nº 43.065/2011 Estadual Rio de Janeiro e Nº 8.727/2016 Federal) já vigoravam na sociedade e universidades de todos os estados.

Gráfico 5 – Dissertações por gênero/sexo



Fonte: O autor, 2020.

Gráfico 6 – Teses por gênero/sexo



Fonte: O autor, 2020.

Portanto, essas informações justificam a necessidade de produzirmos mais trabalhos acadêmicos acerca da docência e seus recortes nas identidades de gênero e suas diversidades. Investir na formação de profissionais da educação e fomentar as políticas públicas voltadas à população LGBTQI+, contudo contribuir para a garantia de direitos e a construção da cultura do respeito e da tolerância à diversidade. Tais análises discursivas buscam demonstrar como a não permissão

da existência de travestilidades e transexualidades, pela heteronormatividade, as tornam possíveis, visto que a lei – regras e normas – que as segrega é a mesma que a produz.

3.2.3 Pesquisas acadêmicas e suas incongruências na CAPES – “Eu digo minhas Verdades”

*“Tia, a sua voz tá grossa!!! [risos] Vinha um e falava assim:
“Tia, a minha tia falou, não sei o que lá...!!! A minha vó... e meu
pai falou também não sei o quê!!*

Professora Leona

Muito se fala em “dar voz” aos sujeitos da pesquisa (BURKE, 1992), pois a eles foi negada a voz pela academia por longo tempo. Portanto, aqui nos permitam repensar essa lógica colonialista de que a academia é quem tem o poder de dar voz aos sujeitos (PEREIRA, 2012). Os sujeitos já são possuidores de voz, e não é por um trabalho acadêmico de qualquer natureza que fará o momento de cisão entre “não ter voz” e “ter voz”. Em sua micropolítica, professores, professoras, alunado, equipes de gestão da escola, todes já possuem uma voz ao pedir direito a educação, ao resistirem a ou perpetuar os discursos hegemônicos e em seu dia a dia de trabalho na escola. Pensando nisso, substituiremos a ideia de “dar voz” aos sujeitos por “dar ouvidos” aos sujeitos. A academia tem avançado na inserção de novos sujeitos que chegam à ela: indígenas, pessoas negras, pessoas TRANS, gays, lésbicas etc. É no que nos apoiamos ao apostar nas narrativas das professoras TRANS desta dissertação.

Durante as leituras dos trabalhos encontrados, percebi que todas as professoras transexuais e/ou travestis já assumiram publicamente suas identidades e seus nomes sociais independentemente da situação civil estar condicionada a requalificação civil, ou seja, a troca de nome por via judicial à época ou agora por vias administrativas em cartórios das cidades. As citações e trechos de seus trabalhos abaixo são afirmações do quanto o nome adotado é significativo para a construção do sujeito e de sua própria identidade construída. Para estas professoras transexuais e travestis, objetos direto desta pesquisa, o problema parece ser o mesmo, no entanto, as discussões e as dificuldades adentram outro espaço chamado escola. Estou falando de mulheres transexuais professoras TRANS que não sei o motivo, porém posso imaginar talvez o sistema (normas e/ou

regras internas) passaram a figurar como do sexo/gênero masculino no registro e até mesmo nas capas de seus trabalhos de teses e dissertações.

A proposta é trazer aqui os trabalhos desenvolvidos por professoras TRANS encontrados nas pesquisas no Banco da CAPES onde foi possível num “recorte” de gênero identificar alguns autores/as que à época da defesa estavam registrados com um gênero diverso do seu. Ou seja, o que estava configurado no registro da instituição CAPES seria o seu nome de “registro de nascimento” e não pelo que se esperava o seu “nome social”, de acordo com a sua identidade de gênero, como é vista e reconhecida pela sociedade. Inclusive, encontramos na capa de alguns trabalhos os dois nomes citados, como foi o caso das professoras. Esta nova configuração de identidade tem utilizado o termo nome social para identificar as transexuais e travestis que assumem suas identidades perante a sociedade, no entanto denota um problema, à medida que o seu nome civil ainda é masculino, contrapondo-se ao gênero adotado/apresentado aos alunos e ou colegas de classe.

Pois bem, dar ouvidos as professoras aqui é aceitar sua participação também na história, que as mesmas desejam contar, das tradições que compreendem necessárias ou obsoletas e na criação de mais possibilidades, além do silêncio – esse sim, tradicionalíssimo. Quanto mais histórias se fizerem ouvir, aumentamos o leque de discursos e dizeres do que é possível ou não neste engessado e cristalizado ambiente tradicional que é a escola. Em verdade, um ambiente tão dinâmico, com diversas potências de socialização, memórias e narrativas não pode ser entendido como algo tradicional, no caráter inventando o termo. As invenções, nesse caso, são inúmeras, e negá-las seria limitar por baixo a função da escolarização e o efeito das profissões docentes nas vidas daqueles que não compactuam do status de normalidade.

Apontaremos, portanto, alguns relatos desse tempo para a pesquisa. Contar essas narrativas, sobre como essas professoras TRANS lidam no processo democrático do ensino – e quem sabe algumas respostas - de práticas pedagógicas afirmativas, que trouxeram a inclusão e respeito para o espaço sala de aula. Com isso, saídas das páginas policiais e de anúncios de prostituição em orelhões das esquinas, essas pessoas agora dividem o “tradicional” chão da sala de aula com os demais, e com alunos. Vale lembrar que essa função de educador, esse currículo e este espaço sala de aula também são historicamente constituídos, e que nem sempre desta forma se constituíram e apresentaram (XAVIER, 2013).

Ao tratarmos ainda das pessoas trans, a história oral nos diz: “as fontes orais dão-nos informações sobre o povo iletrado, ou *grupos sociais cuja história escrita é ou falha ou distorcida*” (PORTELLI, 1997, p.27, grifo nosso). Sobre isso, o autor continua:

Fontes orais são condições necessárias (não suficiente) para a história das classes não hegemônicas, elas são menos necessárias (embora de nenhum modo inúteis) para a história das classes dominantes, que têm tido controle sobre a escrita e deixaram atrás de si um registro escrito muito mais abundante. (PORTELLI, 1997, P.37)

Por incrível que pareça este trabalho tem sido a minha salvação num período tão complicado em que estamos vivendo no Mundo todo. Refiro-me a um vírus mortal que se alastrou desde março de 2020. Em meio a uma pandemia devido ao COVID-19, muitas pessoas estão em isolamento físico ou vivendo em trabalhos remotos *home office*, o que agrava o quadro de ansiedade e depressão. Portanto, se manter ativo nas ocupações, leituras, aulas remotas, encontros em grupos de estudos e os trabalhos acadêmicos (dissertação) me fizeram não pensar tanto nesta doença.

E assim continuamos com um breve ‘recorte’ dos trabalhos trazidos ao longo desses anos por pessoas trans na Educação. E que infelizmente, como mencionado não foi respeitado à dignidade de algumas dessas professoras, deixando até os dias de hoje suas referências com nomes de registro. A seguir, apresentamos, com destaque, estes trabalhos produzidos por pesquisadoras/es Trans.

3.2.3.1 - Adriana Sales (Adriano Sales) – 2012. *Travestilidades e escola nas narrativas de alunas travestis*.

Assim, a definição de travesti que me parece mais particular, a qual assumo por nela crer, por possibilitar que me aproprie da construção desse gênero humano feminino, por eu ser uma mulher travesti, é a construção de um gênero que se subjetiva primeiramente consigo mesmo, com os outros e com as tensões que pode proporcionar; que se apropria de novas atitudes, comportamentos e expectativas para além do que a sociedade relaciona ao que é ser homem ou ser mulher. É um processo íntimo e subjetivado que deve contemplar suas necessidades enquanto indivíduo e satisfazer aos anseios de manifestação não somente de sua sexualidade, mas de uma identidade que materialize essa representação (SALES, 2012, p.21).

Sales traz em seu texto que “ser travesti é TRANScender em alguns elementos que nos constroem biologicamente, politicamente, socialmente e culturalmente, isto é, não apenas nas conceituações básicas de cada ciência, mas

de uma transcendência que ultrapassam única ao que nós, travestis, compreendemos de uma particularidade própria; de um mundo imagético que nos move na mais profunda singularidade de ser. Tal essência concebe, nesses sujeitos, representações tão concretas que se tornam abstratas para a mera compreensão inicial dos outros que estão a sua volta, que não têm particularidade com as discussões apresentadas pelo movimento organizado de pessoas travestis e transexuais, e que seguem aos padrões homogeneizados de identidades de gêneros sociais” (2012, p. 21-22).

Segundo Sales tais fatores muitas vezes forçam de maneira indireta ou direta que essas alunas evadam da escola, pois nem sempre essas sujeitas estão preparadas para o enfrentamento que lhe é apresentado ou mesmo tem maturidade, munção, para negociar suas existências.

É nesse sentido que marcou o papel da escola como espaço que cala e que silencia a voz da minoria, dos mais fracos, que aqui é a voz das alunas travestis. Uma voz que ecoa nas salas de aula, nos corredores e espaços da comunidade escolar com ruídos muito significativos, pois as mesmas apenas querem o direito de estar-nos mesmos espaços que outras pessoas de sua idade, seu tempo, sua comunidade, seu grupo cultural e serem enxergadas como mais um ser humano com todas as suas fragilidades.

A autora ressalta a intensidade que há na identidade que vai se desenhando, com várias expectativas, em relação ao docente e quão importante é sua figura nessa situação. Foco seus corpos, as imagens provocadas nessas constituições identitárias como marca significativa das alunas travestis versus o papel fundamental desses profissionais que ali estão alocados.

Um corpo que desestabiliza os padrões que a escola apresenta nos seus currículos e nas suas práticas pedagógicas; nas intervenções sobre sexualidade, quase sempre heteronormativa e que não localiza essas sujeitas nesses contextos e vivências acadêmicas, reforçados pelos professores. (SALES, 2012, p.94).

As práticas dos docentes, emergidas do currículo, não têm aberto espaço para o novo, para as várias nuances de gênero e das imagéticas que destoam das perspectivas institucionais de educação. Os discursos perpetuam o que não se quer falar e deixa nas entrelinhas, na refuta de dialogar sobre e tem a intenção de silenciar, suas representações sobre as sexualidades, identidades e compreensões de gênero. “E é nesses discursos, linguagens marcadas que observo o quão estão

aquém às práticas institucionalizadas da escola e de como seus atores, primordialmente docentes e gestores, negam os direitos das travestis e reforçam os estigmas existentes sobre elas” (SALES, 2012, p.96).

Por fim, a autora reforça que “a escola precisa assumir-se como lugar de criação cultural e não produção de representações de relações que excluem que marcam negativamente o não igual, seja à luz das diversidades educacionais, preconizado pelos instrumentos legais institucionalizados, seja à luz das sensibilidades docentes ou mesmo pelo envolvimento desses responsáveis pelos processos educativos o respeito ao próximo” (SALES, 2012, p.103).

3.2.3.2 - Luma Nogueira de Andrade – 2012.

Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa.

De acordo com a autora, o trabalho tem por objetivo apresentar as travestis no espaço escolar, desvendando suas sociabilidades, resistências e assujeitamento à ordem normativa, partindo de suas próprias narrativas e da percepção externa de quem convive com elas no cotidiano escolar – no caso, os segmentos de alunes, professores e gestores. Em meio ao olhar interno (interlocutoras) e ao externo (segmentos) inter cruzados com suas análises, apresentou como as jovens travestis distantes dos grandes centros urbanos se transformam e sobrevivem no contexto familiar, escolar e social.

A pesquisa teve início com a realização de um mapeamento nas escolas públicas estaduais com o apoio da Secretaria da Educação (SEDUC) para localizar as interlocutoras e as escolas que fariam parte do trabalho. O aprofundamento da pesquisa foi realizado com as jovens travestis matriculadas em escolas públicas e outras que não conseguiram permanecer para a conclusão dos estudos. As jovens travestis comparadas às travestis adultas também revelam uma ruptura com os estereótipos de travesti imobilizada pela sociedade; elas radicalizam este ideal de travesti no singular para fazer eclodir formas de travestilidades diversas. Mesmo consideradas à margem da sociedade, elas sobrevivem, a exemplo das travestis estudantes, funcionárias públicas, educadoras, etc. A imagem socialmente exposta é aquela em que a travesti é rejeitada pela família, escola ou sociedade, tendo como única saída à prostituição. Ainda segundo a pesquisadora esse modelo, obviamente, não deixou de existir, mas as travestis não estão presas a este destino.

A realidade atual das jovens travestis traz mudanças decorridas dos enfrentamentos e lutas travadas por travestis no decorrer da história recente.

No estudo apresentado, revela que a escola para a maioria das travestis permanece como um sonho, enquanto a esquina (a margem) é ainda a realidade, local de espera dos fregueses para se prostituírem. Apesar de as travestis terem conquistado a possibilidade de sobreviver no centro, e não apenas à margem da sociedade, elas ainda sofrem com os estereótipos do passado, pois ainda são vistas como sinônimo de marginal e atentado ao pudor, uma espécie de afronta à moral e aos bons costumes. Foi a partir desse contexto que foram construídas as seguintes questões: Como as estudantes travestis se movem na ordem normativa da escola? Como constroem a experiência de ser jovem travesti na escola? Quais as possibilidades de resistência diante desse ciclo de interdição e das práticas reguladoras do sexo existentes na instituição escolar?

A autora considera importante apresentar o conceito de travesti utilizado nesta investigação, portanto a mesma corrobora com Pelúcio (2006) ao definir as travestis como:

peçoas que nascem com o sexo genital masculino (por isso a grande maioria se entende como homem) e que procuram inserir em seus corpos símbolos do que é socialmente sancionado como feminino, sem, contudo, desejarem extirpar a genitália, com a qual, geralmente, convivem sem grandes conflitos. (LUMA, 2016)

Luma afirma que não é a sua intenção desconsiderar a existência das travestis em situação inversa²⁷, mas delimitei a pesquisa às citadas sujeitas. Para realizar este trabalho, selecionei três escolas públicas estaduais do estado do Ceará, e os critérios de escolha estão relacionados com a matrícula das travestis ou com a ausência das mesmas na instituição. Os espaços geográficos também foram considerados por entender que as realidades são socialmente diferentes: uma escola da capital, uma escola de uma sede de município e uma escola do campo.

3.2.3.3 - Marina Reidel (Mario Reidel) – 2013. *Pedagogia do Salto Alto: histórias de professoras transexuais e travestis na Educação Brasileira.*

²⁷ Aqueles que nascem com vagina, mas que adequaram seus corpos ao gênero masculino.

Por sua vez, Marina Reidel narra que sua história circula em dois universos: o da Educação e o da transexualidade. Tornando-se suas próprias palavras, uma docente diferenciada, especialmente em relação ao que diz respeito às questões de gênero e de sexualidade. A “Pedagogia do salto alto” é uma metáfora criada por uma professora transexual, em sua pesquisa de mestrado, para traduzir um processo de atravessamento entre as fronteiras da escola e a sexualidade. A imagem da professora transexual traz a narrativa deste processo. Ao mesmo tempo pergunta quem é essa pessoa. O que faz ela com uma saia curta e um salto alto, segurando uma barra de giz, de costas para a turma? Este movimento performático do corpo e do gesto quando ela segura o giz na altura do quadro negro e essa linha sinuosa que vai da ponta do giz a ponta do salto alto provoca a reflexão para entendermos que professora é essa e qual é o seu lugar nesta escola.

Marina diz ter aprendido a ler e a escrever muito cedo. Também foi nesta época e na escola que aprendeu o que era a violência e agressão de gênero. Num mundo de sofrimento, aprendeu que talvez a vida pudesse ensiná-la a “ensinar”, ainda que pequena, como a sociedade via e julgava aqueles que saíam da norma, da heteronormatividade. Cresceu sabendo que o que acontecia com ela acontecia com muitas pessoas e que só através da coragem e de muita força poderia vencer e conquistar, tornando possível o impossível.

Na escola, Reidel diz que aprendeu muito sobre o que é ser “aluno”, um aluno diferente, e, o que são as regras da escola, e o preço que se paga por desobedecer estas regras, em especial quando são regras não escritas, como é o caso da maioria das regras de gênero e sexualidade. Em nenhum lugar, se diz que alune não deve ser delicado, em nenhum lugar está posto que alune não pode jogar futebol, em nenhum lugar se diz que um alune não pode gostar de roupas, adereços, bijuterias. Ao mesmo tempo, embora não estejam escritas, estas leis são muito duras, e, segundo ela, o aprendizado como aluno fez conhecer bem tal dureza, e é claro que influenciou o ser professora, já que uma boa parte do que se aprende como ser professora, aprende-se olhando a escola, a sala de aula e as demais professoras, quando somos alunes. Afirma que desta forma, ao ser professor – e depois professora – foi se tornando uma docente diferenciada, especialmente em relação ao trato com as questões de gênero e de sexualidade.

Diz Reidel (2013)

hoje minha história de vida circula em dois universos: o da Educação e o da Transexualidade. Foi assim! Aprendi na escola o que é ser professora e o que é ser Transexual. Aprendi também que não é fácil equilibrar o giz e o salto alto, pois sendo professora e mulher trans tenho que ser uma excelente professora e uma mulher muito mais mulher que as outras, para não ser chamada de homem vestido de mulher. Tenho de lidar com o tema da sexualidade o tempo todo, embora não seja esta disciplina que se leciona. [...] Dentro deste universo, minha transformação aconteceu num tempo onde as questões socioculturais eram possíveis, tanto na escola como na vida. Um tempo onde novas formas de viver surgiram a conquista do meu espaço foi através do trabalho, da competência e liberdade de expressão. Medos? Sim. Muitos! Inclusive pelo fato de assumir publicamente uma condição de vida diferente da que vivi até então. (REIDEL, 2013, p. 12)

Marina, enquanto pesquisadora reconhece que poderia ser também objeto de pesquisa, pois a sua história de vida é, em grande parte, aquilo que estou procurando aprofundar – nesse caso, conhecimentos acadêmicos – buscando aproximações e construindo outros objetos de pesquisa pertinente ao trabalho realizado, neste caso, as colegas professoras Transexuais e Travestis.

A primeira grande questão de pesquisa colocada dizia respeito a existência de professoras Transexuais e Travestis na Educação Brasileira e como se organizavam. Outras questões, a partir daí, surgiram: Como vivem? Onde estão? Estas perguntas não são inéditas: muitas pessoas, ao questionar a sua história e experiência de vida, indagavam se ela seria a única professora trans a atuar na escola pública. Neste caso, ela também não sabia a respeito da existência de outras pessoas *trans*, até por que a temática da transexualidade e travestilidade não era do seu conhecimento e nem dentro deste espaço chamado escola, um lugar onde muito pouco se fala sobre essas temáticas. Um lugar onde, muitas vezes, os professores não abordam os temas dentro da proposta de transversalidade, pois alegam não dar conta dos conteúdos sequer de suas disciplinas. Assim, somente começou a encontrar as professoras Transexuais e Travestis nos seminários e eventos sobre Educação, Diversidade e encontros do movimento LGBTQI+.

Para Reidel, também interessava saber o que esses sujeitos – cuja identidade de gênero é entendida como travestis e transexuais – contam em suas histórias e qual é o lugar ocupado pela profissão docente nesse processo, principalmente quando suas identidades sexuais e de gênero são evidenciadas e interpretadas pelos diversos sujeitos que compõem a comunidade escolar – e é claro que muitas professoras são marcadas pelas suas sexualidades. Ao mergulhar nas histórias dessas pessoas, segundo a autora foi possível entender como se dão

estes processos e pensar o quanto essas novas informações servirão para futuras pesquisas no campo da Educação, já que não há muitos dados a respeito dessa comunidade. Essa postura não deixa de ser um ato político que, movida pela coragem, depois de muitos anos dentro da escola sendo professor, resolveu assumir sua transexualidade. Portanto, ao pensar em um projeto de pesquisa dentro da linha da Educação, Sexualidade e Relações de Gênero, identificaram-se professoras que vivem as mesmas situações de vida que ela que têm um percurso de vida possível.

Também buscou compreender e problematizar aspectos sobre este trânsito de professoras Transexuais e Travestis no ambiente escolar, justamente por interessar por temas e histórias que também vivencio no dia a dia. Estas aproximações fazem com que, mesmo sendo pesquisadora, vivencie as histórias que são ou não parecidas com a dela. Assim, a rede de professores foi muito importante. Muitas professoras e professores *trans* começaram a assumir suas identidades e lutar por elas.

Marina diz que por outro lado, a professora transexual ou travesti apontada no início deste texto com características diferentes das professoras heterossexuais, cuja cena marcada pela sensualidade da mão que segura o giz, a forma que este corpo apresenta o lugar onde ele está e o salto alto demarcam um novo olhar. Um olhar que seduz, contagia e que inquieta ao mesmo tempo. Provoca um repensar a escola e a própria pedagogia a partir de um novo sujeito e que vem responder as inquietações apresentadas no início desta pesquisa.

3.2.3.4 - Gabriela da Silva (Jesualdo da Silva) – 2015. *Gênero e Sexualidade no ambiente escolar: Concepções das diretoras frente a preconceitos e discriminações com estudantes LGBTT*.

Gabriela, pessoa transexual, afirma que é imensamente grata às pessoas que encontrou em seu caminho no seu período de estudos. Sabendo também que a realização de pesquisas desta natureza abordando preconceitos e discriminações são permeadas por dúvidas e incertezas, além de acontecimentos rotineiros de ordem econômica, emocional psicológica. Durante a realização da pesquisa a vida segue e episódios corriqueiros não deixam de existir, muito pelo contrário a concretização da dissertação não é algo separado da vida de uma pesquisadora,

dificuldades como harmonizar os estudos com os fatores emocionais, familiares e financeiros que fazem parte do percurso.

Gabriela afirma que a pesquisa em nível de mestrado procurou responder à seguinte questão: qual a importância que as dimensões de gênero e sexualidade adquirem na concepção das diretoras escolares no reconhecimento ou desconhecimento da discriminação e do preconceito em relação a lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e transgêneros (LGBT)?

Expõe que o objetivo geral foi pesquisar as concepções das diretoras atuantes na rede municipal de Tubarão sobre preconceito e discriminação relacionados aos sujeitos que não tem uma correspondência entre sexo biológico, identidade de gênero e expressão da sexualidade socialmente esperados. Como objetivos específicos o estudo se propôs identificar as concepções das diretoras sobre questões de gênero, sexo e sexualidade; a evidenciar a existência do preconceito e discriminação para com alunos LGBT na concepção das diretoras; analisar o posicionamento das diretoras frente a atitudes de preconceitos e discriminação por parte dos alunos, funcionários e professores.

Os referenciais teóricos de sua pesquisa pautaram-se nos aportes dialéticos, culturalistas, identitários e das diferenças. Os Estudos Queer contribuíram para a compreensão da escola como possível espaço de subversão das normas de gênero/sexo, superando as propostas que fixam os sujeitos em estruturas rígidas, deterministas e convencionais. A pesquisa teve como lócus o ambiente escolar da rede municipal de ensino de Tubarão, compreendendo seis das oito unidades escolares que oferecem as séries finais do ensino fundamental.

A autora reforça que a metodologia foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com seis diretoras de escola semiestruturada. Com relação aos resultados observou-se que as discriminações e preconceitos surgidos no espaço escolar ou são encaminhadas por um trabalho pontual e não sistemático, ou se reduzem a sermões que envolvem o poder atribuído à diretora na exigência do respeito às diferenças.

Neste sentido Gabriela afirma, é imprescindível destacar o desafio da escola na luta pela transformação de ideologias conservadoras e dominantes, ainda heteronormativas, que excluem meninas e meninos por suas identidades de gênero e orientação sexual e lutar pelo compromisso da escola em “educar” para as questões humanas, e entre elas as referentes à sexualidade e ao gênero.

3.2.3.5 - Adriana Lohanna Santos – 2017. *Formação das Pessoas Transexuais na universidade Federal de Sergipe: Enfrentamento e Resistência das Normas de Gênero no Espaço Acadêmico.*

Esta pesquisa teve como objetivo central analisar o processo de formação e permanência das pessoas transexuais na Universidade Federal de Sergipe, refletindo sobre suas trajetórias de vida como estudantes universitárias e as estratégias de enfrentamento e resistências das normas de gênero. A análise desenvolvida é influenciada pelos pressupostos pós-estruturalistas, visto que essa abordagem nos possibilita a desestabilização de rótulos e estereótipos, a partir da problematização e questionamentos das verdades (re) produzidas sobre gênero, sexualidade e desejo, com foco na transitoriedade e na contingência.

A abordagem de pesquisa adotada foi a qualitativa no processo metodológico, utilizando estratégias de produção de dados a partir da realização de sete entrevistas narrativas com estudantes de diversos cursos de graduação da Universidade Federal de Sergipe. A partir dos resultados, identificou-se quem são as estudantes transexuais da universidade e suas trajetórias formativas; provocou a reflexão acerca da descoberta da identidade trans, através do espaço universitário, e como são experienciadas as vivências trans dentro do cotidiano acadêmico. Ainda, foram identificadas as estratégias de permanência e de resistência utilizadas pelas estudantes transexuais, tais como a negação do uso do banheiro na universidade e o silenciamento dentro das salas de aulas.

A pesquisa também apontou as políticas institucionais voltadas para as pessoas trans e sua aplicabilidade, como por exemplo, a portaria que autoriza o uso do nome social e a criação e implementação do Ambulatório de atendimento a pessoas transexuais (Ambulatório Trans), no Campus de Lagarto. Como política de enfrentamento e resistência às normas de gênero, a presença de estudantes transexuais possibilitou o surgimento de coletivos ativistas na Universidade Federal de Sergipe, contribuindo para socialização dos saberes trans a partir de reuniões e eventos, como a Semana da Visibilidade Trans. Portanto, conclui-se que, ao refletir acerca das narrativas formativas de estudantes transexuais na Universidade Federal de Sergipe, faz-se necessário desfazer ideias preconcebidas sobre corpo,

gênero e sexualidade, para que possamos não mais analisar os corpos, os gêneros e as sexualidades das pessoas transexuais, mas aprender a partir deles.

O que me traz a pesquisar sobre as questões de gênero e transexualidade é a necessidade de saber como as marcas destes estereótipos agem em outros corpos denominados trans na universidade. A ideia é saber como se dá o acesso, o processo de formação e as políticas de permanência das pessoas trans na universidade. Faz-se necessário, entender os porquês do número pequeno de pessoas trans no ensino superior e as quais as estratégias encontradas por ess@s estudantes para driblar os dispositivos e discursos normalizadores de gênero no contexto universitário.

As discussões acerca da temática da transexualidade têm avançado nas ciências humanas. Especificamente, considero importante destacar dois estudos em nível de doutoramento como exemplo desse processo. O primeiro é a pesquisa desenvolvida pela professora trans Luma Nogueira de Andrade (2012), na qual analisou a presença de pessoas trans nas escolas de educação básica, investigando como se dá o processo de escolarização e de resistências de alunas travestis no contexto da educação básica. O segundo é o trabalho de Neil Franco (2014) que analisou as trajetórias de professoras trans no contexto escolar, refletindo acerca dos caminhos e obstáculos percorridos no exercício da profissão docente.

Compreende-se a importância do tema para ampliar e fomentar novas discussões, bem como produzir acervo para futuras pesquisas, uma vez que a bibliografia que versa sobre a temática ainda precisa ser ampliada. Acredita-se também, que a realização da pesquisa, por si só, suscita indagações, inquietações, contribuindo para visibilizar as discussões acerca da transexualidade e o enfrentamento à transfobia. Assim, pretendo contribuir com este trabalho, para o desenvolvimento das linhas de investigação no campo da educação que se interessem em investigar as pessoas trans em seus processos de formação. Essa é a principal contribuição do presente trabalho.

“O objetivo geral foi analisar o processo de formação e permanência das pessoas transexuais na Universidade Federal de Sergipe, refletindo sobre suas trajetórias de vida como estudantes universitári@s e as estratégias de enfrentamento e resistências às normatizações de gênero. Elegeram-se como objetivos específicos: identificar e caracterizar as pessoas transexuais que se

encontram matriculad@s na Universidade Federal de Sergipe; refletir sobre as trajetórias de vida das pessoas transexuais em processo formativo; analisar as dificuldades na permanência das pessoas transexuais na universidade; verificar as alternativas utilizadas pel@s estudantes transexuais como forma de resistência social e de permanência na UFS; identificar as políticas educacionais institucionais que visem favorecer inclusão e permanência das pessoas trans na graduação”.

“Estudar a educação e transexualidade para mim foi um trabalho muito prazeroso. A partir do andamento da atual pesquisa acadêmica, vários foram os aprendizados e as experiências que me fizeram crescer como pesquisadora”. Experiências estas que têm muito a contribuir com a academia no sentido de trazer à universidade um tema considerado um tabu pela sociedade e tão pouco discutido na pós-graduação.

Tal conteúdo servirá de arcabouço para outras pesquisas que relacionem a transexualidade ao ensino superior contribuindo assim, para a formação de outros que tiverem sede de conhecimento sobre o tema. “É preciso entender que as presenças dos corpos trans são uma realidade na Universidade Federal de Sergipe e que chegou o momento desta, de forma institucional, reconhecer as diferenças, sendo esse um grande passo para se questionar as desigualdades existentes, pensando assim na necessidade de mudar as relações de poder em benefício daquel@s que, na educação, foram historicamente segregad@s e subalternizad@s”.

Por fim, diz não ter por objetivo questionar a veracidade dos trabalhos produzidos sobre travestis no Brasil, mas apresentar outras possibilidades, outras formas de expressões culturais de travestis mais maleáveis, justamente por estarem em movimento de construção, desconstrução e reconstrução constantes; movimento este que pode não se diferenciar das demais culturas humanas existentes, mas muitas vezes é forçado a ser imobilizado pela identidade, que demarca territórios e cria linhas de fronteiras supostamente entre passáveis.

No capítulo seguinte, foi possível trazer um pouco das discussões obtidas com a leitura dos trabalhos das professoras e perceber de como a escola silencia o gênero e a sexualidade.

4 PRODUZINDO UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA – CORPOS, MARCAS E VIOLÊNCIA - NO CENÁRIO ÀS PROFESSORAS TRANS.

A minha vivência desde a infância tem sido marcada por questões de gênero / sexualidade. Desde que me entendo por mim, não cumpro as expectativas de gênero a mim impostas no nascimento (ainda que nunca tivesse a mais remota noção do que era transgeneridade).

Professora Dani

A existência de mais uma pessoa às margens dos padrões Cis heteronormativos socialmente impostos faz com que o medo e o estigma por vezes, se sobreponham. Como podemos observar “Ser professora Trans” é trabalhar dedicadamente nas escolas, em um trabalho dinâmico, complexo e em constante tensão. Por vezes, de enorme exposição, tudo isso passando inicialmente pela imagem refletida na sociedade a postura sendo observadas atentamente expressões tipo: será que ela depilou os pelos no rosto? Ao conversar, será que suavizou a voz? O uso da maquiagem, peças, roupas e acessórios estão corretos?

Como visto, as marcas da violência social estão por toda parte, os corpos que não estão padronizados, os julgamentos morais, as condutas de adequação se apresentando a todo o momento, fazendo com que a atividade laborativa fique prejudicada, pelo simples fato da não aceitação.

Somente agora, estou me dando conta que a Dissertação está chegando ao final, com gostinho de “quero mais” para o meu desejo como pesquisador e militante da causa LGBTQI+. O intuito deste capítulo é trazer em poucas linhas o que temos observado em detrimento as questões da docência e seus processos de subjetivação; o TRANSitar das práticas pedagógicas e por fim, sexualidades e ação docente.

Por esta razão, a função de professora, entre outras que possibilitam as travestis e transexuais certas atribuições de valores, é bastante invisibilizada. Existem relatos de professoras trans que ainda é rotulada, com manifestações transfóbicas e preconceituosas, buscando a superação os problemas de pânico, fobias, depressão, isolamento e angustias devido aos traumas sofridos na profissão docente.

4.1 Ser Professora TRANS: A docência e seus processos de subjetivação

Desde os meus 18 anos assumi minha identidade feminina, me transformei por completo. Virando essa página na minha vida. Nesta época já era professora havia me formado no Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro e assim me amparava financeiramente. Passei a lecionar e comecei a faculdade de pedagogia, pois, percebi neste momento que a minha identidade de gênero não seria um problema para tal.

Professora Amara

As pessoas transexuais e travestis são uma das representações contemporâneas do tal “monstro” foucaultiano, ou o “o sujeito que deve ser corrigido”. Elas são propriamente os sujeitos que TRANSgridem as normas e as regras e possibilitam a mistura dos gêneros, construindo assim, no próprio corpo um misto dos mesmos. Foucault (2000, P. 70) aponta que: “[...] de fato, o monstro contradiz a lei. Ele é a infração, é a infração levada ao ponto máximo.” Elas afrontam, ignoram as leis da normalidade esperadas para cada gênero. Constituem-se como o ponto máximo da subversão da identidade: os corpos masculinos, modificado meticulosamente de forma a fundir-se com o feminino.

O monstro [...] de que nos ocupamos, é essencialmente o misto [...] É o misto de dois sexos: quem é ao mesmo tempo homem e mulher é um monstro [...] Transgressão, por conseguinte, dos limites naturais, transgressão das classificações, transgressão do quadro: é disso que se trata, na monstrosidade. Foucault (2000, p. 79) (FOUCAULT, 2000, p. 79)

Para Foucault, o que resta dessa construção histórica do anormal nas concepções atuais sobre o sujeito que escapa aos padrões regulares de conduta? Em que essa questão se aproxima da educação formal e do modelo escolar de ensino? Para analisar este assunto, optou-se por parear tal noção sob a luz de outras duas questões intimamente relacionadas à concepção de anormalidade, a saber, a norma e o poder disciplinar.

Portanto, a partir de tais considerações, torna-se possível dimensionar o impacto causado pela presença de tão subversiva identidade na sociedade, e em especial na escola como sendo professora, deflagrando diferentes mecanismos de normatização e de exclusão (expulsão) deste tal “monstro” e de tudo que ele representa.

É notável que, nos últimos anos, surgiram trabalhos pioneiros de mestrado e doutorado sobre temas como gênero, identidades, sexualidades, diferenças, lutas feministas, orientação sexual, ideologia de gênero e masculinidades.

Lauretis (1994) chama a atenção para a relação ideologia-gênero. Diz ela:

pois, se o sistema sexo-gênero é um conjunto de relações sociais que se mantém por meio da existência social, então o gênero é efetivamente uma instância primordial da ideologia, e obviamente não só para as mulheres. Além disso, trata-se de uma instância fundamental de ideologia, independentemente do fato de que certos indivíduos se vejam fundamentalmente definidos (oprimidos) pelo gênero, como as feministas culturais brancas, ou por relações de classe e raça, como é o caso das mulheres de cor. (LAURETIS, 1994, p. 216)

Porém, as discussões ainda não têm sido abordadas de forma mais ampla e a experiência das professoras transexuais ainda não receberam a devida atenção. Nesse cenário, floresceram também diversas pesquisas específicas acerca da transexualidade – temática que vem ganhando uma grande notoriedade – sobretudo, em detrimento das transformações relacionadas à visibilidade trans da qual este movimento se apropriou de forma espetacular. Digo isto, pelas mudanças nos cenários socioculturais e políticos em relação a toda movimentação realizada a “fórceps” nas últimas décadas pelo movimento LGBTQI+.

Somos forçados ou optamos por mudar por sermos outros como profissionais do magistério, submetidos a políticas e diretrizes, a condições de trabalho, carreira e salários, a avaliações, relações sociais e interesses políticos. Somos nós mesmos resultados das tensas relações em disputa onde a educação e nosso trabalho estão inseridos. Resultado das novas fronteiras onde disputamos reconhecimentos como sujeitos de tantos direitos ainda negados (ARROYO, 2011, p. 9).

Nas palavras da professora Amara, percebemos a necessidade de nos adaptar a certas construções de violências e apagamentos, com muita resistência e resiliência, podemos superar tais obstáculos:

Pesquisador: *Quem é a Amara como ela surgiu?*

Amara: *Sou mulher transexual há mais de 20 anos nunca me vi como travesti MESMO naquela época sendo a única forma de identificação das pessoas TRANSGÊNERAS. Toda minha transição foi difícil porque naquele período dos anos 90, pouco se falava das pessoas trans, principalmente daquelas que pensavam em fazer a cirurgia, e pelas demais você era considerada a "louca".*

A população trans vive subjugada na invisibilidade da violência psicológica ou simbólica, como define Bourdieu (2003, p. 7-8), muitas vezes dentro do próprio ambiente familiar, a violência simbólica é uma “violência suave, insensível, invisível as suas próprias vítimas”. Essa invisibilidade da violência psicológica e simbólica faz com que ela passe despercebida pela vítima e, principalmente, para a sociedade, já que suas marcas são internas e parecem naturalizadas, tomadas

como parte de todo o jogo das relações sociais. Em relação à violência física, consequência futura das inúmeras violências simbólicas, não necessariamente tão lineares, haja vista, as consequências tendem a se agravar para as vias de fato e evolução física, recorro à Costa (1992) para nos ajudar na sua compreensão:

Violência é o emprego desejado da agressividade com fins destrutivos. Agressões físicas, brigas, conflitos podem ser expressões de agressividade humana, mas não necessariamente expressões de violência, a ação é traduzida como violência pela vítima, pelo agente ou pelo observador. A violência ocorre quando há o desejo ou intenção de destruição (COSTA, 1992, p.103).

São múltiplas as perguntas, dúvidas e poucas respostas no que condiz essa violência radical contra as pessoas TRANS, esses relatos expõem um verdadeiro quadro de rejeição e discriminação.

Pesquisador II [Ivan]: *Laura que fez Pedagogia e que ocupa a sala de aula. Que espaços são esses para você?*

Laura: *Somente quem passa mesmo com esse processo de marca na pele, sabe do que estamos falando. Esta marca é que estamos tentando trazer, vira e volta ela aparece, seja num contexto ou noutro. É assim ao vermos a travesti na escola. Estamos tão envolvidos em dinâmicas da negação, ao evitarmos que a explicação sobre sexualidade, seja dada por uma agente de saúde e não por uma pedagoga de formação, que sua estada perpassa o surreal.*

Além disso, a população trans também está ligada às discussões sobre os papéis sociais e sexuais que os indivíduos exercem na sociedade. É de extrema importância entender o motivo por trás da violência contra as transexuais, principalmente no que diz respeito ao Estado, que se baseia na configuração de família CISHeterossexual na hora de tomar decisões políticas. Para bem ilustrar a importância da discussão sobre os papéis sociais e sexuais, destaco o que disse Fry (1983):

O menino é chamado de bicha, não simplesmente porque se supõe que ele goste de manter relações homossexuais, mas porque ele é “afeminado” (desempenha o papel feminino) e porque se mantiver uma relação homossexual desempenha um papel femininamente passivo. O rapaz que desempenha o papel masculino e que poderia ser o parceiro sexual da bicha (por tanto mantendo uma relação homossexual), é chamado de homem ou de machão (FRY, 1983, p. 43).

Para Amara, dirimir dúvidas era comum sobre a identidade de gênero na sala de aula, procurava também explicar que o que define uma pessoa transexual seria a maneira como ela se identifica, diferentemente ao que muitos ainda pensam à respeito da necessidade de cirurgias, por exemplo:

Amara: *Eu descobri alunos que sofriam com o transtorno de identidade de gênero e comecei a ajudá-los, assim como eu gostaria que lá, na minha*

infância, houvesse alguém que pudesse me orientar e explicar o que acontecia comigo, pois só encontrei na fase adulta e não tenho vergonha de dizer isso.

Aquino²⁸ (2006), quanto às corporalidades das pessoas trans e travestis, apontam o impacto que elas causam na sociedade de maneira geral e relata esta impressão a partir de passeio com a travesti Marcelly Malta, fundadora e coordenadora do Grupo Igualdade nas ruas do centro de Porto Alegre:

Ela transita entre a polaridade masculina e a feminina e, para os olhos de quem a vê, como bem sabemos, instituem lugares, jeitos de ser e apresentar-se para homens e mulheres. Apesar de estar usando ornamentos “apropriados para mulheres”, seria possível que um olhar, nem tão atento, percebesse que não se tratava de uma *femme fatale* convencional, mas de uma travesti.

Era perceptível que se tratava “biologicamente” de um homem, alguns traços a denunciavam. Essa “determinação” científica nos é revelada nas marcas e formato do rosto, nos ombros largos, ou no chamado pomo de Adão, pois nosso olhar está direcionado em destacar características físicas como essas, associando-as imediatamente ao sexo masculino. (AQUINO, 2006, [s.p]).

Comenta Jaqueline de Jesus (2012, p. 16) que pessoas transexuais geralmente sentem que seu corpo não está adequado à forma como pensam e se sentem, e querem “corrigir” isso adequando seu corpo à imagem de gênero que têm de si. Isso pode se dar de várias formas, desde uso de roupas, passando por tratamentos hormonais e até procedimentos cirúrgicos.

Portanto, parafraseando Jesus para a pessoa transexual, é indispensável viver integralmente, exteriormente, como ela se sente por dentro, seja na aceitação social e profissional do nome pelo qual ela se identifica socialmente ou no uso do banheiro correspondente à sua identidade de gênero, entre outros aspectos.

Ou seja, simplesmente por não desempenhar o papel desejado pela sociedade heterossexual em suas atitudes ou gestos, a pessoa é taxada com os mais variados nomes e codinomes para definir uma transexual. A violência contra as mulheres transexuais e suas consequências faz com que o Brasil, segundo o Grupo Gay da Bahia, se torne o país com maior índice de assassinatos de transexuais no Mundo. Uma das poucas aferições já realizadas no Brasil sobre a LGBTIfobia revelou que a maioria dos participantes da pesquisa responderam que

²⁸ Em seu artigo, intitulado “Passeando no centro de Porto Alegre com uma travesti”, no qual aborda questões sobre a heteronormatividade a partir de caminhada com Marcelly Malta neste território.

sim: 93% indicaram preconceito contra travestis; 91% contra TRANSexuais; 92% contra Gays e Lésbicas e, por fim, 90% contra Bissexuais. Como visto, ainda conforme a pesquisa 24% das pessoas não gostariam de se encontrar com pessoas transexuais [*razões: vai contra as leis de Deus/não se aceitam com o sexo que nasceram/ mutilam seus corpos...*], 10% disseram sentir repulsa/ódio [*é anormal*] e 14% antipatia [*são escandalosos*]; além disso, 22% não gostariam de dividir um espaço com as travestis repulsa/ódio e antipatia foram citados por 9% e 13%, na ordem, a estimativa de que 92% da população têm algum tipo de preconceito contra a comunidade LGBTQI+. Os dados são da pesquisa Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil, da Fundação Perseu Abramo (FPA) – em parceria com a Rosa Luxemburgo Stiftung (RLS) ano 2008.

Bento (2008, p. 257) faz em desabafo muito intrigante em relação a esta violência com os corpos das travestis e mulheres transexuais. Quantas travestis e transexuais já morreram? Não sabemos. Não temos dados precisos. Sabemos que as mortes por crimes de homofobia, transfobia e lesbofobia não chegam a se constituir em processos criminais. Poucos/as assassinos/as chegam aos bancos dos réus, e quase nunca há condenação por esse tipo de crime. Lembro-me de uma amiga transexual que foi estuprada por um conhecido vereador de sua cidade. Essa violação, como tantas outras, jamais aparecerá em qualquer estatística. Por quê? “Se eu fosse à delegacia eu é que ficaria presa”, ela nos explica.

É importante assinalar que identidades de gênero e sexual estão diretamente ligadas a dimensões diferentes (embora correlacionadas) de prática social. Na nossa sociedade, identidades de gênero seriam as de mulher e homem. Identidades sexuais, por outro lado, referem-se a identidades tecidas a partir de orientação ou condição, e não opção nas práticas sexuais. Não há, segundo esta perspectiva, nenhuma correspondência necessária entre identidade sexual e identidade de gênero (sendo todas as combinações culturalmente possíveis), embora a nossa sociedade tenha criado um vínculo normativo que define a prática sexual a partir do gênero dos parceiros e constrói padrões de comportamento sexual para cada gênero. Estudos etnográfico-antropológicos²⁹ indicam que, desde estas perspectivas, enfocam as experiências das transexuais e outras “minorias sexuais” em diversas partes do mundo, permitem tanto entender a especificidade das

²⁹ Da invisibilidade à participação política: experiências e discursos sobre a luta de travestis e transexuais - Campos, Gustavo de Aguiar., & Hur, Domênico Uhng. RG&PP, 7(2): 244-261, 2017.

identidades sexuais produzidas pela modernidade ocidental, como enfocar outros contextos sócios- históricos que servem de contraste e comparação com o nosso país.

Entretanto, Butler diz que:

...os corpos não se conformam, nunca, completamente às normas pelas quais sua materialização é imposta. Na verdade, são as instabilidades, as possibilidades de rematerialização, abertas por esse processo, que marcam um domínio na qual a força da lei regulatória pode se voltar contra ela mesma para gerar rearticulações que colocam em questão a força hegemônica daquela mesma lei regulatória. (BUTLER, 2000, p.154).

A professora Dani traz em seu relato uma fase muito interessante, ao transitar da adolescência para a idade adulta e trazendo para si e outrem questões desta lei regulatória dos corpos e suas marcas.

Pesquisador: *Como foi o processo da sua construção, houve fácil aceitação por todos?*

Dani: *Aos 17, eu me entendo como bissexual e, para as pessoas que me relaciono, me assumo assim. Percebo que minha mãe trata a minha sexualidade como algo passageiro, ou fase. Entendo que preciso ir “all the way” pra fazê-la entender, então vivo como “um garoto gay”, ainda que me relacionasse com todos os gêneros que me apareciam.*

Pesquisador: *Como foi a escolha do nome social, quais as lembranças marcantes do período escolar e quais foram às atitudes tomadas para se manter fiel a sua decisão “Ser uma mulher TRANS”?*

Dani: *Aos 21, conheço um amigo Trans Não-binário e decido estudar um pouco do assunto. Na primeira leitura, entendo o que está acontecendo comigo: sou uma pessoa Trans. Começo o processo de autoaceitação, que foi o mais longo e mais difícil, antes de fazer qualquer coisa. Aos 23, uso pela primeira vez o nome Dani como nome social. Aos 26, começo a hormonoterapia e em seguida mudo meu nome judicialmente. Começo os hormônios em agosto, em outubro mudo o nome na certidão, em dezembro conto para a minha família.*

No entanto, muito ainda precisa ser aprendido sobre como as identidades diferentes, dissidentes e não-padrões são vividas tanto pelas pessoas que as assumem quanto para os outros membros da sociedade, que podem – em maior ou menor grau – se identificar com o projeto de identidade sexual ou de gênero da cultura dominante. Um dos principais debates teóricos que diz respeito a estas questões centra-se no aparente conflito entre política de identidade (necessidade de criar grupos identitários alternativos, que fazem frente às instituições, ao poder, à cultura dominante) e a desconstrução (que poderia enxergar as práticas da política identitária como reforços das dicotomias ou esquemas da cultura dominante). De certa forma, assemelha-se ao embate teórico entre estas duas perspectivas nos

estudos de gênero, uma que enfatiza o peso das instituições e seu poder sobre os indivíduos e os grupos, privilegiando, portanto categorias como dominação, poder e opressão, e outra, muitas vezes identificada como pós-moderna, que enfatiza a agência dos sujeitos, e convoca a toda forma de parodiar os esquemas de gênero denominados convencionais.

À medida que Amara descobria a verdade sobre o seu “corpo”, entendia que em pouquíssimo tempo se transformaria intimamente e externamente na mulher que sempre desejou ser, mesmo sem ter noção do que seria a transexualidade naquele momento.

Pesquisador: *Fale-me sobre sua infância e adolescência, você se percebeu diferente?*

Amara: *A minha infância foi um transtorno em reconhecer minha identidade de gênero, não entendia muito bem o que era ser uma mulher transexual.*

Pesquisador: *E quando você virou essa “chave”?*

Amara: *A partir da adolescência. Creio eu, assim começou a transparecer meus desejos pelo gênero feminino, porém mesmo cheia de dúvidas impostas pelo não entendimento desta questão, estava certo para mim que havia uma determinação que eu seria uma mulher, seria em pouco tempo.*

Pesquisador: *E continua...*

Amara: *...na infância eu percebia essa diferença já me entendia como do sexo feminino, porém não estava claro para mim o conceito da transexualidade, eu buscava a compreensão e queria me libertar me sentia presa num corpo que não era meu...estava prisioneira dentro da tal caixinha e queria fugir dela. Tive que enfrentar a realidade para fugir desse lugar que não me pertencia.*

Quanto a transexualidade, a professora Jaqueline Gomes de Jesus (2012), diz que:

A verdade é que ninguém hoje sabe por que alguém é transexual, apesar das várias teorias. Umaz dizem que a causa é biológica, outras que é social, outras que mistura questões biológicas e sociais. O que importa é que a transexualidade não é uma benção nem uma maldição, é apenas uma condição, como tantas outras. A resposta mais simples e completa que define as pessoas transexuais é a de que: Mulher transexual é toda pessoa que reivindica o reconhecimento como mulher. Homem transexual é toda pessoa que reivindica o reconhecimento como homem. (JESUS, 2012, P. 9)

Para garantir que as coisas fiquem como estão, há um processo medonho de exaurir a vítima de qualquer beneficência. Seguindo essa lógica, a possibilidade de reivindicar os direitos humanos se atenua a um grupo muito reduzido de sujeitos – divisão social - que têm atributos que os lançam ao topo da hierarquia: são

heterossexuais, brancos, homens masculinos, membros da elite econômica e política. Conforme o grau de afastamento desses alvos qualificadores de humanidade reduz-se infinitamente a capacidade de o sujeito entrar na esfera dos direitos e de poder reivindicá-los. Os direitos humanos se transformam, nesse processo, num arco-íris gracioso e belo de se ver e quase impossível de se alcançar, portanto sigamos em busca do “tal” pote de ouro ou da chamada felicidade eterna, caso ela exista!!!

4.2 Os processos de violência e exclusão na Educação

A questão desta tal violência é crônica, e faz desta seção uma parte essencial para esta dissertação. Imaginem o que passam as pessoas TRANS no sistema educacional, altamente interferida pelo meio político. A violência social que atingem estas pessoas é tamanha que nem é considerada, às vezes, até invisibilizada. Não existe, pelo que sei um plano oficial de combate a questão da evasão escolar – em caso positivo - não percebo o resultado, pois, pessoas TRANS são fontes de opressão e traumas, fazendo com que se afastem do sistema de ensino, alimentando a exclusão social, e a baixa escolaridade dessas pessoas.

Um pesquisador chamado Lucas Paoli Itaborahy, integrante do instituto *Micro Rainbow International*, em maio de 2015, publicou uma pesquisa³⁰ que trazia dados de pessoas LGBT vivendo na pobreza no estado do Rio de Janeiro. Estes dados foram ao encontro de esforços e às políticas públicas que a Secretaria Estadual de Educação (SEEDUC) diz programar em suas escolas, e foi apresentado sinais de discriminação e violência de várias formas. Porém, tais investidas estão sendo incipientes frente aos obstáculos enfrentados por esta população no ambiente escolar.

Metade deles [dos entrevistados] disseram que abandonaram a escola devido à falta de suporte financeiro e à necessidade de encontrar um emprego para sustentar suas famílias e a si mesmos. Um número de entrevistados abandonou a escola como o resultado da discriminação que sofreram devido à sua orientação sexual e identidade de gênero. Como resultado, a falta de estudos e/ou qualificações causou impactos negativos em suas oportunidades no mercado de trabalho e em suas condições de moradia (ITABORAHY, 2015, p.19).

³⁰ A pesquisa qualitativa contou com 46 entrevistas de pessoas LGBT que vivem em situação de pobreza no Rio de Janeiro e teve apoio de ONGs, como Grupo Conexão G, Astra-Rio, Grupo Ellos, Empório Almir França, Grupo Arco-Íris e o Programa RSH.

A enorme dificuldade de conclusão dos estudos por parte da população de transexuais e travestis gera uma consequência preocupante, que é sem dúvida a exclusão do mercado de trabalho, aprofundando ainda mais as opressões sofridas e a sensação de desamparo por parte dessa população “T”. Elas ainda são poucas, mas representam um movimento que começa a ocupar espaços respeitados no mundo da Educação, terminando o ensino fundamental e médio, galgando espaços na graduação e mestrado. Segundo a mesma pesquisa de Itaborahy, apenas (39%) dos entrevistados possuem empregos e a maioria deles com baixa remuneração, onde a estigmatização e a discriminação com base em sua sexualidade ou identidade de gênero é outra razão, apontada pelos entrevistados, por não estarem no mercado formal de trabalho e emprego.

A transexual e travesti ainda não entrou na universidade? A aderência desta discussão é tênue e intrigante. O trabalho sexual continua a ser a fonte principal de renda para as mulheres trans entrevistadas, independentemente se optaram por fazê-lo porque não há outras opções. Os sentimentos de desamparo e impotência também são manifestados por uma parte dos entrevistados, por não acreditarem na possibilidade de saírem da pobreza e também por enfrentarem realidades de discriminação, preconceito, abuso e violência, como resultado de sua orientação sexual e/ou identidade de gênero (ITABORAHY, 2015, p. 10).

Combater a violência LGBTIfóbica é um fenômeno complexo e está infelizmente instituída nas dimensões institucionais, políticas, jurídicas e culturais. Deste modo, deve ser compreendida como um fenômeno estritamente social, e não meramente pessoal. A professora Laura narra um episódio que gostaria de esquecê-lo:

Pesquisador II [Ivan Amaro]: *No ensino médio você fez formação de professores ou formação geral? Como foi com o corpo docente?*

Laura: *No ensino médio eu fiz formação geral e aí no segundo ano eu tive a sorte de um professor faltando 15 minutos para o término da aula, olhar para a minha cara e me dizer: saia da minha sala, saia da minha sala agora!!! E aí eu não entendi o que estava acontecendo, mas sai e fiquei enrolando no corredor, ia ao banheiro e voltava e nada. E esse tempo passou bom tocou o sinal e eu vendo todos saindo fui me dirigindo também para a saída, foi quando eu passo pela sala da direção e vejo alguém falando com o diretor.*

Pesquisador II [Ivan Amaro]: *Mas, o que era dito? Você não fez parte dessa conversa?*

Laura: *Esse tal professor falava “eu não quero esse viado na minha sala!!!” se eu pegar esse viado na minha sala eu tenho vontade de dar um murro na cara dele, eu não suporto essa desgraça na minha sala da aula,*

era uma conversa que eu já conhecia infelizmente por parte da minha mãe, pois ela falava assim comigo e era insuportável dentro de casa. (grifos meus)

Pesquisador: *E o que você fez, a partir do ocorrido?*

Laura: *Por sua vez, eu dei meia volta na secretaria e disse oi? Eu ouvi tudo que vocês estavam falando e estou saindo agora direto para a secretaria de educação e exijo hoje o meu boletim fechado essa é a condição de não fazer uma denuncia contra vocês e vou levar até as últimas consequências. Então foi assim, eu consegui passar de ano em todas as disciplinas pequei meu bom certificado e fui para outra escola pra fazer o terceiro ano em uma das escolas mais conceituadas.*

Sabemos que as pessoas transexuais sofrem preconceito e discriminação nesta sociedade patriarcal, misógina, preconceituosa, LGBTIfóbica e discriminatória, promovendo assim a transfobia. Talvez, os objetivos específicos da dissertação que originou este artigo ficarão a cargo de discutir, refletir e repensar as ações significativas à luta em favor da garantia dos direitos das pessoas transexuais na Educação e na sua trajetória escolar docente – antes e depois – da sua transição. Porém, como dito por Dener (2003), “cabe a nós autores, pesquisadores ou historiadores rastrear possibilidades; buscar não a verdade, mas o que é verossímil. Nunca afirmar sem provas, mesmo que o nosso objeto seja em processo criminal num passado remoto, numa região desconhecida ou longínqua”.

Por sua vez, Leona vivenciou essa violência simbólica durante o seu processo formativo como professora, que aponta a dificuldade do mercado de trabalho – por exemplo – as pessoas TRANS tendo que se submeter à ausência de possibilidades na área da educação, diz ela:

Pesquisador II [Ivan Amaro]: *Como a sua transformação afetou sua vida?*

Leona: *Descobri-me um adolescente afeminado. Pela falta de conhecimento na época, me assumi gay com 14 anos de idade. Trabalhava entregando quentinhas e fiz a prova para a antiga Escola Técnica Federal de Campos, passando para o curso de Edificações. Ai, sim, descobri o que era segregação e preconceito. Porém, no segundo ano, tudo se normalizou. Porém, o sonho de eu estudar na ETFC era maior na minha família do que na minha vida.*

Pesquisador II [Ivan Amaro]: *E você desistiu do seu sonho, de ser professora?*

Leona: *Após mostrar meu descontentamento para minha família, voltei para Barcelos para fazer o que realmente eu queria: fazer o curso de formação de professores!!!*

Para Leona eram sonhos sonhados por muitos e que não estavam de encontro aos seus, o que queria era realmente se tornar professora e ninguém a impediria naquele momento, num dos trechos da conversa ela diz:

Pesquisador: *Você diz que a profissão de ser professora sempre fez parte da sua vida, como chegou até ela? O que te fez “ser professora”?*

Leona: *Eu sempre quis ser professora, mas a minha família queria que eu fizesse um curso técnico. Cheguei até o terceiro ano do Curso de Edificações. Faltava um ano para me formar, mas aquilo era um suplício ir pra escola.*

Pesquisador: *E quais eram as dificuldades [caso existam] havia discriminação, você percebia?*

Leona: *Eu morava numa cidade pequena. Era um vilarejo com 6 mil habitantes onde todo mundo se conhecia. Então, eu não conhecia o preconceito daquela forma que massacra que humilha como eu conheci nesta escola técnica.*

O processo transformador e a provável transformação social e cultural atingindo todos os indivíduos que, de alguma maneira TRANSgridem as normas sociais relacionadas à sexualidade e ao gênero.

Pesquisador: *Nesse processo de mudança do seu nome, como você se percebeu?*

Laura: *O processo levou tempo, não foi instantâneo. Demorou cerca de um ano para todos irem se adaptando.*

Pesquisador: *Ainda havia algum tipo de preconceito ou o não respeito à você como uma mulher TRANS? Como você vivenciou isso dentro do ambiente escolar?*

Laura: *Então, eu fazia uma “turma dobrada” e algumas crianças vieram estudar comigo na creche. Eu tive o apoio de outros professores que passaram no concurso comigo e foi uma pressão mesmo..., Então, a direção disse assim: “partir de hoje, a turma é da professora “tia Laura”, a gente não quer outro nome, né? A turma é dela!!!”*

Como já observado, a escola é um espaço no qual todos/as educam e se educam sexualmente (LOURO, 2004; JUNQUEIRA, 2007, 2009a), pela manutenção ou pela constatação dos códigos culturais CISheteronormativos que atribuem valores diferenciados aos seres humanos pautados nas formas de construção do gênero e vivências das sexualidades.

É preciso considerar que algumas pessoas têm sua sexualidade aflorando em momentos distintos. Por sua vez, Laura já se reconhecia como “menina” desde a infância e não entendia o porquê do desprezo da mãe penetrada pela violência psicológica, porém tendo em sua avó todo conforto necessário para se transformar em quem realmente era uma “menina”:

Pesquisador: *Você disse ter sofrido severamente com a sua mãe. Existem lembranças da infância que te remetam a algo positivo?*

Laura: *Sim, tenho boas lembranças com a minha avó...quando criança achava que era uma menina e ok tá valendo, ali ninguém questionou isso.*

Estava na minha cabeça esta normalidade eu nunca me achei igual aos meus amigos e me perguntava o porquê não eram como eles, as minhas noites terminavam mais cedo que todos eram gays e tinham outra conduta outro jeito de se vestir eu não sabia naquele momento de toda essa performatividade estabelecida, iria me trazer toda a condição da identidade eu já percebia muito cedo que não pensava como eles.

Assim, Laura descobre que sua genitália estava em total desacordo com o seu gênero, e que este corpo sexuado seria o passaporte para a felicidade ou não!!! Havia por parte materna uma rejeição imposta e muito clara, a qual fez Laura viver períodos de longos sofrimentos e abusos físicos e psicológicos, era esse corpo que trazia cicatrizes e marcas na pele e alma.

Pesquisador: *Quando chega à adolescência, como foi lidar com a sexualidade neste espaço escolar?*

Laura: *Lembro-me que aos 12 anos... Eu já tinha a sexualidade aflorada, sofri abusos e tive que lidar com isso muito cedo, já tinha percebido o peso disso.*

Pesquisador: *Como você dirimiu estas violações?*

Laura: *Eu fui sendo meio ingênua e pouco astuta para as ironias e interpretações de alguns adultos, que na minha infância tive péssimas lições de vida e sobre sexo, e muitas delas foram descobertas entre abusos físicos e violações de direito.*

Na conversa com a professora Laura, o meu orientador levantou uma questão sobre as aulas e estratégias para a constituição de uma prática pedagógica voltada para o combate às diversas formas de violência. E Laura se posicionou:

Laura: *A minha prática como educadora e fazer inclusive uma educação transformadora de acolhimento com aqueles que viveram uma situação parecida com a que eu vivi na escola, e que eles não vivam tamanha violência, por isso que estamos trabalhando estes três eixos.*

Pesquisador II [Ivan Amaro]: *Qual seria na sua opinião, a sua forma de atuar...considerando a resistência recorrente?*

Laura: *Nós estamos trabalhando para mostrar que por meio das pesquisas que a escola mudou que a escola tem outros autores e com isso temos outros protagonistas que estão dentro dela, mas esta escola continua sendo problemática, é por isso que precisamos trabalhar estes diferentes que chegam e permanecem nesta escola.*

Pesquisador II [Ivan Amaro]: *E ao seu olhar como professora houve progresso?*

Laura: *claramente percebo, hoje, na minha sala de aula, salutar de certa forma e tão recorrente ao observarmos a educação em sincronia com o ensino. Hoje lutando por um protagonismo que antigamente não me era permitido sendo professora de Língua Inglesa, Teatro e Pedagoga, fiz da minha sala de aula um lugar onde muito mais que saberes repassados, estes fossem permeados por experiências e vida e pesquisa na experiência do saber que busca autonomia e troca.*

Entretanto, a luta por direitos reconhecidos pela sociedade faz com que, passamos por provações descabidas e postura intolerante, violenta, discriminatória das pessoas, suas convenções políticas partidárias se afloram vide relato da Laura.

Pesquisador II [Ivan Amaro]: *Violência contra a Laura professora houve? Se sim, como você resolveu?*

Laura: *Eu nunca tinha sido violentada na sala de aula isso durante 30 anos. Até a chegada do então senhor presidente [Bolsonaro] ser real no mundo.*

Pesquisador II [Ivan Amaro]: *Pra você está transparente que foi por uma questão política-partidária?*

Laura: *Eu nunca tinha tido problemas, desde ameaças de alunes ou qualquer coisa do tipo. A partir de então alguns alunos começaram a me questionar e enfrentar verbalmente e psicologicamente.*

Pesquisador: *Como foi isso, como você reagiu?*

Laura: *Em 2018 sofri um ataque na porta da escola onde riscaram todo o meu carro e furaram com uma faca os quatro pneus, numa forma de me intimidar [eu ouvia por parte de alunos 'Bolsonaro' vai matar viado] eu nunca tinha visto algo tão repugnante e medonho como isto, não conseguiram eu reagir com mais força!!!*

Talvez seja não factível de minha parte pensar que, através da minha escrita da minha dissertação, darei um fim à dor de toda esta população que sofre na pele a discriminação de uma sociedade CISHeterossexista, misógina, falocêntrica, preconceituosa, opressora, sexista e LGBTIfóbica. Seria mais justo dizer que ajudaria a diminuir o preconceito e promover, porque não, uma futura sociedade com igualdade entre as pessoas para um mundo mais plural e diverso.

4.3 O transitar das práticas pedagógicas... [re]construindo à educação

Um exemplo nítido está nas práticas pedagógicas TRANSformadoras de uma educação contra a LGBTIfobia na formação de crianças e adolescentes. A escola é que mais exercer trocas de saberes, ela traz instrumentos para superar os seus próprios traumas, dentro da sala de aula procurasse modificar as histórias de abusos muitas vezes trazidos como a LGBTfobia pelos alunos que ao redor se amontoam, e que rotineiramente fazem repensar a própria caminhada de uma pessoa trans neste espaço educação. Digamos que este processo de produção do conteúdo se deu em meio a uma trama de relações de poder, entre professoras e alunes.

Numa das nossas conversas com as professoras tocamos na questão latente da ideia TRANSformadora na educação, buscando a percepção ao narrarem suas práticas educativas e as relações que estabelecem com o alunado, sinalizando para outras ações pedagógicas que abarcam o enfrentamento da CISHeteronormatividade e a importância da diferença.

Pesquisador II [Ivan Amaro]: *O que é ser uma professora trans TRANSformadora ou a TRANSprofessora transformadora?*

Laura: *Acho que ser uma professora TRANSformadora na educação é ser o que muitos professoras ou professores nos seus graus diversos de gênero e sexualidades, não é uma condição da travesti, é obvio que o coletivo vai puxar muito mais que em muitos outros grupos da educação e que promovem isso a partir da diferença que é todo o movimento da sala de aula coloca para a sociedade.*

Pesquisador: *Seria uma questão de aceitação ou dar visibilidade ao se fazer professora naquele momento?*

Laura: *Não é apenas o reforço de uma aceitação, tipo termos uma professora travesti em sala de aula diante de crianças e adolescentes que iniciam suas compreensões, buscas e questões pessoas, porém vê-las, buscando essa empatia e respeito em outras estruturas até então conhecidas e vistas como abjetas.*

A partir do momento em que a instrução feminina constituiu-se em uma preocupação o que se observa é a produção de uma subjetividade – a professora. A isto, segue-se a invenção das escolas normais que teriam como função estender as atribuições femininas de mãe e dona-de-casa, como o cuidado, por exemplo, para a educação das crianças. Pergunto eu: E caso esta professora fosse uma mulher TRANS, como seria esse olhar? Certamente não se encaixaria nos moldes e padrões para época, não é?

A história das pessoas TRANS não tem espaço para a construção da família, dar aulas, viver em sociedade, para reconhecimento do gênero e das suas subjetividades. Passa a ser uma história única, que por sua vez, causa a assimilação desse grupo de pessoas à ideia de prostituição, marginalidade, doença mental e criminalidade, todos os espaços em que a normalidade não deseja estar. Como os discursos materializados no corpo das pessoas trans não ascende ao patamar real da verdade, a elas resta apenas o estereótipo. E, como disse Chimamanda Adichie (2010): “o problema com os estereótipos não é que eles sejam inverdades, mas que eles são incompletos”.

Estas escolas contribuíram para a produção da profissão de professora como um destino natural para as mulheres que desejassem, ou necessitasse de uma carreira, nesta época (LOURO, 1986, p. 29). Assim, é possível compreender que a

invenção da carreira de professora confunde-se com os processos de subjetivação do sujeito mulher-mãe-professora, como submissa e inferior ao homem. Isto se deu pela constituição de diversas redes de poder-saber-verdade (FOUCAULT, 2010) e pela renovação de várias teorias sobre uma suposta “natureza feminina” que se viram reforçadas a (re)formuladas nestes processos históricos (LOURO, 1986, p. 31).

A professora Laura traz uma lembrança da sua infância em que a família era mantida por mulheres guerreiras repleta de professoras. A educação estava estampada em todos os cômodos de sua casa. Portanto, mais uma vez reforça o estereótipo dos processos de subjetivação do sujeito mulher-mãe-professora relacionados ao cuidado sempre alinhado a uma ideia de maternidade, o que continua reproduzindo a lógica patriarcal:

Laura: *Ressalto que fui muito bem nascida e criada pela minha avó eu nasci numa família de professoras mulheres fantásticas, as práticas políticas na minha casa eram “bom dia, boa tarde...como vai”?*

Pesquisador: *Podemos dizer que foi seu maior presente [educação]?*

Laura: *Sem sombras de dúvidas. Lá em casa as pessoas se comunicavam, não era uma casa sem som, isso me deu a base da educação e disciplina que tenho!!*

Essa diversidade de lutas postas na sociedade em tantas fronteiras e territórios por direitos, por ações afirmativas terminam afetando e reconfigurando a cultura e as identidades docentes. “Novos e diversos perfis de docência enriquecem e diversificam os currículos de formação” (ARROYO, 2011, p. 11).

Portanto, o que se pode entender de todo este processo é que as condições de possibilidades históricas da docência feminina coincidem com a produção de uma docência-decente. O ideal de mulher, nesta época, deveria ser aquela para casar, ter filhos, cuidar do marido e da casa. A propagação de um discurso biológico difundiu a “crença em uma natureza feminina” (MALUF; MOTT, 1988, p. 373) que referendou “o instinto” da mãe zelosa que não abandonava suas/seus filhos. Tal crença prevaleceu durante a primeira metade do século XX e reduziu a imagem da mulher à “mãe-esposa-dona de casa”. Dificilmente, entretanto, que as professoras transexuais e travestis com seus corpos e práticas fabricadas longe das normas de gênero e sexualidades coloquem em xeque tal estatuto de docência-decente.

Assim, Brah (2006) apresenta as questões de identidade como intimamente ligadas à experiência, à subjetividade e às relações sociais. As identidades são

inscritas através de experiências culturalmente construídas em relações sociais. Pensando especificamente na população trans, diversas reportagens sobre esse tema têm sido produzidas com o auxílio da potência em compartilhar vivências alavancadas pela internet, tais como relatos das experiências trans, modificações corporais, sociabilidades difundidas ainda por manifestações artísticas, blogs, revistas, moda, documentários, dissertações e teses e outros meios de multimídia.

Por fim, creio que a escola é um dos ambientes propícios para enfrentar os discursos e práticas pedagógicas CISHeteronormativas. Pretendo, com esta dissertação, compreender e problematizar os processos relativos às professoras transexuais na Educação. Pela situação exposta, fica cristalina a necessidade de se discutir a transexualidade na educação, pois, como foi dito, há preconceitos extremos advindos de anos e anos de silêncio; por não falarmos sobre gênero, sexo, sexualidade, diversidade, orientação sexual, identidade de gênero e humanização na educação.

4.4 Sexualidades e Ação Docente – A docência nem tão decente

“E a sensação nunca mais me deixou, de que meu corpo carrega em si todas as chagas do mundo”.

Frida Kahlo

Trago Frida Kahlo na epígrafe, pintora mexicana e importante figura para a história latino-americana. Sua forte atuação cultural e política são marcantes e visíveis em suas frases e obras, equilibrando a vida e seu sentido do amor, mistério e dor. Assim vejo o contexto para esta seção, o amor pela pedagogia e a dor da discriminação e o preconceito sofrido, por algumas trans docentes e o mistério que cerca os seus corpos.

Ao problematizar as relações que envolvem as identidades travestis e trans e o processo de escolarização destes sujeitos, torna-se essencial também identificarmos quais artefatos legais, quais políticas públicas existem na efetivação e garantia dos direitos inerentes a essa população nos espaços escolares, além de analisar o conteúdo, relevância e alcance destes documentos, porém não daremos conta nesta dissertação e ficará para um próximo. Vale ressaltar, que o trabalho sobre as relações de gênero e sexualidade ainda não configura como conteúdo ou temática obrigatória nos currículos escolares, infelizmente. Mesmo com todas as

críticas, é importante assinalar que nos anos 1990, os Parâmetros Curriculares Nacionais apresentavam um volume que orientava para discutir a temática como um tema transversal.

Paraíso (2004, p. 287), ilustra como consequência de seus interesses, as pesquisas pós-críticas em educação no Brasil elas têm questionado o conhecimento (e seus efeitos de verdade e de poder), o sujeito (e os diferentes modos e processos de subjetivação), os textos educacionais (e as diferentes práxis que estes produzem e instituem).

Para Louro (1995), tais pesquisas têm problematizado as promessas modernas de liberdade, conscientização, justiça, cidadania e democracia, tão difundidas pelas pedagogias críticas brasileiras, abdicado da exclusividade da categoria classe social e discutido, também, questões de gênero, etnia, raça, sexualidade e idade.

[A]s marcas permanentes que atribuímos às escolas não se referem aos conteúdos programáticos [...], mas [...] a situações do dia-a-dia, experiências comuns ou extraordinárias que vivemos no seu interior [...]. As marcas que nos fazem lembrar [...] dessas instituições têm a ver com as formas como construímos nossas identidades sociais, especialmente nossa identidade de gênero e sexual. (LOURO, 1999, p. 18-19)

Conforme já apontado, a existência de parâmetros nacionais para a discussão ou abordagem de temas relativos à sexualidade nas escolas é bem recente no Brasil e o atendimento aos mesmos ainda é bastante incipiente. Geralmente, não existem programas de educação para a sexualidade de forma continuada, ficando à critério da direção escolar ou professores que se familiariza ou não tenham nenhuma indisposição de trabalhar a discussão em torno da temática LGBTQI+.

O grande mestre Paulo Freire dedicou atenção aos educadores e, por isso, escreveu inúmeras obras ao longo dos anos de sua vida, dando conselhos e por vezes, enfatizando as virtudes que ele entendia ser necessárias para o trabalho cotidiano. Reconhecendo a inconclusão dos seres humanos, Freire (1996) evidencia que eles estão em constante movimento de busca por sua humanização. Nesse sentido, reforça que formar pessoas é muito mais que treiná-las. Educadores têm, na visão do pedagogo, responsabilidade ética na condução e realização de suas práticas docentes.

Portanto, ao defender uma ética universal do ser humano, Freire define como aquela,

[...] que condena a exploração da força de trabalho do ser humano, que condena acusar por dizer, afirmar que alguém falou “A” sabendo que foi dito “B”, falsear a verdade, iludir o incauto, golpear o fraco e indefeso, soterrar o sonho e a utopia, prometer sabendo que não cumprirá a promessa, testemunhar mentirosamente, falar mal dos outros pelo gosto de falar mal. A ética de que falo é a que se sabe traída e negada nos comportamentos grosseiramente imorais como na perversão hipócrita da pureza em puritanismo. A ética de que falo é a que se afrontada na manifestação discriminatória de raça, de gênero, de classe. É por essa ética inseparável da prática educativa, não importa se trabalhamos com crianças, jovens ou com adultos que devemos lutar. E a melhor maneira por ela lutar é vivê-la em nossa prática, é testemunhá-la, vivaz aos educandos em nossas relações com eles [...]. (FREIRE, 1996, p. 16)

Por sua vez, o educador social deve construir também sensibilidade para trabalhar a tensão existente entre a palavra e o silêncio. Quando fala, o educador não está discursando, mas construindo pontes de diálogo com os educandos. Se não sei escutar o que eles dizem os estímulo ao silêncio e não me submeto às suas proposições. “Se não sei escutar os educandos e não me exponho à palavra deles, termino discursando para eles. Falar e discursar ‘para’, termina sempre em falar ‘sobre’, que necessariamente significa ‘contra’” (FREIRE, 1996, p. 03).

Como dito por Freire, a educação se constrói no processo de inconclusão dos seres humanos. Pessoas só podem ser alvos da educação quando se reconhecem inacabados. O reconhecimento de que estamos sempre no processo possibilita a busca pela superação das situações-limites.

A exemplo disso, diz Arroyo (2011)

Aprender com os educandos a sermos educadores amplia e enriquece nosso projeto de realização profissional e humana. O professor é um ser humano, sua docência é humana docência com tudo o que implica escolha, de realização humana. Os depoimentos dos professores e das professoras sobre as tensões identitárias vividas nas salas de aula mostram que as conquistas do movimento docente por reconfigurar a profissão não escapam ao princípio da ação-reação. (ARROYO, 2011, p. 26-27).

Para darmos continuidade, ensinar é reconhecer que a ideologia está presente na educação. Freire (1996) reconhece o poder que a ideologia tem de nos tornar míopes e naturalizar a realidade como se fosse o único caminho possível.

O poder da ideologia me faz pensar nessas manhãs orvalhadas de nevoeiro em que mal vemos o perfil dos ciprestes como sombras que parecem muito mais manchas das sombras mesmas. Sabemos que há algo metido na penumbra, mas não divisamos bem. A própria “miopia” que nos acomete dificulta a percepção mais clara, mais nítida da sombra. Mais séria ainda é a possibilidade que temos de docilmente aceitar que o que vemos e ouvimos é o que na verdade é, e não a verdade distorcida (FREIRE, 1996, p. 126).

Freire defende o diálogo como condição primordial para reflexão e superação da opressão. Entendendo que a principal missão dos seres humanos é se humanizar, a pedagogia freireana enfatiza que a palavra revela o mundo e possibilita a construção e reconstrução da realidade.

Falando em realidade no Rio de Janeiro, a identidade trans é sinônimo de luta por direitos, especialmente nas escolas, onde as pessoas transgênero sofrem diariamente devido aos reflexos de uma cultura CISheteronormativa, sexista, opressora, violenta, misógina, machista, retrógrada e LGBTIfóbica. Principalmente, com a emergência atual de uma direita ultra conservadora e fundamentalista religiosa, que reforça no seu dia-a-dia o desrespeito, a incitação da violência e a discriminação - *bullying*³¹ - nas suas salas de aula. É de conhecimento público a preocupação da Secretaria Estadual de Educação do Estado do Rio de Janeiro com o tema, visto que em 2008 instituiu a Coordenação de Diversidade Educacional no intuito de promover políticas públicas de reconhecimento e valorização das diferentes histórias e culturas sem prejuízo à população LGBTQI+.

Os documentários 'Borboletas da vida' e 'Basta um dia', do diretor Vagner de Almeida (2004; 2006), são fundamentais para visibilizar a violência contra gays e travestis/transsexuais em uma região periférica do Rio do Janeiro. Enquanto os entrevistados de Borboletas da vida relatam seus medos em assumir definitivamente uma identidade travesti, pois sabe que essa opção poderá lhes custar a vida, o segundo documentário revela o que essas falas anunciam. Histórias de travestis/transsexuais assassinadas, a perseguição da polícia, a ausência do Estado, as violações cotidianas marcam a estrutura narrativa de Basta um dia.

Um dos assuntos que estão em pauta na escola são a discriminação e violência às pessoas LGBTQI+. Os educadores e pedagogos debatem exaustivamente formas internas e externas de coibi-los como um caminho para uma educação sem traumas ou transtornos – tanto para vítima ou instituição. Quando essa prática extremamente violenta é somada à questão de discriminação por identidade de gênero ou, em outros casos, por orientação sexual, os problemas se multiplicam. Isto porque, muitas vezes, as vítimas não encontram proteção por parte

³¹ Utilizado para descrever atos de violência física ou psicológica, intencionais e repetidos, praticados por um indivíduo ou grupo de indivíduos, causando dor e angústia e sendo executadas dentro de uma relação desigual de poder.

do corpo docente ou direção das escolas, que por sua vez estão atravessados por uma cultura reiterada CISheteronormativa.

Como afirma Arroyo (2011)

Somos suficientemente profissionais para percebermos que os alunos chegam às salas de aula, aos processos de ensino-aprendizagem carregando vidas precarizadas. São ecos de vivências de outros lugares que chegam às salas de aula e nos obrigam a escutá-los, a não abafá-los com nossas lições e nossas didáticas e ameaças de avaliações-reprovações. Novas exigências profissionais que alargam as lutas por direitos. Quando as identidades se alargam, os direitos profissionais têm de ser ampliados (ARROYO, 2011, p. 29).

Para a professora Amara a profissão da docência trouxe várias cicatrizes. Mas, por incrível que pareça não pelos discentes [*seu alunado*] que a tratavam de forma cordial, as piores sensações foi por parte do corpo de profissionais que trabalhavam ao seu lado na escola, como conta:

Amara: *Foi muito difícil a compreensão dos profissionais com relação a minha transição, porém tive que lutar e mostrar que a pessoa que eu era independia da profissão de formação.*

Pesquisador: *Mas aí, me parece uma questão de lógica – simples de se entender – ou não?*

Amara: *Sim, mas as pessoas não viam assim. Achavam que minha transformação interferia na minha profissão. Para ser professora tinha que enquadrar nos padrões estabelecidos pela sociedade, mas eu bem distante dos conceitos estabelecidos.*

Assim, pensando nas regras e normas da educação escolar, quais as soluções possíveis para as demandas trazidas por professoras trans na docência? Como lidar com as normas pré-estabelecidas e impostas nas escolas, por parte da direção, pais e alunos contrários à concepção da transexualidade e ao exercício da profissão docente? A transfobia nas escolas tem um impacto enorme sobre a sociedade e quem a sofre diretamente. Precisamos falar sobre isso. Há muito tempo já são conhecidos casos em que a escola foi conivente ou diretamente responsável por casos de discriminação, demonstrando como a instituição escolar não pode responder a estas questões e nem mesmo garantir o direito ao conhecimento de todos os oprimidos. Conforme Louro (2007),

Numa investigação que se ocupe da sexualidade, em vez de examinarmos sexualidades “desviantes” em contraposição à heterossexualidade (tomada como padrão), estaríamos interessadas em saber como a heterossexualidade se tornou “isso”, ou seja, padrão de normalidade. Dito de um modo mais contundente: através de que processos a heterossexualidade se tornou «natural»? Que discursos permitiram que essa verdade fosse admitida como única, singular e universal? Que discursos foram silenciados nesse processo? Que outras formas de sexualidade foram empurradas para o lugar ilegítimo, não-natural,

inaceitável? Como tudo isso aconteceu? Que outras modificações culturais, sociais, econômicas também estavam acontecendo, neste mesmo tempo? Como essas outras modificações contribuíam para sustentar a verdade da heterossexualidade? (LOURO, 2007, p. 241).

Como a autora destaca, muitas transformações sociais e culturais ocorreram ao longo do tempo para que esta discussão fosse possível hoje e para que os sujeitos deste segmento chegassem a gozar de políticas públicas foram necessárias inúmeras negociações entre a sociedade civil organizada e o poder público, considerando ações específicas para melhorar e até criar acessos aos direitos de cidadania e dignidade. Foi preciso que este movimento social se organizasse como uma instituição formal de representatividade, buscando ser um porta-voz das reivindicações deste movimento populacional LGBTQIA+ diante do Estado. Esta é uma forma de desnaturalizar as relações de poder e das instituições que moldam os corpos dos sujeitos. Isso significa o caos, ou desfazer as relações existentes, mas ainda:

Trabalhamos com a desmontagem para decompor o que foi atualizado e fixado. Operamos com remontagem para fabricar outros sentidos e com a recomposição para encontrar virtuais. Em síntese, operamos com a multiplicação para fazer o 'e' da multiplicidade funcionar; para produzir e estimular a diferença e a invenção de outros significados e/ou de outras imagens de pensamentos para a educação. (PARAÍSO, 2012)

Permitimos, então, muitos outros pensamentos para a educação por gênero, desconstruindo a tal lógica que opera na dicotomia de meninos *versus* meninas, e seu antagonismo no espaço escolar. Desbravamos as fronteiras para ressignificar outras possíveis divisões: vontade de estar em algum lugar, desejo de união ou separação. Trazer esses conceitos para as análises para o campo das pesquisas pode revelar diversas “verdades” como a opressão das professoras trans nas salas de aula, o despreparo e a discriminação por parte dos outros colegas de trabalho ou até mesmo do alunado.

Por sua vez, de acordo com Rago (2003), o saber ocidental opera no interior da lógica da identidade, valendo-se de categorias reflexivas, incapazes de pensar a diferença, razão pela qual os conceitos com os quais trabalham as Ciências Humanas são muitas vezes arbitrários e excludentes. Tais conceitos são formulados a partir da ideia universal do homem “branco-heterossexual-civilizado-do-primeiro-mundo”, deixando à margem todos aqueles que escapam desse “modelo de referência”, como as transexuais e travestis.

Percebemos que cada vez mais, os processos de controle e regulação dos corpos e das condutas das professoras são contingentes, históricos e culturais. Por sua vez, constituíram-se a partir dos mecanismos específicos operacionalizados por diversos instrumentos nas instituições educacionais. Segundo Deleuze (1992), as minorias e as majorias não se distinguem pelo número. Uma minoria pode ser mais numerosa que a maioria. “O que define a maioria é um modelo ao passo que a minoria não tem modelo é um devir, um processo.” (DELEUZE, 1992, p.214).

Nas duas últimas décadas fatos novos postos em nossa dinâmica social vêm reconfigurando as identidades e a cultura docente: a presença dos movimentos sociais em nossas sociedades: o movimento feminista e LGBTQI+ avançam nas lutas por igualdade de direitos na diversidade de territórios sociais, políticos e culturais.

Muitas vezes, a referência contemporânea à tais regimes de verdade se constituíram por meio da produção de saberes específicos sobre corpo, gênero e sexualidade, em meio a relações de poder. Certamente, esta articulação entre saberes e funcionamentos do poder instituiu verdades a respeito de corpo, gênero, sexualidade e Educação que fabricam um sujeito discursivo, isto é, a professora.

E segundo os estudos, as relações poder-saber-verdade a respeito de corpo, gênero e sexualidade se colocam em jogo nas práticas sociais que operam pela produção e reiteração de normas regulatórias (FOUCAULT, 2010; BUTLER, 2000). Este projeto biopolítico aciona o funcionamento do gênero como um dispositivo de controle de corpos, populações e modos de vida. Ainda que não sejamos mais sociedade disciplinar³² (DELEUZE, 1992), entender os investimentos biopolíticos e das disciplinas sobre o corpo biológico também se faz importante, uma vez que a disciplina e a biopolítica se constituem em duas dimensões do poder sobre a vida. Para Michael Foucault:

Concretamente, esse poder sobre a vida desenvolveu-se a partir do século XVII, em duas formas principais; que não são antitéticas e constituem, ao contrário, dois pólos de desenvolvimento interligados por todo um feixe intermediário de relações. Um dos pólos, o primeiro a ser formado, ao que parece, centrou-se no corpo como máquina: no seu adestramento, na ampliação das suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento

³² De acordo com Maria Rita de Assis César (2004), Gilles Deleuze parte “de uma frase de Foucault, dos anos oitenta, em que ele afirmava que a *sociedade disciplinar* estava agonizando [...]” (CÉSAR, 2004, p. 116, grifo da autora). É interessante notar também que os fantasmas da disciplina ainda se fazem sentir na escola. Uma dessas presenças se materializa na principal queixa contemporânea, transformada em narrativa comum pelos coletivos de professoras da Educação Básica nas formações, que consiste na falta de *disciplina* das/os estudantes.

paralelo de sua utilidade e docilidade, na sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos – tudo isso assegurado por procedimentos de poder que caracterizam as disciplinas: *anátomo-política do corpo humano*. O segundo, que se formou um pouco mais tarde, por volta da metade do século XVIII, centrou-se no corpo-espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar; tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e controles reguladores: uma bio-política da população. As disciplinas do corpo e as regulações da população constituem os dois pólos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida. (FOUCAULT, 1988, p. 151-152)

A partir destas análises é possível pensar que a partir das práticas sociais se produzem saberes e se instituem verdades que acabam por produzir sujeitos. Este processo de fabricação se deu em meio a uma trama de relações de poder e a partir de uma historicidade e da produção de regimes singulares de saber-poder que funcionou como “verdade” para tornar esse entendimento possível no presente, ainda segundo Foucault:

A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro. (FOUCAULT, 2010. P. 12; grifo do autor).

A identidade trans é um campo de disputa política, pois esbarra na disputa de poder com grupos apegados aos discursos culturais heteronormativos consolidados ao longo de séculos, que consideram a identidade do ponto de vista essencialista, como explica Woodward (2000).

Algumas vezes essas reivindicações estão baseadas na natureza; por exemplo, em algumas versões da identidade étnica, na “raça” e nas relações de parentesco. Mais frequentemente, entretanto, essas reivindicações estão baseadas em alguma versão essencialista da história e do passado, na qual a história é construída ou representada como uma verdade imutável (WOODWARD, 2000, pp. 13-14)

Por outro lado, alguns dos “novos movimentos sociais”, incluindo os movimentos das mulheres, têm adotado uma posição não-essencialista com respeito à identidade. Eles têm compreendido que as identidades são fluidas, que elas não são essências fixas, que elas não estão presas a diferenças que seriam permanentes e valeriam para todas as épocas. Já Butler (2013) vem problematizando o que pode então significar “identidade”, questionando o que

alicerça a pressuposição de que as identidades são idênticas a si mesmas, persistentes ao longo do tempo, unificadas e internamente coerentes. Woodward (2000) também chama a atenção para este aspecto, afirmando que as identidades são contestadas e contraditórias, mesmo dentro de grupos que aparentemente são homogêneos.

Haraway (2000), em seu Manifesto Ciborgue, traz a concepção das identidades fraturadas mostrando o exemplo do feminismo. Tem-se tornado difícil nomear o novo feminismo por um único adjetivo – ou até mesmo insistir na utilização deste nome, sob qualquer circunstância. A consciência da exclusão é aguda. As identidades parecem contraditórias, parciais e estratégicas. Não existe nada no fato de ser mulher que naturalmente una as mulheres. Como assinala Silva (2000),

As identidades são produzidas em momentos particulares no tempo. Na discussão sobre mudanças globais, identidades nacionais e étnicas ressurgentes e renegociadas e sobre os desafios dos “novos movimentos sociais” e das novas definições das identidades pessoais e sexuais, sugeri que as identidades são contingentes, emergindo em movimentos históricos particulares. Alguns elementos dos “novos movimentos sociais” questionam algumas das tendências à fixação das identidades da “raça”, da classe, do gênero e das sexualidades, subvertendo certezas biológicas, enquanto outros afirmam a primazia de certas características consideradas essenciais (SILVA, 2000, p. 38).

Um exemplo claro dado por Silva (2000) está no destaque para a construção da política de identidade, em que o projeto político deve certamente ser reforçado por algum apelo à solidariedade daqueles que “pertencem” a um grupo oprimido ou marginalizado. Ele continua dizendo que a diferença pode ser construída negativamente “por meio da exclusão ou da marginalização daquelas pessoas que são definidas como “outros” ou forasteiros.” (SILVA, 2000, p. 49). Portanto, o autor reforça que, essa marcação da diferença ocorre tanto por meio de sistemas simbólicos de representação quanto por meio de formas de exclusão social.

Diante da motivação da dissertação, pude me questionar sobre o primeiro sistema simbólico que conhecemos: o sistema familiar que idealizamos como laços de afeto, solidários e fraternos e que também tem sido modificado, uma vez que ocorreram muitas mudanças na estrutura da família com o decorrer do tempo. Como pesquisador, impossível não se deixar afetar pelos fatos, assim como não foi possível não parar e refletir sobre o sistema de educação, mesmo por profissionais que tenham desejo pelo seu trabalho, é falho em sua estrutura de natureza política. Como não se afetar com profissionais contratados e com o currículo de disciplinas

diversas que não poderiam colocar em pauta as questões de gênero, identidade, sexualidade e orientação sexual? Não foi fácil.

Sabemos que a família é o primeiro grupo social que os sujeitos são inseridos e, em muitos casos, é onde ocorre o primeiro episódio de violência contra as transexuais, principalmente na adolescência, quando elas decidem se vestir e se comportar em conformidade o sexo oposto. É de fundamental importância olhar a família não como um bloco único, mas como um grupo heterogêneo e complexo que precisa lidar com a dificuldade de aceitar em seu meio um membro dito diferente, ou seja, aceitar um dos seus com uma identidade sexual e de gênero distinta dos demais membros do grupo familiar. Aranha (1990) define a família como:

Um grupo social de indivíduos diferenciados por sexo, idade, que se relacionam cotidianamente, gerando uma complexa e dinâmica trama de emoções, ela não é uma mera somatória de indivíduos que a compõem, mas sim, um conjunto heterogêneo composto de seres com sua própria individualidade e personalidade. Assim, a sexualidade, a reprodução, a socialização são esferas potencialmente geradoras tanto de relações prazerosas quanto conflituosas (ARANHA, 1990, p. 80).

Percebendo que as vozes da academia possuem seu valor posto, e também acreditando no engajamento de se estar na academia e se produzir ciência, desejamos acrescentar às produções um texto final que colabore para a aproximação entre a academia, sociedade civil, movimentos sociais e o ambiente escolar. Este talvez possa parecer – e provavelmente é – um anseio admirável para esta simples dissertação de mestrado. Que possamos estimular nosso pensamento e escrita a partir de uma pequena quimera de desejos.

MINHAS CONSIDERAÇÕES

Diante da motivação para esta Dissertação, pude me questionar sobre este corpo docente TRANS, as normas e as mudanças atribuídas pela sociedade e sua cultura, dogmas e preconceitos no transcorrer do tempo. Há uma constante negociação no contexto escolar. Percebe-se que a justificação ao direito do nome social, o uso do uniforme de acordo com o seu gênero, o uso do banheiro indo ao encontro da sua identidade, a defesa acerca da legitimidade de direitos para as professoras e alunas TRANS é uma verdadeira guerra travada com quem detém o ‘poder’. O poder não se concentra nas mãos de um ou outro. Ele circular, conforme fala Foucault...(1999). E, apesar de, embora talvez eu possuir um corpo e uma conduta CIS – eu pude construir uma trajetória nesta pesquisa destinando todo o cuidado e respeito para traçar estas poucas linhas falando desta temática delicada para muitos de nós, a partir do tal ‘lugar de fala’. Foi um desafio abrir um diálogo a respeito da *Docência TRANS em evidência: entre TRANSições, TRANSfobias e práticas pedagógicas TRANSformadoras*. E esperamos ter dado conta dele!

Esta pesquisa teve como objetivo geral identificar os discursos empreendidos acerca da presença de professoras TRANS e travestis na Educação. A ideia aqui é perceber suas formas de acesso e atuação no ambiente escolar, percebendo os desafios e porque não dizer os nós encontrados – inserção, rejeição, preconceito, violência, negação, disputa, LGBTIfobia, falta de diálogo, exclusão, evasão, entre outros. Dessa forma, analisar como os corpos das professoras TRANS subvertem e tencionam a reprodução das normas regulatórias de gênero nos espaços escolares.

Como parte problemática, as questões envolviam diversas discussões sobre as docências trans: Como as participantes desta pesquisa se tornaram professoras? De que forma sua transição pessoal se acoplou com o “tornar-se docente”? Quais são os maiores desafios de ser uma professora TRANS? A educação está preparada para pensar outras formas de educar, tendo professoras TRANS frente à CISheteronorma? Que disparadores educativos são criados pelas educadoras para lidar com a discriminação e rejeição no cotidiano escolar? Quais os saberes elaboram suas experiências enquanto educadoras trans?

Aqui, já devem estar se perguntando: e aí? Chegamos às resoluções destas questões? Não! Também não tenho respostas para tais questionamentos e dúvidas que surgem em relação a este binômio – transexualidade e educação – haja vista que o avanço de algumas políticas em prol da população trans ainda é tímida e está longe do ideal. Uma investigação como esta, que se pauta numa perspectiva pós-estrutural não evidencia-se sobre uma égide de verdades e certezas. Pelo contrário, supõe-se termos mais incertezas do que as certezas. Toda a trajetória foi se fazendo num desvendar e não-desvendar, haja visto que não havia nada a desvendar... Mas, os processos foram se fazendo em “confusões” epistêmicas e que nos lançam nas contingências.

Como pesquisador, posso dizer que pensar as relações entre educação e transexualidade contribuíram para ampliar uma visão sobre o campo da educação e sobre os novos sujeitos que ocupam o *ser fazer* docente. A partir do andamento da dissertação, fui colocando em prática um pouco da minha humilde experiência juntamente a essa população me fazendo enxergar outros caminhos na perspectiva de um mundo mais diverso e plural. Certamente, experiências que têm muito a contribuir com o lugar acadêmico, no sentido de trazer às universidades uma temática que ainda é considerada um ‘tabu’ por parte da sociedade e quase nunca discutida na graduação, fiz ‘Direito’ em 2007 e esse tema nunca adentrou as portas blindadas da minha Universidade.

Importante descrever que a presente dissertação foi construída em 04 (quatro) capítulos, constituídos por seções que auxiliaram numa melhor organização de todo o processo de produção de conhecimento vivido. Também foi possível me colocar em reflexão sobre o ‘lugar de fala’ e, assim, foi possível perceber que o preconceito, invisibilidade e a discriminação ainda são latentes nestes espaços escolares, conforme apresentado nas conversas com as professoras participantes.

Participaram desta empreitada investigativa quatro professoras. Utilizamos para identifica-las aqui nomes fictícios que remetessem a outras professoras TRANS que construíram os caminhos para essa discussão na educação - a

princípio: *Laura de Vison*³³, *Dani Balbi*³⁴, *Amara Moira*³⁵ e *Leona Freitas*³⁶. Convidamos também para a abertura da dissertação a professora *Marina Reidel*, com uma introdução.

Inicialmente, o levantamento realizado no Banco da CAPES propiciou uma importante visão sobre a produção acadêmica sobre as relações entre docência e transexualidade, indicando uma ampliação desta produção e nos permitiu em contribuir para maior visibilidade deste conhecimento produzido. Esse levantamento nos permitiu identificar algumas incongruências que desrespeitaram o nome social: foram localizados trabalhos que não respeitaram os nomes sociais de seus/suas autores/as.

A conversa, após vários problemas que enfrentamos, foram realizadas e construíram um importante corpus analítico. Como eixos organizadores, procedemos nossas interpretações sobre as TRANSições e as narrativas sobre o como tornaram-se professoras; as violências e dificuldades encontradas por elas no processo de exercício da docência e as práticas pedagógicas com indícios TRANSformadores.

Procuramos compreender a importância de se discutir gênero, conceito de gênero, identidade de gênero, orientação sexual, a importância da inclusão das discussões acerca da diversidade na escola e como a ausência destas influencia nas gerações futuras, quando as mesmas continuam a [re]produzir aspectos da TRANSfobia. Ainda sobre a pluralidade da violência e suas diversas formas, podemos destacar a fala de Leona que... *Segundo uma [mãe], eu estava ali confundindo a cabeça das crianças - que não sabiam se eu era ela ou ele - o mais interessante foi que os outros pais disseram que eu não confundia a cabeça de ninguém. Foi a hora que ela [mãe] disse: "Então, você não deveria trabalhar como*

³³ Laura de Vison, nascida Norberto Chucri David, foi uma professora, atriz e transformista brasileira. Certa vez, Jean Paul Gaultier (estilista Francês) soube que Laura lecionava história e moral e cívica, Gaultier, pasmo, declarou à imprensa: "Interessante essa faceta dupla, isso não seria permitido pela moral francesa".

³⁴ Dani Balbi é a primeira mulher TRANS doutora pela UFRJ; hoje, ela leciona na graduação da Escola de Comunicação da universidade, na cadeira de comunicação e realidade.

³⁵ Amara Moira é a primeira pessoa transgênero a defender um doutorado usando o nome social, de acordo com a própria Unicamp. Também é escritora e professora.

³⁶ Leona Freitas é uma professora TRANS da educação infantil, lecionando numa creche em congonghas – MG.

mulher!!!” E foi aí que um dos pais falou: Você já viu que ela tem “peitos”? Ela vai ter que deixar os “peitos” em casa agora?

Esta dissertação tem como um de seus alvos identificarmos como as identidades TRANS se articulam com a identidade docente - o ‘tornar-se professora’. Assim, acessar como as professoras ocupam as escolas, seus desafios, suas tensões e suas potências nos ajudaram na perspectiva de constituir uma educação mais respeitosa com as diferenças. Dani, uma das professoras, destacou que sua função está vinculada a trabalhar para que construir uma escola mais acolhedora com o alunado, diz: *“Eu sempre quis fazer algo que fosse importante para o mundo e faço questão de mudar o pensamento dos meus alunos gerando questionamentos e formando cidadãos melhores. Como diria Paulo Freire: A educação não muda o mundo, muda as pessoas e as pessoas mudam o mundo”*.

Ao identificarmos os discursos empreendidos acerca da presença delas, suas formas de acesso e atuação no ambiente escolar, percebemos os desafios e, porque não dizer, os nós encontrados – inserção, rejeição, preconceito, violência, negação, disputa, LGBTIfobia, falta de diálogo, exclusão, evasão, sexo, sexualidades, entre outros. Dessa forma, analisar como os corpos das professoras TRANS subvertem e tensionam a reprodução das normas regulatórias de gênero nos espaços escolares constituiu-se ação precípua nesta investigação.

A metodologia utilizada como processo da pesquisa foi costurada a partir, de mescla de procedimentos - conversas, “estado do conhecimento” realizado no banco de Teses e Dissertações da CAPES – com o uso mesclado de instrumentos tecnológicos de comunicação, como Whatsapp, Zoom, Google Meet.

Quanto aos achados da pesquisa foram organizados em breves relatos das histórias destas professoras, sistematizando-as em várias categorias que emergiram das conversas. Por exemplo, relações preconceito e trabalho, travestilidade e transexualidade no espaço escolar, violência e evasão, a percepção familiar e a construção do sujeito TRANS em todo o TRANScorrer da pesquisa.

Vale dizer que, como ativista LGBTQI+ tomei alguns posicionamentos ao longo da pesquisa, tais como sinalizou Rubens Alves *“Todo ato de pesquisa é um ato político”*. Então, desde a escolha do tema e outras manifestações aqui trazidas foi fazer um texto aberto e questionador. Contudo, espero que para “outres” futuros pesquisadores se coloquem em oposição para as produções que apresentam dificuldades à população aqui representada e os direitos negados. Reforço que a

escolha do tema não poderia ser melhor, porque nos ofereceu recursos para explorarmos cada momento da dissertação, mapeando muitas possibilidades e atravessando variadas experimentações de um modo muito intenso.

Entretanto, percebendo que as políticas públicas precisam ser melhor articuladas e o campo da educação necessita de maior aproximação do movimento LGBTI+, a minha função como representante, por ora, do Estado, é de atuar diretamente com estas políticas voltadas para a comunidade LGBTQI+ acirradamente. Meu intento é buscar no desenvolvimento das políticas públicas, que devemos pensar identidade de gênero e orientação sexual não apenas na educação, fazendo com que a sociedade reconheça e legitime a população LGBTQI+ na saúde, na assistência, na segurança e no ambiente de trabalho sabemos que há ainda por parte da nossa população um preconceito real.

Nessa perspectiva, foi também visibilizar as ‘práticas pedagógicas’ que podem ser potentes para a escola. O trabalho pedagógico também apresenta sentidos múltiplos para estas professoras para TRANSpensar, pensar através, um pensar outro em relação aos gêneros, os corpos e as práticas educativas cotidianas apontando que essas pessoas, mesmo às margens dos discursos socialmente legitimados e também produzidos pelo espaço-escola, produzem suas histórias e seus modos de vida. Assim, TRANSpor fronteiras arbitrariamente criadas a TRANSGredir as tais normas impostas pode emergir como possibilidades de estas professoras TRANS constituírem processos educativos antissexistas, antilgbtfóbicos, antirracistas. Laura destaca, em alguns momentos, que: *“discutir práticas pedagógicas que as professoras já vêm trabalhando, seja na educação básica, na superior, seja em outros lugares, e que você considera que são práticas transformadoras representa falarmos do nosso compromisso com a transformação. A partir do momento em que me transformo nessa educadora, acabo sendo uma educadora melhor do que aqueles que foram comigo”*.

O que propomos aqui, talvez seja repensar a própria construção das normatizações de gênero e sexualidade. Que tal investigação sirva de ‘mola propulsora’ atingindo o topo da ignorância de alguns TRANSfóbicos de plantão. A professora Amara deixa seu recado aos transfóbicos: *“Achavam que minha transformação interferia na minha profissão. Para ser professora tinha que enquadrar nos padrões estabelecidos pela sociedade, mas eu estava [bem] distante dos conceitos estabelecidos”*. E, acreditamos que outras pesquisas que virão

devem e podem relacionar a transexualidade à educação contribuindo assim, para a formação de 'outres' que tiverem sede de conhecimento ao tema, questionando as desigualdades, subalternização e segregação de uma população que vive à margem da subnotificação inexistência social, tratadas ainda como minorias e pessoas vulneráveis.

Sigamos na luta, pois [RE]sistir é preciso!!!

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G.; SILVA, L. B. *Juventudes e sexualidade*. Brasília: UNESCO Brasil, 2004.

AMARO, Ivan. Para discutir (ainda mais) gênero e sexualidade na escola: políticas e práticas de resistências. *Revista Periferia Educação, Cultura e Comunicação*, Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Rio de Janeiro, v.9, n. 2, jul-dez. 2017.

ARANHA, Maria Cristina Bruschini. *Mulher, casa e família*. Cotidiano nas camadas médias paulistanas. Fundação Carlos Chagas, São Paulo, 1990. p.80.

ANDRADE, Luma Nogueira de. *Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa*. 2012. 278 f. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós- Graduação em Educação, Fortaleza, 2012.

ANDRÉ, Marli. A pesquisa sobre formação de professores no Brasil – 1990-1998. In: CANDAU, Vera M. (Org.). *Ensinar e aprender: sujeitos, saberes e pesquisa*. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p.83-100.

ARROYO, Miguel G. *Currículo, território em disputa*. Petrópolis: Vozes, 2011.

ALMEIDA, Carla. Dando um Baile no Preconceito: travestis, cidadania e exclusão social. In: PASINI, Elisiane (Org.) *Educando para a Diversidade*. Porto Alegre: Nuances, 2007. p.40-83.

ALMEIDA, Vagner de; RIOS, Luís Felipe, PARKER, Richard Parker (Orgs.) *Ritos e Ditos de Jovens Gays*. Rio de Janeiro: ABIA, 2004.

ALMEIDA, Vagner de; *Borboletas da vida*. Direção de Vagner de Almeida. Rio de Janeiro: ABIA, 2004, 38 min.

BASTOS, R.L. *Patrimônio Arqueológico, Preservação e Representação Sociais: Uma proposta para o País através da análise da situação do litoral Sul de Santa Catarina*. Faculdade de Filosofia, letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2002.

BEAUVOIR, S. *O segundo sexo*. 2. Ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967. v. 2.

BECKER, Howard. S. *Truques da Escrita*. Para começar e terminar teses, livros e artigos. 2 ed. Local: Zahar, 2014.

BENEDETTI, Marcos Renato. A Calçada das Máscaras. In: GOLIN, Célio; WEILER, Luis (Orgs.). *Homossexualidades, Cultura e Política*. Porto Alegre: Sulina, 2002. p.64-78.

BENEDETTI, Marcos Renato. *Toda feita: o corpo e o gênero das travestis*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BENEDETTI, Marcos Renato. *O que é Transexualidade?* Editora Brasiliense. 2008.

BENEVIDES, Bruna. *Mapa dos Assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil em 2017*. Associação Nacional de Travestis e Transexuais. Brasil – 2018. Disponível em <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2020.

BENTO, B. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BENTO, B. *O que é transexualidade*. São Paulo, Brasiliense. 2008

BENTO, B. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. *Estudos feministas*, Florianópolis, mai./ago., p. 549-559, 2011.

BENTO, Berenice; PELÚCIO, Larissa. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. *Estudos feministas*, Florianópolis, p. 569-581, 2012.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade e diversificação. *Cadernos Pagu*, v. 26, p. 329-376, jan-jun. 2006.

BRASIL, Cristiano. *Transexual, Transgressão: o que dizem docentes sobre pessoas trans* na escola*. 122f Dissertação (mestrado); Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro - Rio de Janeiro, 2016.

BRASIL. Decreto-lei nº 8.728, *DOU* de 28 de abril de 2016. Revogado pelo decreto nº 10.179, de 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8728.htm. Acesso em: ago. 2020.

BRASIL. Decreto-lei nº 43.065, *DOE* de 08 de julho de 2011. Dispõe sobre o direito ao uso do nome social por travestis e transexuais na administração direta e indireta do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <https://www.saude.rj.gov.br/comum/code/MostrarArquivo.php?C=NzI1Mw%2C%2C>. Acesso em: ago. 2020.

BRASIL. Decreto-lei nº 46.172, *DOE* de 22 de novembro de 2017. Institui a Carteira de Identidade Social para utilização por pessoas travestis e transexuais, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=352758>. Acesso em ago. 2020.

BRASIL. Lei nº 4.024, *DOU* de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1961. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm. Acesso em: ago. 2020.

BRASIL. Lei nº 9.394, *DOU* de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: abr. 2020.

BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 7-8.

BOHM, Alessandra Maria. *Os “monstros” e a escola: identidade e escolaridade de sujeitos travestis*. 90f Dissertação (mestrado) orientadora: Jane Felipe de Souza. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

BUTLER, Judith. *Corpos que pensam: sobre os limites discursivos do “sexo”*. In: LOURO, Guacira Lopes. (Org.) *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 2ª. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p, 151-172.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero*. Feminismo e subversão de identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010 p.199.

BUTLER, Judith. *Sujeitos do sexo/gênero/desejo*. In: BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 5. Ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 15-60.

BUTLER, Judith. *Relatar a si mesmo: Crítica da violência ética*. 1ªed. Belo Horizonte. Autêntica Editora. 2015

BURKE, P. *Abertura: A Nova História, seu passado e seu futuro*. In: BURKE, P. *A Escrita da história: Novas Perspectivas*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1992. p.26-35.

CORRÊA, Sônia. O. E MUNTARBHORN, Vitit. (orgs.). *Princípios de Yogyakarta: princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero*. Yogyakarta/Indonésia, 2006.

COSTA, Jurandir Freire. IN: FUKUI, L. *Segurança nas escolas*. IN: Zaluar, Alba (org.). *Violência e educação*. Editora Cortez, São Paulo, 1992, p. 103.

DAVIS, Angela, 1944 - *Mulheres, raça e classe*. tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DENER, Washington dos Santos Cunha. *À Sombra do Pombal: a construção de imagem de D. José I (1750-1777)*. Dissertação (mestrado História Social) – Universidade de São Paulo, 2003

DELEUZE, Gilles. *Post-Scriptum sobre as sociedades de controle*. In: *Conversações*. São Paulo. Editora 34, 1992 (Coleção TRANS). p.17-32.

DELEUZE, Gilles. *O que é um dispositivo?* Tradução de Rui de Souza Dias e Hélio rebello, 2001, a partir do texto: DELEUZE, G. *Qu'est-ce qu'un dispositif?* In: DELEUZE, Gilles. *Michel Foucault philosophe*. Reencontre internationale. Paris, 1989.

DELEUZE, Gilles. *Conversações*. São Paulo: Ed. 34, 1992. 232p. Coleção TRANS

BENEVIDES, Bruna G., NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim (Orgs) *Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019*. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2020 80p.

ELIAS, Nobert. *O processo civilizador: Volume 1 – Uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: editora: ZAHAR, 2011.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. *Educação & Sociedade*, São Paulo, ano 23, n. 79, p.257-272, ago. 2002.

FOUCAULT, M. *Uma estética da existência*. Espaço Michael Foucault – Universidade de Brasília, p 3-5, 1984. Disponível em: <http://michel-foucault.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/estetica.pdf>. Acesso em: 20 out. 2020.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade III: o cuidado de si*. 8.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: a vontade de saber*; Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, M. *Os Anormais*. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 28ª reimp. Trad. E Org. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2010.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2005.

FRY, Peter; MacRAE, Edward. *O que é homossexualidade?* São Paulo: Brasiliense, 1983.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Quarta edição – 2004.

HARAWAY, Donna J. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: HARAWAY, Donna. KUNZURU, Hari. SILVA, Tomaz Tadeu da. *Antropologia ciborgue – as vertigens do pós-humano*. Autêntica: Belo Horizonte, 2000, p. 37-129.

HOOBS, bell. *Mulheres negras: moldando a teoria feminista*. Black women shaping feminist theory, 1981.

HOOKS, bell, 1952 - *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*; tradução Ana Luiza Libânio. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018. 176 p.; 21 cm.

ITABORAHY, Lucas Paoli. *Pessoas LGBT vivendo em pobreza no Rio de Janeiro*. Londres: Micro Rainbow International C.I.C; 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO TRANS DE EDUCAÇÃO (IBTE) *As Fronteiras da Educação: a realidade dxs estudantes trans no Brasil*. Andréia Lais Cantelli Fernanda Ribeiro Pereira Julia Jorge de Oliveira Nicholas Lopes Tozo Sayonara N. B. Nogueira Realização: Apoio: Copyright 2019 por Andreia Laís Cantelli, Fernanda Ribeiro Pereira, Julia Jorge de Oliveira, Nicholas Lopes Tozo e Sayonara N. B. Nogueira Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação desde que citadas as fontes. Brasil, 2019

JESUS, Jaqueline Gomes de. *Identidade de Gênero e Políticas de Afirmação Identitária*. In: VII Congresso Internacional de Estudos sobre a Diversidade Sexual e de Gênero da ABEH. *Anais...* Salvador, 2012a. ISSN: 2316-3844.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Identidade de gênero e políticas de afirmação identitária. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ESTUDOS SOBRE A DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO, 6, 2012. *Anais...* Salvador: Associação Brasileira de Estudos da Homocultura, 2012b. 15 p.

JESUS, Jaqueline Gomes de. *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos*. Ser-Tão, dezembro 2012c – Brasília. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/16/o/ORIENTA%C3%87%C3%95ES_POPUL_A%C3%87%C3%83O_TRANS.pdf?1334065989 - Acesso em: 15 jul. 2020.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Feminismo e identidade de gênero: Elementos para a construção da teoria transfeminista – artigo apresentado In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 10. *Anais Eletrônicos...* Florianópolis, 2013. ISSN 2179-510X.

JESUS, Jaqueline Gomes de. *Homofobia: Identificar e Prevenir*. 1.ed. Rio de Janeiro, Editora Metanoia, 2015.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. *Homofobia nas escolas: um problema de todos*. In: 2009

JUNQUEIRA, R. D. *Diversidade sexual na educação: problematização sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: MEC/SECAD, 2009. P. 13-52.

JUNQUEIRA, R. D. (org.). *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade/UNESCO, 2009.

JUNQUEIRA, R. D. Educação e homofobia: o reconhecimento da diversidade sexual para além do multiculturalismo liberal. In: JUNQUEIRA, R. D. *Diversidade*

sexual na educação: problematizando sobre a homofobia nas escolas. Brasília: MEC/SECAD, 2009. p. 367-444.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Cadernos De Campo, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 268-277, 1991.
<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v29i1p268-277>. Acesso em: 09 out. 2020.

LAURETIS, T. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, B.H. *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LONGARAY, Deise Azevedo. *A (re) invenção de si: investigando a constituição de sujeitos gays, travestis e transexuais*. 2014. 226f. Tese (Doutorado em educação em ciências) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 12014.

LOURO, Guacira Lopes. *Prendas e aintiprendas: uma história da educação feminina no Rio Grande do Sul*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP – Faculdade de Educação, Campinas – SP, 1986.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1998.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da Sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.) *O Corpo Educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 7-34.

LOURO, Guacira Lopes. Corpo, escola e identidade. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 25, n.2, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. *Um Corpo Estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LOURO, Guacira Lopes. Conhecer, pesquisar e Escrever. *Educação, Sociedade & Culturas*, n. 25, p. 235-245, 2007.

LOURO, Guacira Lopes. Heteronormatividade e homofobia. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). *Diversidade sexual na educação*. Brasília, DF: MEC/UNESCO, 2009. p. 85-93.

LOPES, Alice Casimiro. Teorias pós-críticas, política e currículo. *Educação, sociedade & culturas*, v. 39, n. 39, p. 7-23, 2013.

LINDA NICHOLSON, Interpretando o Gênero. Luiz Felipe Guimarães Soares and Claudia de Lima Costa. *Estudos Feministas*, v. 8, n. 2, p. 9-41, 2000.

MALUF, Mariana; MOTT, Maria Lúcia. Recôndito do mundo feminino. In: SEVCENKO, Nicolau. (Org.) *História da Vida Privada no Brasil – República: da Belleépoque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 3, p. 368-421.

MELLO, Luiz; CRILLANOVICK, Q. T. M. A Cidadania e os Direitos Humanos de Gays, Lésbicas e Travestis. In: OLIVEIRA, D. D. et al. (Org.) *50 Anos Depois: relações raciais e grupos socialmente segregados*. Brasília: Movimento Nacional de Direitos Humanos, 1999, p. 167-186.

MESSINA, G. *Estudio sobre el estado del arte de la investigación acerca de la formación docente en los noventa*. México, 1998. (mimeogr.).

MIGUEL, G. Arroyo. *Currículo, território em disputa*. Petrópolis- RJ: Vozes, 2011.

MISKOLCI, R. *A gramática do armário: notas sobre segredos e mentiras em relações homoeróticas masculinas mediadas digitalmente*. 2013. Disponível em: <http://www.ufscar.br/cis/wpcontent/uploads/Rio-RichardMiskolci.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2020.

OLIVEIRA, Pedro Paulo de. Discursos sobre a masculinidade. *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 91-111, jan./jun. 1998.

PARAÍSO, Marlucy Alves; CALDEIRA, Maria Carolina da Silva. *Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação e currículo: trajetórias, pressupostos, procedimentos e estratégias analíticas.*, Belo Horizonte: Ed. Mazza, 2014.

PARAÍSO, Marlucy Alves; CALDEIRA, Maria Carolina da Silva. A ciranda do currículo com gênero, poder e resistência. *Currículo sem fronteiras*, Rio Grande do Sul, v. 16, n. 3, p. 388-415, 2016.

PARAÍSO, Marlucy Alves; CALDEIRA, Maria Carolina da Silva. *Currículos, Gêneros e Sexualidades para fazer a diferença*. Vitória: Edufes, 2018.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Pesquisas Pós-Críticas em Educação no Brasil: Esboço de um Mapa. *Caderno de Pesquisa*, v. 34, n. 122, p. 283-303, mai/ago. 2004 - FEUMG

PELÚCIO, L. *Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de AIDS*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2009.

PELÚCIO, L. “Mulheres com Algo Mais” – corpos, gêneros e prazeres no mercado sexual travesti. *Revista Versões*, v. 03, p. 77-93, 2007.

PEREIRA, M. R. O sintoma ou o que o sujeito tem de mais real. *Revista Espaço Acadêmico*, v.11, n.131, p. 52-59, 2012. Recuperado de <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/16387>. Acesso em: 25 out. 2020.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Ciladas da diferença. *Tempo Social*, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 7-33, jul./dez. 1990.

PORTELLI, Alessandro. “O que faz a história oral diferente”. *Projeto História*, São Paulo, v. 14, p. 25-39, fev. 1997.

RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

RAGO, M. A Sexualidade depois da festa. *Revista Estudos Feministas*, v. 11, n. 2. ISSN 0104-026X, 2003, p. 672-674

REIDEL, Marina. *Pedagogia do Salto Alto: histórias de professoras transexuais e travestis na Educação Brasileira*. 162f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

RIBEIRO, Djamila. *Lugar de fala*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 112 p. (Feminismos Plurais)

ROMANOWSKI, Joana Paulin, Ens, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo "estado da arte" em educação. *Revista Diálogo Educacional* [en linea], v. 6, n. 19, p. 37-50, 2006, [fecha de Consulta 16 de Septiembre de 2020]. ISSN: 1518-3483. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=189116275004>. Acesso em: 25 out. 2020.

SAFFIOTI, H.I.B. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, A.O.; BRUSCHINI, C. (Orgs.) *Uma Questão de gênero*. São Paulo; Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. p. 12-32.

SALES, Adriana. *Travestilidades e escolas nas narrativas de alunas travestis*. Rondonópolis, MT: UFMT, 2012. 114f.

SANTOS, P. R. *Entre necas, peitos e picumãs: subjetividade e construção identitária das travestis do Jardim Itatinga*. 120fl. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

SANTOS, Adriana Lohanna dos. *Formação das pessoas transexuais na Universidade Federal do Sergipe: enfrentamento e resistência das normas de gênero no espaço acadêmico*. Orientador: Alfrâncio Ferreira Dias. São Cristóvão, 2017. 90f.

SANTOS, Dayana Brunetto Carlin dos Santos. *Cartografias da transexualidade: a experiência escolar e outras tramas*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SCOTT, Joan Wallach. *Gender and the politics of history*. New York: Columbia Univ. Press, 1988.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e realidade*, Porto Alegre, 2012. Disponível em: [file:///C:/Users/Rosana/Downloads/71721-297572-1-PB%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Rosana/Downloads/71721-297572-1-PB%20(2).pdf). Acesso em: ago. 2020.

SEVCENKO, Nicolau. *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. P. 367-422.

SILVA, TOMAZ T. da. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais* 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 73-102.

SILVA, Rosimere Aquino da. Passeando no Centro de Porto Alegre com uma Travesti. *Labrys: estudos feministas*, jun./dez. 2006. Disponível em: <https://www.labrys.net.br/labrys10/riogrande/rosimeri.htm>. Acesso em 13 jun. 2020.

SILVA, T. T.; HALL, S.; WOODWARD, K. *Identidades e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. 2. Ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

SILVA, Jesualdo da. *Gênero e Sexualidade no ambiente escolar: Concepções das diretoras frente a preconceitos e discriminações com estudantes LGBTT*. 94f. Dissertação (mestrado) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2015.

SKLIAR, Carlos. *Desobedecer a linguagem: educar*; tradução Giane Lessa – 1. Ed – Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2014. Coleção Educação: Experiência e Sentido.

XAVIER, Libania. *Associativismo docente e construção democrática* (Brasil-Portugal: 1950 – 1980) Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.